

ADOLFO LIMA

Educação
e Ensino

EDUCAÇÃO INTEGRAL



1914

GUIMARÃES & C.^a — Editores

68, R. do Mundo, 70

LISBOA



ÚLTIMA
BARRICADA

EDUCAÇÃO E ENSINO

EDUCAÇÃO INTEGRAL

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA
DE MANUEL LUCAS TORRES 0470 0470
0470 RUA DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 93

110902

CAPITULO I

EDUCAÇÃO

Educação social

Sem a esperança com que se contempla a mocidade, quem poderá vencer essa impressão glacial que se experimenta com a ideia de que o mundo ficará sempre tal como é hoje.

(*Aforismos pedagogicos* — HERBART.)

Declarada a falência da velha Escola — da Escola do *magister dixit*, da palmatória e do psitacismo, — criticada por todos os aspectos a sua organização, julgados e condenados os seus meios de ensinar, e patenteados todos os seus vícios, todas as suas inseqüências, assaz funestas às crianças, à sociedade — a Escola antiga, do mestre autoritário e rabujento, sem critério nem orientação pedagógica e social foi e é considerada como uma instituição que *deve desaparecer* por prejudicial.

A contrapôr se surge uma nova Escola, organizada noutros fundamentos, com intuitos, e procurando empregar métodos e processos de ensino, diz-se, de harmonia com a ciência, com a pedagogia, com a pedologia — noutros termos: de harmonia com as forças fisiológicas e psicológicas da criança.

A reacção, o trabalho contra a mole do conservantismo do passado tem sido grande, e, se ainda temos por ai

escolas à antiga, à jesuíta, se por aí há muita velharia, muita metafísica, muito empirismo no ensino quer primário, quer, mesmo, no superior, não é à falta de certos ataques, duma propaganda intensiva e extensiva, de muita audaciosa afirmativa e de muita boa vontade para a destruir, para a reduzir ao nada.

O combate tem sido sem tréguas e, por vezes, tão eficaz quam radical.

De entre outros dos seus defeitos salienta-se, como principal, que ela é artificial; não tem vida. E' inerte. Alheia ao que se passa fóra dela, não sabe o que é a prática da vida, o viver social, a sociedade, o mundo! As crianças saem dela completamente cegas sobre a mais rudimentar prática da vida. Os poucos conhecimentos que adquirem não lhes servem para nada porquanto não os sabem aplicar aos respectivos casos. Tudo é erro, tudo ilusão. A criança incapaz de pensar por si, de actuar sózinha, sem iniciativa, — ao sair da Escola só encontra surpresas, e não sabe livrar-se dos abismos, dos alça-pões da vida prática, da casuística cotidiana...

Este quadro, aliás verdadeiro o justo, provocou uma corrente de opinião oposta, que se orienta no sentido de fazer na Escola a *imagem da vida*... e transformá-la num laboratório de gente prática, positiva, *sabendo o que é a vida*...

Pretende-se criar na Escola um meio que seja a vida real, uma como que repetição ou cópia do que é o viver em sociedade. A Escola deve ser um meio social experimental, reflexo da realidade, em que a criança deverá ser treinada a ver, a observar a vida, a sociedade, onde mais tarde terá de haver-se, de existir. Muito bem.

¿Mas quem educa deverá limitar-se ao campo da vida positiva, deverá pôr em acção, na Escola, *apenas* o que constitui o móbil da maioria humana? ¿O educador deverá cingir-se ao limitado âmbito da *prática da vida*, deverá só tratar e salientar o que é *essa vida* fazendo da Escola uma sociedade em miniatura, com todas as suas determinantes, com todas as paixões e antagonismos?

¿Deverá fazer sentir à criança que a vida social é a luta e o vencedor é o que fôr mais egoísta, o que menos es-

crúpulos tiver, o que torcer mais a sua consciência e esfrangalhar o seu carácter; deverá transformar a Escola num campo de manobras, de táticas e de estratégias, em que os espertalhões, *os que furam*, os *arrivistes* são os que vencem na sociedade contemporânea? ¿Na Escola, *dentro* da Escola, deve fazer-se sentir à criança a hostilidade social, a livre concorrência, a luta pela vida? ¿Deve *dentro* da Escola proceder-se com a criança como procedem os individuos *cá fóra*, por esse mundo, numa guerra em que os fins justificam todos os meios?

¿Deve-se então ensinar a criança a mentir, a rodear a verdade, a tratar e a pensar só de si e a só fazer o que lhe trouxer uma utilidade material e imediata, a cuidar só no presente, na sua bolsa e na sua pessoa?

¿*Dentro* da Escola deve então o educador inibir-se de praticar actos altruístas, porque na sociedade se não praticam e é dar à criança uma falsa ideia da prática da vida?

E' certo que vivemos numa época essencialmente mercantilista; é certo que a vida cotidiana quase se resume no *deve e haver* comercialista; ¿mas não devemos dar à criança, criar-lhe aspirações mais elevadas, necessidades mesmo, de atingir, de formar uma sociedade melhor e mais perfeita?

¿Ensinar a vida prática? Sem dúvida, façamo-lo. ¿A criança deve ficar sabendo ao sair da Escola o que vai encontrar na sociedade? Muito bem! Mas logicamente deverá ser instruída nas causas e nos efeitos da organização actual das sociedades.

¿O educador, porém, deve limitar a sua acção ao presente, a apresentar o quadro, deverá sómente preocupar-se em criar um carácter edonístico, grosseiramente oportunista, pensando sómente no proprio bem-estar, nas conveniências pessoais, em vez de subordinar toda a acção presente a um futuro melhor para si e para os outros? ¿Não deverá criar um *espírito sofredor* dos males alheios? ¿Deverá fazer consistir a vida apenas na balança da mercearia, no materialismo económico individualizado, numa preocupação egocêntrica pelo bem-estar pessoal e presente ou deve alargar horizontes, criar um idealismo

baseado na experiência e nas previsões da ciência, fazendo ver à criança que o presente não é igual ao passado e que também não pode ser igual ao futuro?

Ensine-se à criança a prática da vida *mostre-se* o que ela é, *cá fóra*; dê-se-lhe, eduque se a sua iniciativa, a sua independência, a resolver por si os problemas cotidianos de que fôr objecto ela ou a sociedade em que viver, e a aplicar *todos* os conhecimentos adquiridos, mas não se há-de fazer dela igualmente um ser perfectível e progressivo, dando-lhe, criando-lhe um ideal superior à mesquinhez da simples prática? Não se há-de fazer da Escola esse meio ideal para que tendem as sociedades, em que experimentalmente as crianças pratiquem o auxílio mútuo, aprendam a pensar nos outros e a cuidar deles, a serem generosas, verdadeiras, liais, altruístas, humanas, e *natural* e *conscientemente* solidárias?

A Escola do passado, a velha Escola era vã, inane; estava *abaixo da vida*, da realidade. A que querem no presente, exigem-na exageradamente *a par da vida*, comensalmente limitada à estúpida e vil vida vegetativa em que o estômago deve predominar; é realista.

¿Ora a Escola não deverá colocar-se *acima da vida*, onde a *ideia* e os *belos sentimentos* predominam sobre a tal prática? ¿Em vez de *realista* não deverá ser antes *naturalista*? ¿Não deverá antes basear-se na *natureza* perfectível e social da humanidade, que não exclui a ideia do futuro e a preparação para uma outra época, para melhores tempos? E isso só se consegue *dentro da Escola*, na prática dos actos, em que o dogmatismo deve ser absolutamente pôsto de parte, e que *cá fora* não se praticam.

¿A Escola não deverá pois ser... a *Escola do futuro*... praticado e não apenas falado?...

Educar...

Se instruir, na verdadeira acepção da palavra, é difícil, educar ainda é mais.

Procurar instruir, isto é, ensinar, dar à criança um certo

e sólido capital de conhecimentos devidamente concatenado e inteligível, de modo que ela compreenda, assimile, se utilize dêsse saber na casuística cotidiana, discernindo as relações de causa e de efeito, e não se torne um simples receptáculo onde se metem *coisas* ao acaso — é difícil tarefa.

Procurar educar, isto é, criar na criança um método de trabalho, uma orientação, uma consciência de tudo que diz e faz, estimular-lhe o gosto pela actividade, desenvolver-lhe a vontade e a personalidade, torná-la um carácter a fim de que harmonize as suas acções com o seu pensar, canalizar-lhe ou desenvolver-lhe o exercício duma aptidão, duma inclinação, e, até dum instinto, ou promover-lhe a inibição doutros instintos, cultivar-lhe um ideal — é tarefa, sem dúvida, muito mais difícil.

Mas onde a obra do professor atinge o máximo da dificuldade é na necessidade que há de educar as pessoas crescidas — não para que elas se tornem caracteres ou sejam singelamente coerentes, porquanto passado um certo limite de idade já não se educa um ser, — mas, sim, para que, ao menos, não escangalhem, não inutilizem a obra de educação do professor.

Ah! as pessoas crescidas! Como seria relativamente facilitada e compensadora a missão do professor, como o seu trabalho seria profícuo e eficaz, se ele só tivesse a defrontar-se com a criança!

As pessoas crescidas são o flagelo do professor e da criança! São o fracasso de muita obra educativa. Manifestando ostensivamente todos os seus vícios, os seus erros, todos os seus preconceitos, e, sobretudo, a sua nula ou péssima educação, elas são um elemento deletério, a corrupção da influência da Escola. Os seus exemplos, o seu contacto, minam e arruinam o edifício que a educação cria em cada criança — edifício construído à custa de muita paciência, de muita dedicação, de muito boa vontade, de muito trabalho!

Não é pela criança, propriamente, que o professor se atormenta para conseguir o seu fim — educar; mas, sim, pelas pessoas crescidas que a todo o momento obrigam a recomeçar, a refazer a sua obra perdida por um mo-

mento, a renovar os esforços, a uma duplicação de actividade!

Ah! as pessoas crescidas!

Quem educa ou pretende educar, carece de teimosia, de persistência, de continuidade.

A obra de educação é extenuante para quem a pretende realizar a sério; exige uma sempre aguda observação, uma constante atenção, para que não se despreze o mais pequeno pormenor, o mais leve gesto, a mais insignificante contracção do rosto ou das mãos da criança, de modo que se percebam quais as causas que lhe dão prazer e as que lhe provocam dór, e daí inferir as tendências, os temperamentos, as ideosincrasias.

Quer se tenha em mente canalizar uma tendência ou aptidão; promover o hábito da reflexão, do raciocínio, ou desenvolver um ideal ou sentimento; quer se tenha o intuito de apagar, obliterar, destruir um vício, um preconceito, uma ideia falsa, um mau sentimento, tanto um como outro trabalho carece duma *acção contínua, sempre coerente*, de todos os dias, de todos os momentos e em todos os lugares.

E essa coerência deve vir do próprio professor: não deve limitar-se a *frei Tomás*; deve fazer o que diz e sobretudo praticá-lo, não só diante das crianças, mas mesmo fóra das suas vistas, porquanto o professor que não faz o que diz e o que deve fazer, é um mentiroso, sem prestígio educativo e as crianças pressentem, debaixo da sua aparência honesta, a falsidade, o ludibrio.

O atavismo, a hereditariedade, o preconceito, o instinto, a tendência conservadora de aceitar as ideias e os sentimentos já feitos — personificados nos adultos — são os inimigos da educação e do progresso.

Para os combater e destruir há necessidade dum trabalho simultaneamente intensivo e pertinaz. Não é numa semana, nalguns meses que arrancamos a uma criança, por muito dócil e inteligente que seja, a tendência para actos que foram praticados durante séculos por uma raça.

Para se apagar, atrofiar, obliterar um vício, quer moral, quer fisico, exige a natureza humana muito estudo,

muita observação, muita boa vontade e um ideal de perfeição humana!

Para se conseguir tal *desideratum* é imprescindível uma acção convergente, e o educador tem de criar um ambiente, uma atmosfera em que a criança respire, viva, e *constantemente* seja solicitada a ver praticar e a praticar ela própria actos e acções atinentes ao desenvolvimento do que queremos fazer brotar dela ou ao atrofiamiento do que lhe queremos estirpar.

Não basta dizer á criança: «isto não se faz» ou «isto é que deve fazer-se» ou, ainda, dizer-lhe enfaticamente certas frases bonitas, já feitas *de encomenda*, com palavras sentimentalistas, que tem tanto de incompreensíveis como de conselheiro Acácio.

E' preciso mais alguma coisa, embora nisso esteja a grande dificuldade para o educador. E' indispensavel para que a acção do educador seja eficaz, e, portanto, duradoura, para que alguma coisa fique na criança, que sejamos deterministas e que, por consequência, saibamos criar uma série, um conjunto de causas psíquicas e mesológicas que, agindo directa e indirectamente sobre a criança, esta se conduza por si mesma neste ou naquele sentido que nós queremos.

O que é preciso é inventar determinantes, casos concretos, que actuando na criança lhe criem o desejo, a vontade, a necessidade de fazer ou deixar de fazer certo acto ou especial acção.

Para educar, e para que a educação seja uma prática e não apenas uma palavra, o essencial é criar um meio, uma acção convergente que domine a criança e desenvolva-lhe as boas tendências, utilizando-as, e apague-lhe as más, desprezando-as.

O educador tem, pois, o dever de ser minucioso, de escrupulizar tudo que diz, cada palavra ou frase que profere, cada opinião que emite. Tem de reflectir sobre cada acto que pratica. Precisa não perder nunca de vista o fim que tem a realizar, não só para as crianças consideradas colectivamente, mas também individualmente: conforme para quem fala, para quem pretende actuar, ele deve usar destas ou daquelas determinantes, para que

certo vício desapareça da criança A e para que certa qualidade se desenvolva na criança B.

Para que a educação seja profícua e fecunda exige-se, pois, que a criança seja colocada em circunstâncias favoráveis, num meio congruente á sua boa educação, saudável, activo, e não puramente passivo, em que tudo que a rodeia lhe seja propício, lhe estimule e crie — e não hostilize — a necessidade da verdade e do bem e que ela só ouça e veja essa verdade e êsse bem !

Dizer á criança : « não faças isto » e deixá-la inconseqüentemente num meio que a solicita, a convida a praticar êsse acto que lhe dizemos que não faça ; impor á criança uma conduta que nós, as pessoas crescidas, somos incapazes de seguir ; mostrar á criança a vida contraditória em que nos debatemos, é despedaçá-la moralmente, é fazer dela um farrapo, como nós, é tornar a educação — a verdadeira — uma coisa inútil por ser uma obra de farça.

Á criança na sua lógica não compreende as nossas incoerências. Dizer-lhe que deve ser solidária e premiar-lhe a delação ; dizer-lhe que deve ser verdadeira e castigá-la quando diz a verdade, classificando-a, não raras vezes, de cúlica ao confessar espontâneamente uma pretensa maldade ; dizer-lhe que não deve bater, que o matar é um crime e meter-lhe na mão uma espingarda ou uma espada ; dizer-lhe que o auxilio mútuo é a lei da conduta social e patentear-lhe, fazer-lhe sentir que a prática desmoralizadora da vida è outra : é o egoismo grosseiro, a luta dos interêsses — é destruir a acção da Escola, da verdadeira Educação!

Mas não são apenas estes factos gerais que as pessoas crescidas concretizam na sua linguagem eivada de preconceitos e tradutora duma vida exclusivista e egocêntrica, que encontramos em toda a sociedade e que só indirectamente influem, que inutilizam a obra da educação.

Há ainda outros piores: são os que se dão directamente com as crianças dentro das escolas ou nas famílias, e em que elas, por vezes, tomam parte.

São as palavras, as frases, os actos dos pais, dos

parentes, dos amigos dêstes, de qualquer pessoa, adventícia ou não, que se lhe aproxima, que assiste a uma aula, que lhe faz uma simples festa na cabeça !

Quantas vezes uma pessoa crescida destrói com uma simples carícia, inoportuna, a obra educativa dalguns anos ; quantas vezes um sorriso, de dúvida ou de desdém, uma palavra inconscientemente proferida não inutiliza o trabalho aturado dalguns anos de educação ! A frase : « Há coisas que nunca se deviam dizer diante das crianças » devia estar sempre na memória daqueles que estão, fortuitamente ou não, em contacto com uma criança.

Um professor, após um fatigante e inteligente trabalho dalguns anos, está prestes a conseguir duma criança a completa estirpação dum vício, dum mau instinto. Com mais um esforço, e perseverando em furtá-la a determinantes contrárias, espera conseguir sair-se vencedor. Pois bem, uma simples frase proferida inoportunamente diante da criança pode destruir toda essa paciente e difícil obra, e fazer vir à superfície êsse vício, essa tendência, que estava apagada, e, que, dentro em pouco, teria desaparecido por falta de exercício, de estímulo e por um conjunto de medidasmeticulosamente organizadas e inteligentemente postas em acção.

Outro exemplo mais concreto. Suponhamos uma escola situada numa vila ou num bairro de desordeiros. Todo o esforço do corpo docente deve ser para criar um ambiente de paz, de sentimentos fraternais e organizar, pelo menos na escola, um meio hostil a tudo que seja luta, combate. A preocupação predominante deve ser apagar a tendência para a agressão, as atitudes e as acções que traduzam sentimentos de combatividade, de luta, que forçosamente devem manifestar as crianças cujos pais são afetados em desordens, em violências, em rivalidades. O dever do professorado será pois criar nas crianças um espírito pacifista e destruir o espírito desordeiro, de ostentação de forças por parte dos seus alunos.

Imagine-se, porém, que ao lado desse trabalho educador, surgia alguém junto à escola a ensinar jogos de luta, como o do box, o do pau, etc., e imediatamente todo

o trabalho educativo se perderia, seria inutilizado, desperdiçado!

E como este exemplo tantos outros poderíamos apontar: um espectáculo de circo, uma toirada, uma sessão animatográfica, uma parada, um cortejo cívico, a escolha dum fardamento escolar, uma sessão solene, com oradores sem critério educativo, uma récita, uma exibição, uma formatura, uma música, pode pôr uma criança em contacto, sob a influência dalgum elemento ou força, ou dalguma pessoa que inutilize toda a obra educativa dum professor ou dum corpo docente amigo e apaixonado até a abnegação pela sua escola, pelos seus alunos.

Mas—dirão os *blagueurs*, fazendo *espírito*— só metendo numa redoma os *meninos* é que eles se livrarão das pessoas crescidas!

Sem me rir do *espírito fino* da frase, respondo: sim, aceito; eles devem ser subtraídos a esse contacto deletério pela forma mais radical possível, e ainda daqueles que se julgando pedagogos não passam de *pedantes*— não no sentido etimológico do termo, mas nouseu sentido depreciativo.

A obra educativa do professor duplica-se, portanto: não há só uma luta para fazer de cada criança um carácter; há também outra, a de evitar a influência perniciosa e destruidora dessa educação por parte das pessoas crescidas!

Ah! as pessoas crescidas! Como seria relativamente facilitada e compensadora a missão do professor, como o seu trabalho seria proficuo e eficaz, se elle só tivesse a defrontar-se com a criança!

Educação racional

As coisas de ensino em Portugal são como as toiradas: todos percebem e teem opiniões sobre o assunto.. E se as toiradas são o metro com que se pode medir o estado de civilização dos povos da península, também a inconsciência ou o pedantismo com que se fala de educação ou simplesmente de instrução não deixa de ser uma caracte-

ristica. E' que a ignorância, como já disse alguem, julga proceder com mais acerto e com mais verdade do que o consciente, do que o sabio.

O criterio da grande maioria, quanto a métodos de ensino é uma coisa nula; não sabe o que é método nem processos, não distingue entre uns e outros, mas sabe, diz ela, «como se educam rapazes e raparigas»... O seu modo de educar é... aquele em que foi educada (?). Fazer aos filhos o que os avós fizeram ao pai. Se foi á bordoadá, a chicote que foi educado (?), esse metodo (?) é para elle excelente: «o que sou e valho a isso devo...» Se foi pela castração da vontade, pela obliteração dos sentimentos, pelo automatismo intellectual, acham optimo e seguem naturalmente esse processo e repetem: «se somos alguma coisa neste mundo, a elle o devemos»... E a vaidade, o orgulho, a crassa ignorancia cega-os; não lhes fazem vêr, tanto a uns como a outros, que não teem caracter, que são uns incoerentes, uns acrobatas de ideias e de sentimentos, uns inconscientes da propria existencia individual e social, que as determinantes das suas acções são apenas instintos duma conservação estreita e egoista e duma luta de fera contra fera, que neles não ha a menor scentelha de intellectualidade, numa palavra, não são seres humanos integros, de posse de todos os seus direitos e faculdades, tendo consciência das suas acções e das dos outros, seus semelhantes.

Sem se ser pedagogo, basta vêr o quadro que nos dá a sociedade actual para se sentir que o metodo de ensino seguido até hoje é prejudicialissimo á natureza infantil e consequentemente ao homem. Olhemos em roda e observemos as monstruosidades...

*

Assim se explica, em parte, o movimento actual contra os antigos regimes de estudo e a vaga e imprecisa necessidade sentida pelos pensadores, em geral, de que deve ensinar-se por outros metodos, e tratar as crianças por processos novos; e o trabalho aturado, firme e cada vez mais scientifico e profundo dalguns filosofos e

filantropos — não confundir com os da caridade-exibicionista oficial — no sentido de melhorar as condições do ensino, tanto no que diz respeito a métodos e processos de educação, como relativamente á psicologia infantil e á mesologia da população escolar.

Com a traiçoeira e rancorosa morte de Francisco Ferrer divulgou-se — como foi inútil e contraproducente o assassinato desse homem! — divulgou-se, iamos dizendo, um novo método, um novo processo de educar, a que se chama *racional* e a que alguns chamam também *racionalista* — o que, a nosso vêr, ainda é mais improprio, prestando-se a novas confusões e equívocos, porquanto pode parecer tratar-se de qualquer dos sistemas filosóficos que dão pelo nome de *racionalismo*, quer de Spinoza e de Strauss, quer de Descartes, quer ainda de Kant.

Efectivamente, todos os pensadores que *sentiam* a necessidade da reforma do ensino, que *sentiam* os gravísimos erros da escola do presente, todos esses *negativistas*, incapazes de *criarem*, experimentaram um alívio na sua consciência atribulada, quando souberam que *já* havia um novo processo, uma nova orientação a qual, o que é importante, lhes confessavam ser de optimos resultados.

E, imediatamente, sem curarem de saber em que consistia esse novo processo de ensino, sem tentarem, como Voltaire aconselhava, *definir os termos*, ei-los, num louvável intuito a constituírem ou modificarem grupos e associações para fundarem escolas e nelas ser implantado o novo processo de ensino, julgando que para tal lhes basta uma casa qualquer, um professor ou professora e uma taboleta com o nome de escola racional, ou coisa parecida! Desculpável ingenuidade!

Para se seguir e *aplicar* o ensino racional é preciso mais alguma coisa. Não basta escrevê-lo num papel em lindas frases abstractas! Não bastam periodos bem escritos, artigos bem deduzidos. *E' preciso saber o que é e como se concretiza na prática.*

A educação racional, ou melhor positiva ou integral, é como todos os phenomenos sociologicos, um producto complexo de varios factores. Não é uma invenção, uma descoberta; é uma resultante da psicologia colectiva, correspondente ao estádio social para que caminhamos, é a emanção duma concomitante mentalidade social e por conseguinte filia-se no desenvolvimento scientifico dos povos. Nasceu, pois, das circunstancias sociais e que os espiritos neófilos abraçaram na sua ancía para o melhor. E onde essas circunstancias actuaram, criaram essa necessidade, esse novo método surgiu e foi e é preconizado por aqueles que estão com o futuro, com a Ideia da verdade ensinada aos pequenitos.

E assim ao estádio religioso da humanidade, em que as coisas são explicadas por divindades voluntariosas, por causas sobrenaturais corresponde a escola congregacionista; e á sua imagem e semelhança corresponde o ensino oficial. A maioria das escolas do estado não passa d'uma repetição, mascarada umas vezes, outras não, do ensino clerical-jesuitico, e que tem por alvo não formar na criança um homem integro, mas, pelo contrario, deformá-la, fazer dela um mentecapto!

Ao estádio metafisico, em que as coisas se explicam por abstracções, por generalizações empiricas dos phenomenos naturais, em que o ser humano se perde em mil e uma conjecturas, em definições cujo sentido não se apreende, em que se entra na fantasia e deixa de vêr-se o chão que se pisa, corresponde a escola laica, com os seus palavrões ócos, abstractos, vagos, apoderando-se do ser humano e considerando-o sob uma forma simplista e egoista, fazendo dele, á semelhança da escola religiosa, um automato; — mas com a diferença de que nela os cordelinhos que o fazem mover não obedecem á ideia dum deus, mas de patria, de estado, de eleitor. Tal é a *educação civica* que criou na França republicana aquella população de estudantes que apedrejou Zola por ocasião da questão Dreyfus!...

Ora a escola racional, ou positiva, corresponde ao es-

tádio psico-colectivo em que o ser humano tem já uma consciencia social e adquiriu uma mentalidade positiva, scientifica.

E' baseada, não no livre-arbitrio, mas no determinismo; a educação positiva é essencialmente determinista. Não vê na criança uma vontade metafisica que estuda ou não estuda porque *quer*, não vê na criança um ser quantitativa e qualitativamente igual ao adulto dotado dum igual livre-arbitrio e que não conhece gradações. Não; a escola positiva sabe que não existe livre-arbitrio e que se o adulto se determina por moveis, a criança tambem está sujeita ás infinidades de causas que açoitam um ser humano e que lhe criam uma ideosincrasia propria, pessoal.

A educação positiva é, pois, essencialmente concreta, individualista. Cura sobretudo da natureza particular de cada criança, da sua psicologia fisiologica ou patologica, do meio social em que ela vive, e conforme os casos assim aplica este ou aquele processo. E' um método essencialmente edonistico, isto é, procura por todos os meios que a criança obtenha o maior numero de conhecimentos e que, sobretudo, se eduque o melhor possivel, com o menor esforço. Tende a converter o ensino tanto quanto possivel num divertimento, num prazer e não numa maçada. Procura criar na criança o gosto pelo aprender, pela sciencia.

Alem disso só ensina a verdade demonstrada, o que pode explicar-se, e ainda desta parte **só aquela que a criança pode perceber**. Tudo o que o estado de desenvolvimento psico-fisico da criança não permite que ela compreenda, é e deve ser posto de reserva para quando ela o possa compreender. Neste ensino, portanto, não pode haver programas rigidos que o professor deva seguir inflexivelmente. A todo o momento, ante a necessidade da psicologia do aluno A. ou do aluno B., o professor é obrigado a alterar a ordem das materias, adaptando-as ás individualidades dos alunos e sobretudo á oportunidade. O professor deve *sempre* aproveitar a curiosidade, o momento psicologico do interesse que a criança possa ter em saber um assunto, deve

aproveitar a sezão, permitam me o termo, muito embora lhe vá ensinar **uma** coisa que só mais tarde deveria ser-lhe ensinada. Isto, já se vê, sob a condição de que a criança já pode compreender a explicação dada.

Assim, pois, sendo este processo essencialmente individualizado, êle tende naturalmente a aproveitar as predilecções, as tendencias e aptidões das crianças e por consequencia a criar-lhes uma individualidade distinta, a formar-lhes um caracter independente, tendo opiniões proprias e sabendo discernir por si proprias. Todos esses problemas que deixamos esboçados e ainda outros, como a questão dos livros, o regime de horas, a idade escolar, a escola mixta, etc., são problemas que carecem de desenvolvimento e de estudos concretos e **praticos**, sem o que a educação racional não passará dum castelo de cartas.

Êle visa a formar em cada sêr humano, não um individuo mutilado, mas uma individualidade em que haja consciencia da sua existencia social integral, isto é, que esta não é apenas economica ou politica, mas sim economica, familiar, artistica, scientifica, moral, juridica e politica.

A escola racional tende, pois, a concretizar a frase de Terencio: «*Eu sou homem e nada que respeita á humanidade me é estranho.*»

Escola Laica e Educação Racional

No actual momento de mentalidade humana, uma das grandes dificuldades que surgem ao pensador, é, sem duvida, a expressão das ideias que dimanam das novas sciencias concretas, sendo-lhes bastante difficil encontrar palavras que traduzam rigorosamente as suas concepções, sem perigos de interpretações erroneas, — quer por parte dos que só vêem as superficialidades das coisas, vendo mais a fôrma do que a essencia, quer dos que aproveitam, para seus fins, a confusão desses superficiaes.

A linguagem não se fôrma com a mesma rapidez e quantidade com que brotam da especulação scientifica as

ideias novas. Todos os dias se registam princípios e leis que até então eram intangíveis á consciencia humana. Grandes revoluções se teem operado no quadro geral dos conhecimentos humanos e todavia a linguagem, a terminologia tem ficado quase a mesma. Não tem havido uma correlativa evolução da linguagem.

Assim os homens de sciencia teem-se visto na necessidade de procurar na linguagem já usada, termos que lhes traduzam as suas novas ideias — termos que muitas vezes são já pela generalidade, um preconceito — do que redundando um verdadeiro caos, uma confusão para os profanos e que só alguns curiosos ou especialistas que tenham seguido a genese e desenvolvimento da ideia ou concepção, podem lograr compreender rigorosamente essa ideia nova através da palavra ou palavras velhas.

E se tal succede em países onde a sciencia se cria e progride, onde os homens de sciencia fazem sciencia baseada na propria observação e experiencia dos factos de que são actores e espectadores ao mesmo tempo, muito mais se dá entre nós onde não ha sciencia indigena, mas unicamente de exportação, onde os *sabios*, os intellectuais seguem servilmente o que se diz lá fóra, o que diz o eminente professor F, etc., limitando-se apenas a apor-tuguesar termos estrangeiros, onde o homem de sciencia, ou *soi disant* como tal, se amanceba e se submete, acorrentado, ao politico profissional que explora o seu nome para angariar fregueses para o seu jornal ou para se dar ares, entre os seus eleitores, de que é um politico... scientifico.

Dá se, pois, em Portugal uma dupla causa de confusão de ideias ácerca das sciencias novas: uma, é geral, de todos os países — a terminologia velha aplicada a ideias novas; outra especial, propria de nós — a terminologia scientifica è toda estrangeira ou estrangeirada, com significação inteiramente estranha ao português, o que é derivado da carencia quase absoluta de homens de sciencia na verdadeira acepção da palavra, isto é, homens que façam, criem sciencia.

E, de facto, entre nós, os intellectuais, os *sabios*, quando não passam de metafisicos, não fazem sciencia, imitam-na sob a capa de erudição.

Procure-se em roda; nomeie-se um a um todos aqueles que, entre nós, se dizem ou teem a apparencia de sabios, e pergunte-se lhes quais *as suas* obras de sciencia. Um ou outro poderá jactar-se desta ou daquela obra assinada com o seu nome, muitas vezes uma simples dissertação *obrigatoria* para escolas ou concursos; mas a maioria dos nossos intellectuais apenas apresentará como bagagem scientifica as palestras dos cafés, ás mesas ou ás portas do Martinho ou do Suisso, ou alguma dessas conferencias scientifico-galopineiras, mixto de mediocridade e de abstracção erudita, architectadas nas alturas do visionarismo, á imagem e semelhança das parlengas universitarias coimbrãs, que todos para aí criticam, mas que todos seguem e repetem..

*

«Vem isto a proposito de ser mania agora confundir a escola *racional* com a escola *laica*. E logo toda uma determinada gente repetiu a mesma fantasiosa afirmativa. «E' a tendencia a pensarem todos da mesma forma, a repetirem todos, sem ezame, a mesma afirmação ou a mesma negação — seja uma intuição de genio ou uma parvoiceda — tendencia talvez derivada ou, pelo menos afim de outra — a que todos temos a não admitir que os outros pensem de uma maneira diferente da nossa». «A cada idéia ou pseudo idéia atirada para o meio do rebanho, logo os doces lanigeros de Panurgo se deitam todos a correr para o mesmo lado... para dentro em pouco correrem todos em sentido oposto, e assim sucessivamente».

E assim é. Com o assassinato legal de Francisco Ferrer todos os nossos pedagogos liberaes começaram aí a gritar, a barafustar que eram racionais... no ensino e que nas respectivas escolas democraticas se seguia ha muito o método racional, confundido tudo e seguindo todos a *opinião* de que a escola laica era a mesma coisa que a racional. E o côro entoou-se. Associações, clubs, centros, tiveram o desplante, a audacia de declararem pela boca dos seus luminares que de ha muito seguiam nas suas escolas o ensino racional — escolas essas, como é publico e notorio, em que ha a imposição autocratico do pro-

fessor; escolas essas onde *ainda* as direcções discutem se devem ou não aplicar castigos corporaes, se deve ou não ser abolido o regime da palmatoria; escolas essas onde ha uma disciplina escolar á militar com toques de corneta, onde se segue *servilmente* os programas officiais, os atrofiantes e banais livros officiais, e outros dislates de igual jaez!

Evidentemente esta confusão tem no fundo uma base: a vaidade. Entre nós, onde não ha iniciativa, originalidade, todos querem ser os primeiros, **os unicos** que pensam, que sabem, que teem intelligencia e vêem bem... Daqui, dizer-se que ha outras coisas diversas das que eles sabem ou preconizam é ofender-lhes o orgulho de sabios, a vaidade de pensadores—o que eles resumem nas seguintes frases: «isso não é novo *para mim*», «*eu* já fiz isso», «*eu* já sei isso»! Hipertrofia do *eu*, afinal de contas.

Mas, dizem os defensores da escola laica, os que pretendem a confusão dos espiritos de modo que sejam considerados a ultima palavra na pedagogia, que sejam tidos como não falidos em materia de ensino: nada ha que a «escola racional preconize *quanto a métodos pedagogicos* (logo, quanto a outras coisas, pelo menos, já não é o mesmo) que não tenha sido dito e redito pela escola laica». A «escola racional *pretende* igualmente seguir nos seus métodos pedagogicos os estudos feitos sobre a pedagogia da infancia. Tambem isto não é invenção sua».

Evidentemente que assim é, mas uma das diferenças está exatamente em que a laica *pretende* apenas, ao passo que a racional, não pretende só, *prática* experimentalmente.

Onde primeiramente a psicologia infantil foi estudada, foi nas escolas religiosas, congregacionistas. A educação jesuita é um conjunto de processos *aplicados* á psicologia da criança. Quem poderá negar que a educação jesuitica não tem a sua base na psicologia infantil, quando emprega os seus particularissimos *meios* para conseguir fazer duma criança um frangalho humano?

Mas, dirão, essa psicologia *habil* é falseada, essa psico-

logia não é a da «escola laica» que tem outros fins a alcançar!

Pois é exactamente o mesmo que dizemos a respeito da psicologia infantil *estudada* e preconizada na escola laica, em face da psicologia infantil praticada e seguida na escola racional ou scientifica; nesta a psicologia tem outros criterios, porquanto outros são os seus intuitos e os seus meios ou processos de ensinar!

Dizem ainda os defensores da amalgama laico-racionalista «que ha escolas laicas que são apatriotas e até antipatriotas e anti-militaristas» e «que não é verdade que a *ideia da patria* seja *sempre* (*sic*) ensinada dogmaticamente na escola laica; em muitas escolas, mesmo officiais esta ideia é *estudada scientificamente* e *ensinada criticamente*, fazendo apelo á experiencia e á razão».

Que prova isso? A excepção confirma a regra: simplesmente que em regra geral a escola laica é patriota, militarista, que a ideia de patria é *sempre* ensinada dogmaticamente, pondo-se de parte a sciencia, a critica, a experiencia, a razão; e que a escola racional é *sempre* apatriota e que segue o método do estudo scientifico, critico, apelando para a experiencia e para a razão, e nunca para o dogma!

Nesse argumento ha, porém, ainda uma *ficelle* que recorda a argucia jesuitica: é a *ideia de patria* ter uma explicação scientifica. Ora quando se explica scientifically tal fenomeno, não é como *ideia* que se encara, é como *preconceito*; como *sentimento*, *muda de nome* e chama-se adaptação ao meio social, pertence á mesologia.

Mas, dirão jesuiticamente: Ora! questão de palavras!...

Sim, questão de palavras, mas cada palavra tendo uma significação diferente: uma traduz preconceito egoista, exclusivista, outra traduz um facto natural, baseado na psicologia colectiva e não contém exclusivismos deprimidos para com os nossos semelhantes.

Com a pretensão, porém, de fazer interpretação autentica lança-se mão dum escrito publicado na *E'cole Renouée*, assinado por William Heaford, e ainda da denominação de *Scuola laica* que tem o periodico representante

em Roma, da Liga Internacional de Educação Racional da Infância.

Ora o artigo de Heaford, onde se faz a história da origem da *Escola Moderna*, de Barcelona, encara esta unicamente, ou pelo menos, principalmente sob o aspecto do que ela tem realmente de contrario á escola religiosa ou congregacionista; mas no referido artigo ha o cuidado de dizer-se embora incidentalmente, que Ferrer ao pretender «coordenar as escolas laicas da Espanha» pretendeu também *substituir os métodos* dessas escolas por outras mais racionais, positivos, scientificos.

Quem *quiser ver* tirará facilmente a conclusão de que éle encarou a *Escola Moderna* só no ponto de vista de que ela tem da laica e que não entrou no estudo das outras particularidades por que se distingue desta. De facto, a escola laica contém-se na escola racional no que ella tem de negativo em materia de religião, mas afasta-se della noutros inconciliaveis pontos, como por exemplo, quanto á sua fase positiva em materia de dogmatismo politico-social. Explicado assim o artigo de Heaford, o argumento da interpretação autentica com a sua citação, cai pela base.

Quanto á *Scuola laica*, de Roma, diremos que esse titulo corresponde em parte a uma exigencia mesologica e de propaganda, e, ainda, que essa publicação não se dedica inteiramente ao ensino racional; *é uma revista especial em lingua italiana, consagrada em grande parte á Ecole Renové.*

A escola laica existe em França, onde ha a favorecê-la a separação legal entre o estado e a igreja. Emile Zola estigmatizou-a, descrevendo no seu romance *Verdade*, com o seu costumado rigorismo, fotografando-no-lo em que consiste a escola laica e quais as perseguições que sofre o humilde professor que ousa saír da rotina e pretende ensinar por métodos racionais.

Basta, porém, ler os criticos da escola laica e os pedagogos de orientação racional ou positiva que advogam o novo método, para se provar que uma coisa é escola laica, outra escola racional. *Leiam-se todos os artigos*, — e para o caso, dos autores franceses principalmente, — que vieram publicados na *Ecole Renové revista fun-*

dada por Ferrer; leiam-se nomeadamente os artigos de Marcel Borit nos dois ultimos numeros do 3.º ano, o artigo de Maurice Dubois, intitulado «*Ecole primaire et la préparation á la vie*» e tirar-se-á imediatamente a conclusão de que as supraditas escolas são diferentes.

De contrario, chegar-se-ia a este absurdo: os defensores do ensino racional criticarem e censurarem... esse mesmo ensino! Se a escola laica é uma e a mesma coisa que a escola racional, para e porque é então que os preconizadores desta, combatem a escola laica, reprovam-na e pretendem modificá-la radicalmente, dando-lhe uma orientação scientifica, nos proprios países em que ella existe, quer oficialmente, quer particular?

Sabemos perfeitamente que classificações não correspondem á rigorosa realidade das coisas, que são apenas *processos* especiais de que os pensadores lançam mão para simplificarem a sua tarefa e se especializarem. As classificações dos conhecimentos, das plantas, dos animais, das sciencias sociais, são apenas métodos, processos, meios, com que o ser humano, mercê da sua mentalidade restrita, toma á parte e estuda *um aspecto particular, da natureza*, uma sua *modalidade*.

Quem pensar que as classificações servem apenas para constituir coisas completamente distintas, separadas, sem relação alguma com as *outras coisas* que a realidade nos oferece erra. O mathematico estuda as coisas sob o aspecto dos numeros, o geometra estuda essas *mesmas coisas* sob o da extensão, o fisico estuda-as independentemente da sua composição, que é o aspecto que pertence ao quimico, e assim para os demais aspectos, até que chegamos ao aspecto social, que por sua vez se subdivide em diversos aspectos, economico, genetico, artistico, psico-colectivo, moral, juridico e politico, pelo que se conclui que a sciencia tem sempre o mesmo objecto sobre que recai a sua observação e estudo, isto é, — vá o palavrão! — a sciencia é *una*.

Sabemos, portanto, que os celebres dualismos antagonicos são pura metafisica, como por exemplo, o bem e o mal, a virtude e o vicio, vertebrado e invertebrado, etc. Estas pseudo-antiteses *exclusivistas* não passam de

modalidades duma e mesma coisa, antes aproximando-se umas das outras por series de gradações.

Mas se sabemos isto, sabemos por consequencia que as coisas se distinguem pelo seu aspecto geral, pelo modo como estão conjugadas as suas componentes, e não porque *todas* essas suas componentes sejam exclusivamente suas, proprias, constituindo caractéres distintos, *tranchés* de todos os outros caractéres que compõem as outras coisas.

Evidentemente as escolas congregacionista ou religiosa, laica ou metafísica, e racional ou positiva, teem caractéres comuns, sobretudo este: serem escolas... como, por exemplo, os mamíferos, cuja característica é ter mamas. Mas, assim como sob este aspecto encontramos outros animais, além do ser humano, que se distinguem dele, assim também encontramos sob a rubrica *escolas* diversas escolas que pelo conjunto dos seus caractéres se distinguem umas das outras.

Ha, de facto, entre elas uma serie de pontos de contacto que servem de transição entre a escola religiosa e a laica e entre esta e a racional; mas o que é certo é que elas *no seu conjunto* se distinguem dum modo evidente. Pode a escola religiosa adoptar certos meios empregados pela escola laica, como esta pode seguir separadamente algum ou alguns dos processos preconizados e praticados na escola racional, mas todas as três distinguem-se no seu conjunto, sob varios pontos de vista como, por exemplo, quanto aos fins ou intuitos, quanto á instrucção, quanto á organização e funcionamento escolar, etc.

Deste modo, pois, a classificação de escolas em religiosas, laicas e racionais não é uma parvoçada. Profundemos.

*

A escola laica, do latim *laicus*, é a que não é eclesias-tica, religiosa.

As escolas religiosas primarias são dirigidas por individuos da igreja, por sectarios religiosos, e dão ás crianças uma instrucção primaria, é certo, mas ao mesmo tempo dão-lhes uma educação religiosa, apelando para as pra-

ticas religiosas, para os exercicios espirituais, criando nelas automatos, castrados de vontade e de ideias proprias, com criterio espiritualista e cheios de terror diante do que lhes disseram ser o sobrenatural.

As escolas laicas são feitas por profanos ou seculares e destinadas igualmente a profanos ou seculares. São pretendidamente dirigidas por um professor ou professora laica e dão ás crianças uma instrucção igual á das escolas religiosas, mas sem a materia religiosa que é substituida pela educação chamada civica.

Produto hibrido do Livre-pensamento e da Maçonaria, são na frase dum seu partidario um «meio seguro e proficuo de opposição ás facciosas e despoticas escolas de carácter religioso» e teem por principal, senão unica missão fazer ateus, ou mais rigorosamente fazer individuos *sem fanatismo religioso*, pois que nem o seu ensino, nem os principios que lhes servem de lema, são conducentes a criar *irreligiosos*, individuos completamente despidos de *qualquer* sentimento religioso. O culto dos mortos, por exemplo, subsiste na escola laica através do seu negativismo ateu.

O dogma religioso que ela tenta destruir, é substituido por outro dogma — o da patria. A liberdade de consciencia que ela defende diz respeito **unicamente** á religião. Um dos apostolos da escola laica sintetiza-nos esta verdade na seguinte frase dum seu escrito recente: «pensar ou não pensar, racionar ou não raciocinar, ter consciencia livre ou prisioneira dos dogmatismos das igrejas». Vé-se, pois, que o pensar, o raciocinar, o ter consciencia livre é na escola laica unicamente respeitante aos dogmatismos religiosos.

E os outros dogmas, os outros preconceitos? A esses deixa-os inteiramente de pé. A propriedade, a autoridade marital, a correlativa subordinação da mulher, a arte e a sciencia como um dom, a caridade, o crime e o castigo, o estado, a patria, a ordem, o prestigio da autoridade, o respeito ás leis e aos chefes, etc., etc., tudo fica de pé, tudo ela sanciona e defende com entusiasmo. E' a sua missão de carácter afirmativo. E nesse sentido tem um trabalho de sugestão.

Ela procura — empregando, á semelhança do jesuita solerte, um conjunto de *meios*, de práticas politicas, de exercicios militares, com hierarquias, premios e castigos — fazer dos alunos eleitores, a que chama cidadãos; criar soldados «que defendam a Patria»; insuflar o dogma da bandeira — simbolo da supradita patria; alimentar o odio ao estrangeiro; manter o amor fetichista pelo *nosso* exercito, pela hierarquia social; isto é, agarra nas crianças, e, corrompendo-lhes a inteligencia, mentindo-lhes, faz delas esses *servidores* inconscientes, esses partidarios de toda essa engrenagem metafisica do Estado-Autoridade, do Estado-Lei, do Estado-Parlamento.

«O aluno das escolas laicas faz do mundo exterior uma ideia muito especial. Segundo o criterio dos mestres, ha duas especies de homens no mundo exterior: os homens honestos, inteligentes que teem razão em tudo que dizem, que são heroes quando vencem, martyres quando vencidos, são os *cidadãos* tementes ao Estado—quando *exteriorizam* bem patentemente práticas politicas! Os outros, malandros, corja, são os apatriotas, os anti-militaristas, os anti politicos, se são sabios pensam como intrujões, se são crentes é porque são hypocritas, se vencem são traidores e da policia, se são vencidos são covardes!

«O ideal da escola laica, sob o ponto de vista da educação seria transformar o mundo pensante numa vasta *politicocracia*» e «a educação da mocidade é um dos melhores meios para o politico conseguir o fim do seu partido».

A afamada obra de Jules Payot — *La Morale à l'Ecole*, conforme o programa do ensino da moral nas escolas da França, confirma o que dizemos. Eis uns exemplos:

«Nós queremos que a *nossa patria* seja a mais justa, a mais humana, numa palavra, a mais razoavel. *Queremos que a França* tenha uma reputação de polidez, de generosidade que se faça amar por todos os povos e que forc e a propria estima das *nações hostis*».

«**Um aprendizado necessario.** — Ser um bom soldado é um mister difficil que é necessario aprender. E' forçoso ser um atirador habil, saber carre-

gar e apontar um canhão. Este aprendizado é o serviço militar.»

«A victoria pertence aos que avançam. Numa batalha é sempre o mais perseverante quem vence. O menor movimento de hesitação e de indecisão aumenta o numero de mortes, de feridos. Pelo contrario, o entusiasmo, a audacia alegre, diminuem as perdas. Porisso devemos sempre avançar com coragem, custe o que custar.»

Que melhor prova poderíamos dar do criterio social que preside á escola laica! Contudo acrescentaremos outra prova: é a *excelencia* do celebrado *mutualismo escolar* que tão grande deslumbramento causa aos nossos pedagogos... franceses. O mutualismo é simplesmente uma escola de agiotagem, pois cria apenas, sob a capa da previdencia, o espirito de ganancia, do dinheiro a juros; não cria seres humanos solidarios, mas simplesmente capitalistas. E' portanto essencialmente tendencioso a fazer dos alunos bons e pacatos burgueses.

Quanto ao mais... a escola laica segue o mesmo que a escola religiosa.

Na parte instrutiva o que tem em vista é o exame, a carta de exame, a caça ao C. E. P. (certificat d'études primaires), como dizem em França. «Para a democracia, diz Maurice Dubois, que não sabe que existe a industria e a agricultura, que não pensa na produção, mas para quem o ideal é o pequeno comerciante, o burocrata, gente de modesto salario, com a vida livre de percalços, certa dum pequeno rendimento para o futuro, a instrução simbolizada pela carta de exame primario, é uma excelente panacea.»

Os assuntos a ensinar, tanto na escola laica como na religiosa, são os mesmos, com o mesmo carácter de fracccionamento, de coisas soltas, sem nexos. As nomenclaturas ôcas são o seu cavallo de batalha. A historia é ainda a mesma enfiada de reis, de guerras, de grandes homens, «desde as epochas mais remotas até nossos dias».

A educação familiar é completamente desprezada. O homem e a mulher são, para a escola laica, seres que não teem vida comum, que não são socialmente iguais. Para ela, a mulher é ainda um ser inferior sobre o qual o ho-

mem manda. Basta ler as constantes chufas, os ditos du-bios e pornograficos que costumam escrever certos partidarios da laicização do ensino, ácerca da mulher, para se ver que a educação do homem para companheiro da mulher é coisa que lhes repugna ou que lhes é desconhecida.

A escola laica tambem não cura da intelligencia da criança; o seu método de ensinar é ainda o mnemonico: desenvolve a memoria e nada mais. O raciocinio é coisa de que ela não cogita.

Os programas são rigidos, independentemente dos meios sociais a que devem ser applicados. São os funcionarios que habitam as capitais, que os formulam dentro dos seus gabinetes e que fazem os livros destinados a serem decorados, sistema este puramente empirico, originando essas verdadeiras monstruosidades, a que Laurin chama fantasias pedagogicas...

*

A escola racional ou scientifica ou integral não é assim. Não trata apenas de substituir o padre professor *que manda*, pelo professor laico *que manda tambem*, com preocupação assente de ser contrario ás doutrinas religiosas; não trata só de eliminar dos programas a parte religiosa ou fazer segundo a frase proferida num Congresso Pedagógico, da Liga Nacional de Instrução, por um novo pedagogo(?) cujo nome serve de rotulo a uma escola republicana — ensinar ás criancinhas a doutrina, para depois dizer-lhes «isso é uma mentira...» Não trata tambem de substituir a palavra *igreja* pela palavra *estado* ou por qualquer outra que como estas são meros dogmas ou preconceitos. Outras são as suas vistas, os seus horizontes, outros os seus fins e intuitos.

Ela tem por fim fazer da criança um ser humano completo, integro. Dirige-se a criar em cada criança, não um ser mutilado, mas um individuo socialmente completo, conhecedor de *todos* os seus direitos, tendo uma consciencia social integral e não sendo apenas uma maquina eleitoral.

Nas escolas racionais, segundo a exposição de princi-

pios da «Liga Internacional de Educação Racional da Infancia», **fundada** por Francisco Ferrer, tem-se em vista que a educação deve assentar em bases scientificas e racionais, e por conseguinte repele toda a intervenção sobrenatural ou autoritaria; que a educação é mais importante do que a instrução, e deve compreender, alem da «formação da intelligencia, do desenvolvimento do carácter, a **cultura da vontade**, a preparação dum ser moral e fisico, bem equilibrado, cujas faculdades sejam harmonicamente associadas e levadas á sua maxima potencia.»

A educação moral é tambem experimental e tem como ideal e fundamento a prática da «grande lei natural da solidariedade».

«Os programas e o método são adaptados tão exactamente quanto possivel á psicologia da criança». E assim os programas não são inalteraveis, a ordem das materias tais como neles existe tem minima importancia: uns servem apenas de orientação para o professor, a outra é alterada constantemente, de harmonia com a psicologia individual dos alunos e com o meio social a que se applica, urbano ou rural.

Preocupando-se mais com a *qualidade* do que com a *quantidade*, com o saber consciente do que com o palavreado erudito de sabios; é pois um ensino intensivo e não extensivo, caracteristica do ensino laico.

Como principio fundamental em pedagogia ela preconiza que **só se deve ensinar ás crianças o que elas podem compreender, ver**. E como a psicologia, da criança é essencialmente concreta, assim tambem o seu ensino deve ser essencialmente concreto. A abstracção é posta de parte por incongruencia.

Preocupa-se com que a criança *sinta, veja, entenda*, que investigue por si propria, observe, colecciona sistematica e conscientemente os conhecimentos, que tenha discernimento, criterio e iniciativa propria. O ensino é feito com coisas e não por palavras. E' um ensino simples, sobrio, pratico, vivo, verdadeiro, livre de ideias já feitas, emolduradas em definições sibilinas, sem palavreado, sem li-

ções a dedo ; é feito numa linguagem chã e sã, não pretendendo formar só sabios ou literatos, individuos estranhos á produção a quasi todas as demais actividades sociaes.

A escola racional não confunde o estar preparado para a vida com o estar preparado para ser um comerciante ou um burocrata ou um eleitor, e neste intuito ella cura principalmente da educação social integral e não da mera educação politico-galopineira. Procura fazer de cada aluno um ser economico — no sentido de que deve desempenhar uma função economica — como deve ser um individuo familiar, artistico, scientifico, moral e justo.

O que, sobretudo, distingue a escola racional é que ella é essencialmente **um método**, um processo de ensino, baseado em estimular na criança a investigação scientifica, em lhe ensinar **só o que ella pode compreender** dum modo claro e nitido, provocando-lhe o raciocinio de modo que seja a criança que descubra a lei, o principio, a causa, numa palavra, a verdade scientifica, indo de raciocinio em raciocinio, de experiencia em experiencia.

A acção do professor limita-se, pois, a provocar habilmente a atenção do aluno e auxiliá-lo nessa busca da verdade, nessa luta pelo saber. Ao professor é vedado dar á criança a verdade já feita e demonstrada, dentro, dum enunciado ou duma definição.

A disciplina á militar é completamente condenada. A verdadeira disciplina encontra-a ella na amizade, na boa camaradagem que deve haver entre os alunos e os professores.

Sobre hygiene escolar. quanto ao estudo, conhece o que é a doença que o dr. Delassus denominou *Ecolismo* ou seja o resultado morbido do excesso de trabalho exigido pelos desapiedados programas, que forçam os estudantes a um *surmenage* intelectual continuo e os obriga a um sedentarismo prolongado, cujas taras principais são o desvio da columna vertebral, perturbações da vista, mau funcionamento das vias digestivas, excitação nervosa, etc.

Emfim, para terminarmos citamos o que Francisco Ferrer escreveu em 1907 quando estava preso no Carcere Modelo, e que veio publicado na *Humanidad Nueva*.

«A Escola Moderna (ou seja o ensino racional) não tem por fim unicamente fazer desaparecer dos cerebros o preconceito religioso. E' certo que é elle um dos que mais se opõem á emancipação intellectual do homem, mas expungir-lo não é sufficiente para se preparar uma sociedade livre e feliz, porquanto não se compreende que o seja sem liberdade, só porque não tem religião.»

«A Escola Moderna propõe-se combater todos os preconceitos que entravam a completa emancipação do homem. Porisso a instrução que ministra é racional, humanitaria, levando o espirito da criança ao conhecimento de todas as injustiças sociaes, para que, por sua vez, possa combatê-las e opôr se lhes. O racionalismo que preconizamos abomina as guerras fratricidas, internas ou externas, a exploração do homem pelo homem, a escravidão da mulher; tem como alvo a destruição de todos os factores da desharmonia humana, como a ignorancia, a maldade, o orgulho e outras chagas sociaes que tanto affigem a humanidade.»

«O ensino racional e scientifico da Escola Moderna abrange, como se vê, o estudo de tudo aquilo que é favoravel á liberdade do individuo e á harmonia da colectividade, isto em procura dum regime de paz, de amor e de felicidade para todos, sem distincção de classes, nem de sexos.»

Eis o que é o ensino racional! Eis o que elle quer: que «a humanidade se governe pela razão e pela verdade, em vez de se deixar governar pelos preconceitos e pela mentira», quer sejam religiosos, quer politicos! Eis o que *não é* a escola laica!

Crêmos ter demonstrado a diferença.

É preciso sair-se da aristocratica abstracção scientifica, e penetrar, misturar-nos na democratica concretização dos factos cotidianos; a deducção dos nobres pensadores, carece, para não perder o character de scientifica, de ser corrigida constantemente pela observação directa e pela experiencia scientifica. *Desçam* do alto do seu esplendoroso pedestal de marfim, da sua elevadissima mentalidade erudita e venham acotovelar-se na obscuridade anonima e in gloria da massa humilde dos *factos* diarios, que nem por

isso deixam de ser scientificos, venham para a realidade e verão então que, tanto *na prática*, como na teoria, a escola laica não é a escola racional.

“Lições de Pedologia e Pedagogia Experimental,”

Edmond Picard, ao terminar a sua bela obra—*O Direito Puro*, pergunta ao leitor: aumentei os vossos conhecimentos? Aumentei a ordem das vossas ideias? Se assim succedeu consegui o meu fito. E, na verdade, um livro que queira ter a classificação de *bom*, deve apresentar estas qualidades, que podemos resumir em duas palavras: *fazer pensar*.

O livro — *Lições de Pedologia e Pedagogia experimental*,¹ tem estas qualidades? É um livro essencialmente moderno, proprio da nossa epoca — epoca de critica, de especulação mental, de sciencia?

A obra de Faria de Vasconcellos *faz pensar*, tem a particular qualidade de fazer pensar num assunto que hoje preocupa todas as pessoas, que é, por assim dizer, o estribilho de todas as conversas e discussões do mundo culto, e que até já alguém propôs que servisse de epiteto ao seculo em que vivemos, — trata dêsse monumental, tanto pela complexidade como pela importancia, dêsse grandioso problema da educação da criança.

A criança não é já o ser desprezado, deixado crescer ao acaso, num inconsciente desprezo; já não é o desprezível *fedelho*, sem categoria social, sem consideração alguma. Hoje, a criança adquiriu já direitos, que a sociedade não regateia, e que exige, até, que sejam respeitadas e acatadas. O direito *utendi et abutendi* do poder paternal barbaro e selvagem acabou. E hoje, não só se exige dos pais a obrigação negativa de não *usar e abusar da sua*

¹ Um volume de 584 pag. por Faria de Vasconcellos, professor da Universidade Nova de Bruxellas, — edição da Antiga Casa Bertrand.

prole, de não a mutilar fisicamente; mas tambem as obrigações positivas de observar as crianças, de as preservar inicialmente de quaisquer males que na sua idade tão facilmente se adquirem e que mais tarde se convertem em verdadeiras taras.

Assim, presentemente, a criança é objecto de mil cuidados, de mil observações e experiencias por parte dos pais, que tem consciencia das suas responsabilidades e sabem cumprir com os seus deveres, por parte dos professores, que estão compenetrados e amam a sua tarefa, dos pedagogos, dos medicos, e dos psicologos, que, como homens de sciencia, procuram, na criança, *prever e evitar* o mal, — as futuras doenças, quer meramente fisicas, quer psicologicas, quer, ainda, morais ou sociais.

Não basta alimentar a criança: é preciso regime, e saber quais os alimentos que ela deve ingerir de preferencia, com exclusão, absoluta ou relativa, doutros; não basta ensiná-la: é necessario saber o que se lhe ensina e o que se lhe deve ensinar, e o modo ou método como deve ser ministrado esse ensino e em que consiste. Não basta instruir, por mero *descargo de consciencia*. Acima de tal inutilidade está a educação, isto é, formar uma consciencia em cada criança, levando-a a *saber aplicar* na prática da vida o que ela aprendeu, e a *ser um caracter*.

Não se trata, pois, á antiga, de abarrotar a criança de muito comida, quer no rigor do sentido, quer no moral, isto é, quer no estomago, quer no cerebro. A questão não é de *quantidade*, mas de *qualidade*. Antes ponco e bom, do que muito e mau.

E' com este criterio verdadeiramente positivo, que uma pleiade de homens de sciencia, de amigos da infancia, da humanidade, tem anatomizado, analizado a criança; tem-se dedicado com real paixão ao estudo do que é uma criança nos seus multiplos e complexos aspectos.

As velhas teorias, ou melhor, as falsas ideias acerca da criança, e, cujos resultados prejudicialissimos todos nós sentimos, infelizmente, estão sendo hoje combatidas com frousesi, com o anseio de salvar alguma coisa preciosa, que está prestes a perder se.

Os individuos que possuem a sciencia experimental,

olham já a criança como um factor do futuro e como tal deve ser educada, isto é, formada, moldada numa orientação que lhe deva principalmente desenvolver o caracter e a independencia de um *selfgovernment* — para que ela não sinta, pense e actue sómente pelo que lhe dizem, mas que *saiba* sentir, pensar e actuar por si propria, por critério proprio e que actue e trabalhe na vida conforme o seu discernimento lhe ditar.

Deve criar-se em cada criança, não um automato, simples imitador da rotina e seguidor passivo das imposições autoritarias do meio, mas uma consciencia não só da sua personalidade fisica e social, mas tambem da sua especie.

O advento inteligente da filosofia positiva, repercutiu-se, necessariamente, no ensino. O empirismo cedeu o seu lugar á experimentação. O livro arbitrio desapareceu perante a entronização do determinismo.

E o ensino que era e é ainda em muita parte . . . baseado na vontade livre, torna-se — salvo, felizmente, raras excepções — em determinista.

A criança passa a ser julgada como um *produto* complexo de diversos e variadissimos factores, congenitos e adquiridos, é uma *resultante* de complicadas forças, é um *efeito* de multiplas causas e não simples vontade — essa metafisica que ao presente nos faria rir, se não fosse de resultados funestissimos para todos nós, e se de comedia não se convertesse em tragedia, cujas vitimas temos sido nós todos — uns mutilados, não só fisicamente, mas sobretudo moral e socialmente.

A criança só faz o *que pode*. Só podemos exigir da criança o que *pode dar*, e, mesmo assim, este critério deve individualizar-se, isto é, nem a todas as crianças se pode exigir o mesmo esforço e resultados, quer em quantidade, quer em qualidade. A criança não é um ser humano adulto, em ponto reduzido. E' um ser especial, com forças imanentes proprias, que a caracterizam e individualizam.

Possuidor d'este critério eminentemente scientifico, o autor das *Lições de Pedologia e Pedagogia experimental*, partindo do seguinte postulado: — *a criança tanto fisica como psiquicamente constitui um tipo especial e cujo crescimento não é apenas quantitativo*, — mas

sobretudo uma transformação qualitativa, — propõe-se estudar «o corpo da criança (estatura, peso, etc.) normal e anormal, a sua evolução, os órgãos dos sentidos, o seu espirito, as qualidades e defeitos fisicos, intellectuais e morais, tendo em vista a determinação das leis do seu desenvolvimento fisico e mental, tanto sob o ponto de vista geral applicavel a todas as crianças, como sob o ponto de vista das diferenças e variedades individuais.»

Para demonstração de tais problemas — pois a caracteristica da obra de sciencia não está em afirmar, mas em provar — o autor encara a criança, separadamente sob varios aspectos: o seu crescimento fisico; os factores do seu desenvolvimento mental; os órgãos dos sentidos; a memoria sob o ponto de vista experimental; a associação das ideias; a atenção; a affectividade; a actividade; a fadiga, etc.

E assim, lançando mão da observação directa e da experiencia, de numerosas estatisticas e documentos, elaborados com probidade e conhecimento profundo de materia, pelos varios especialistas d'este ramo da sciencia psicologica, e escudado ainda por uma erudição vasta e especializada, o autor consegue: para a grande maioria, iniciá-la no estudo scientifico da criança; para um numero mais restrito, dar-lhe novos conhecimentos; e para um reduzidissimo numero de individuos já conhecedores do assunto, oferecer-lhe — e nisto está um dos predicados do livro, que analizamos — a sistematização das ideias e das teorias pedagogicas e pedologicas existentes e que são a base do ensino scientifico, positivo, da criança.

Para os pais que queiram cuidar a valer, como lhes cumpre, dos seus filhos, é o livro de Faria de Vasconcellos, utilissimo, pois lhes permitirá seguir uma orientação na educação dos seus filhos.

Para os professores *vieux jeu*, á antiga, é uma correção, uma lição, e se o neofobismo dalguns não lhes fizer compreender o que ha de verdade nesse livro, ha a compensar a influencia salutar que pode exercer no espirito progressivo do professorado, em geral, e nomeadamente dessa pleiade de novos pioneiros da instrução que pretendem transformar o ensino, substituindo os velhos

e rotineiros processos, por outros processos intuitivos e positivos e cujo conjunto forma o *método racional*.

Não mais ensino que a criança não possa compreender, não mais processos simplesmente mnemônicos, não mais *pequenos prodígios* de ciência avariada e aerea! Não mais *sábios de ciência* (?) *ouvida*, de ciência (?) decorada! Não mais cerebros atulhados de palavras pseudo-científicas, de ciência de papagaio e incompreendida!

A criança — a humanidade futura — é digna de melhor sorte! Ela tem direito de ser melhor tratada. Tenham compaixão!

Cuidemos do futuro da humanidade; cuidemos da criança, estudando-a carinhosa e scientificamente. Façamos do século XX o *seculo da criança*!

CAPITULO II

EDUCAÇÃO RELIGIOSO-MILITARISTA

Militarização das escolas

I

O ministro da guerra do governo provisório, metendo foice em seara alheia, nomeou uma comissão para — baseada no critério de *«incutir e radicar nos animos o espirito militar desde a primeira adolescencia»*, «o qual deve ser porá todos o abecedario na linguagem das suas futuras relações sociais», — apresentar um projecto para a instituição e organização da instrução militar preparatoria nas escolas e mais institutos de educação, quer officiais, quer particularés...

Este facto, que os conselheiros *acacios* da juvenil republica aplaudiram enfaticamente, exclamando, por entre um satisfeito arrôto de saborosa e ruminante mastigação: *«E' como na Suissa!»* é muito grave e é de todos os assuntos que as novas instituições politicas vieram revolver, um dos que mais merece ser tratado com grande amplitude, com largueza de vistas, e tomado a peito por todos os que se interessam pelo bem da humanidade, pelas crianças, pela educação da geração futura.

Todos os que tem uma consciencia social, que consideram a educação como o principal factor do progresso, que ha de lançar á terra a semente donde germinará o que é hoje o nosso ideal, como sendo a criadora da so-

cidade futura, devem desde já protestar contra tal atentado, contra semelhante monstruosidade!

O governo provisório, substituindo o ensino congregacionista ou jesuítico-religioso pelo militarista-patrioteiro, não faz mais do que substituir o milagre idiota pela força estúpida, a mentira religiosa pela violência militar, pela mentira patriótica. E' dar igualmente um veneno corrosivo e pervertedor em vez de lições e exemplos essencialmente morais sobre a verdade, a justiça, a solidariedade! E' apossar-se, á semelhança do jesuíta, da criança no banco da escola, para a encerrar cobardemente nas trevas dos dogmas.

No fundo e nos seus resultados a educação baseada no dogma religioso e a educação no dogma do amor da pátria, da razão do Estado, equivalem-se.

Tais educações são, tanto no ponto de vista social como sob o aspecto meramente pedagógico, um verdadeiro crime cujas consequências são prejudicialísimas. Todos os vícios funestíssimos que encontramos e encontram os chamados livre-pensadores, no ensino religioso, encontramos nós no ensino patriota-militarista.

Atacar o primeiro e defender o segundo é ilógico e prova ignorância ou perversão ou jacobinismo deshonesto!

*

O ensino religioso, — base do clericalismo, essa baixa superstição, — bestializador e reaccionario, devora tudo, envenena uma sociedade inteira, com os seus dogmas, os seus feitiços, com a abdicação da personalidade em holocausto dum deus violento, vingador e infecundo. Uma sociedade educada sob o regime clerical-religioso, é uma sociedade viciada, corruta, incapaz de progresso, de verdade e de justiça. O estagnamento é a sua característica.

Pois uma sociedade educada sob o espirito militarista e patriótico oferece-nos o mesmo degradante quadro.

O militarismo é um sopro de morte; fere a terra com a sua esterilidade e lança os homens no ódio, na vingança; é a negação da própria vida, contribuindo para a escravi-

dão dos povos. E' o regresso ás paixões rancorosas, fazendo de cada homem um ser capaz das ferocidades mais cruéis, das superstições mais grosseiras e selvagens, e criando-lhe uma mentalidade que adora igualmente feitiços e que baseia a glória no massacre, na intolerância, na crueldade feroz de *fazer mal*, de *fazer doer*. E' a perversão dos caracteres, lançando no íntimo, no sangue, nos nervos dos individuos o veneno, o fermento de todas as desordens, de todos os sofrimentos, de todos os rancores.

Toda a instrução que é dirigida para exaltar a ideia de pátria, cujo unico fito é fazer soldados, não faz um povo inatacavel, faz apenas um rebanho estagnado na rotina, submisso, só cuidando em lisongear os superiores para viver uma existencia de pura animalidade.

Substituir o crucifixo pela espada, o rosario pela charlateira, a oração unisona e insidiosa, estapafúrdia e terrificante pelo canto guerreiro em que se celebra o odio ao semelhante, em que se glorifica o assassinato em massa e se incitam, com uma mentalidade medievá, os seres humanos a *pegar em armas e contra os canhões marchar* — é, afinal, fazer o mesmo, é obter os mesmos resultados sob denominações diferentes. Tanto a educação religiosa como militar criam individuos anti sociais, civados de espirito sectarista — estigma do fanático, quer êle seja um religioso quer um patriota.

Que diferença de mentalidade, de sentimentos ha entre o religioso imbuido na obcecção deísta e o megalomaniaco patrioteiro, cheio até á medula, do espirito militarista, igualmente injusto e mentiroso?

A primeira comunhão e o juramento ou festa dum bandeira não tem tantos pontos de contacto? Os templos e os quartéis não são chamados indistintamente *santuários*, um dum deus, outro dum pátria? As solenidades, os deslumbramentos das ornamentações tendenciosas e a gravidade com que se procede a essas espectaculosas cerimónias não são identicas nos fins, á parte os simbolos? Não tendem ambas para a captação do adolescente? Não se realiza com ambas a renúncia á individualidade e a submissão a dogmas, a simbolos que a criança

não compreende? Não são iguaes as preparações misteriosas e incompreensíveis, as catequeses, a capela resplandecente de luzes e o quartel reluzente de armas, o fato novo ou a farda nova, o incenso e toques dos sinos ou os toques de corneta, emfim, toda essa espectacularidade que tem por fim aproveitar o momento perturbador da adolescencia e da puberdade, e conquistar e apoderar-se para sempre da tenra razão das criancinhas, alimentando-lhes a febre perversa do misticismo, tornando-as escravas dum deus egoista, ou duma bandeira e dos quais jámais se esquecerão, sentindo-se invadidas por esses virus pestilentos que a toda a hora, em todos os momentos da vida lhes virão á memoria. Esse espectáculo de que a criança foi um inconsiente actor, essa hora do espasmo, esse desfloramento moral de que foi vitima ficará para sempre gravado na sua mente! E a obra iniciada será completada. A criança acabará de crescer e de desenvolver-se no meio dos peores preconceitos, alimentada de erros e de mentiras seculares, inteiramente contraria a toda a ideia generosa.

Um militarista é tão prejudicial como um sectario de Loyola. Um povo militarista é um povo clerical, um povo reaccionario.

E se não, vejamos no campo dos factos. Olhemos para as chamadas democracias europeias, para a Suissa e para a França...

II

E' costume neste assunto, trazer como exemplo as republicas suissa e francesa. Pois tanto uma como a outra são exemplos... não para seguirmos, mas para rejeitarmos por completo.

Olhemos para a Suissa. Que espectáculo nos oferece com o seu ensino militarizado?

Ainda que pese aos nossos políticos siminianos, que se extasiam perante tudo que é estrangeiro, á mingua dum ideal e dum saber criador, propios — o povo suisso nada oferece de educativo senão no ponto de vista comensinho de casa bem administrada. Onde ha pão... A

Suissa, alguém já o disse, é um hotel em ponto grande. O ideal bemfazejo que cria individualidades, que dignifica os caracteres, que faz seres humanos, lutando pelo futuro, pela sciencia, pela civilização, agitando as multidões num caminhar para a frente, para o melhor bem estar, é coisa que está amortecida na grande maioria dos suissos, que vive num estreito e cristalizador oportunismo. Debaixo da sua militarização, sob a sornice, sob a rotina atrofiadora não sai, não brota a scintilha do genio, do talento. A sua intelligencia está apenas formada para *obedecer*, para o *deve e haver* e a compreensão dos seus deveres sociais limita-se ao servilismo politico, vulgar e improgressivo, eriado nas formaturas militares, no manejo das armas, á voz do comando dos *superiores!*...

E a França? Por ocasião da derrota de 1870, toda a sua esperanza foi o exercito. Entregou-se de corpo e alma ao ezercito. Era necessario, dizia se, continuar a defender-se dos vizinhos armados até aos dentes. Este espirito invadiu as escolas. «Só se exaltava á criança, por meio de livros, de estampas, de lições a toda a hora, o direito do mais forte, os massacres, as carnificinas, as cidades devastadas, arrasadas. Só se lhe desenvolvia da historia as paginas sangrentas, as guerras, as conquistas, os nomes dos capitães que tinham dizimado a humanidade. Esquentavam-se os pequenos cerebros com uma confusão de armas, com pesadelos de mortandades que tingiam de sangue os campos. Desde os livros, como premios, dados aos estudantes, dos jornalecos feitos por eles, até ás capas dos cadernos, não se lhes punha debaixo dos olhos senão exercitos massacrando-se, navios incendiando-se, — a eterna calamidade do homem tornando lobo do homem».

Criada esta mentalidade reaccionaria, embrutecedora, os cerebros perverteram-se e os caracteres abdicaram da sua autonomia. Não se pensava, não se admirava: nenhum ideal havia mais elevado do que a patria, brutal, exclusivista, preponderante e sanguinaria. Fez-se, organizou-se habilmente um culto da bandeira. Dêsse culto absorvente, derivou um estado de religiosidade, de fanatismo. E então, a igreja, o catolicismo, que preparára a

mise en-scène e contribuíra argutamente para esse estado, — começa a intervir mais directamente. Do fanatismo patriota, é fácil passar ao fanatismo deísta; do culto da bandeira ao culto de imagens, e vice-versa: é baralhar os dois, é confundir-los, é torná-los dependentes um do outro; é ligá-los, é dar-lhes a mesma causa, a mesma origem. E' dizer-lhes que defender a patria é defender deus, que defender este é defender aquela, que prestar culto a deus é prestar culto á patria — pois que não ha patria sem deus!

E assim, habilmente, não sem um cunho de verdade por meio duma propaganda, quer falada, quer escrita, e sobretudo, por meio das estampas covardemente dadas ás crianças, se foi alimentando o espirito religioso que a republica franceza pretendia acabar á força de decretos, deixando, todavia, de pé e exaltando o culto militarista, arvorando, como na idade média, a profissão guerreira na principal, na mais honrosa, na excelencia de todas as carreiras sociais.

Quando, porém, não se tratava duma batalha, tratava-se dum milagre guerreiro, alguma lenda absurda, fonte de trevas: «um santo ou uma santa libertando o país á força de orações, uma intervenção de Jesus ou de Maria, assegurando aos ricos a propriedade dêste mundo, um padre resolvendo com um sinal da cruz as difficuldades sociais e politicas. Fazia-se sempre um apêlo á obediencia, á resignação dos humildes. Reinava o pavor, o temor de deus, o temor do diabo, o temor baixo e medonho que se apossava do homem em criança e o não largava até ao tumulto, através da densa noite da ignorancia e da mentira. De modo que só se fabricavam escravos, a carne boa para ser empregada á vontade do senhor, e daí vinha a necessidade dessa educação de cega fé, de perpetua exterminação para terem-se soldados sempre prontos a defender a ordem de coisas estabelecida. A guerra é a unica cultura da energia humana — diziam. Unicamente a espada resolvia as questões do povo — afirmavam. Os cultos de Joana d'Arc e de Napoleão imperavam, absorventes e embrutecedores. . . »

Dêste modo após trinta anos, o passo dado pela Fran-

ça parecia anular-se á menor perturbação publica, «o povo de hoje voltava ao embrutecimento, á demencia do povo de ontem, sob o repentino regresso das trevas ancestrais, devido a essa educação militarista, patrioteira e medieval. Debaixo dessa educação, a igreja trabalhando na sombra tinha obstruido os caminhos, retomado um a um os pobres de espirito, indo até declarar-se republicana; as congregações expulsas, voltaram uma a uma; os collegios dos jesuitas, de dominicanos, e outras comunidades de ensino povoavam daí a pouco com os seus discipulos, a administração, a magistratura, o exercito, ao passo que as escolas dos *Irmãos* e das *Irmãs* desapossavam as escolas primarias, laicas, gratuitas... e obrigatorias... E de tal modo que, de repente, num grande sobresalto de despertar, todo o país se encontrára nas mãos da igreja, com homens desta nos melhores lugares do seu organismo governamental e com o futuro comprometido.»

Tal é o quadro que nos apresenta a França com o seu ensino militar nas escolas!

*

Estes exemplos, *estes factos* são o bastante para provar a nossa tese: a militarização das escolas é prejudicialissima. Cria uma mentalidade que é uma preparação, uma porta aberta para o fanatismo religioso, o qual por sua vez carcome as instituições republicanas, quer mantendo-as num espirito conservador, como a Suissa, quer levando-as á sua propria destruição, para entrarem abertamente num caminho despotico, reaccionario e monarchico, como succedeu com a França nas aventuras do boulangismo e na questão Dreyfus. Com o boulangismo a França esteve prestes a tornar-se uma monarchia militar, saída do exercito, imposta pela violencia despotica das armas e tendo como chefe um general, repetindo-se um 18 de brumario atenuado. Com a questão Dreyfus, o exercito e a religião ligaram-se contra as instituições republicanas em nome dos cultos da patria e do deus — habilmente explorados pelos reaccionarios politico-religio-

sos, e estiveram prestes a cair novamente no espirito imperialista e a desacreditarem-se perante o mundo civilizado.

Ambos estes acontecimentos foram os frutos logicos e naturais da demencia dos governantes, deixando-se ir atrás do luzido e espectacular culto pela força armada, pela bandeira, pela patria — que os levou a criar o ensino militarista nas escolas.

A escola laica *simplesmente* militarista fôra a pouco e pouco substituída pela escola religioso-militarista, e as gerações que formou foram as que se ensandeceram perante o aventureiro Boulanger, perante o anti-semitismo, foram as que criminosamente, selvaticamente, incapazes de ideias e de sentimentos generosos, apedrejaram, insultaram e quiseram matar os que defendiam a Verdade e a Justiça, que queriam que Dreyfus, o inocente, fosse libertado das garras dos abutres de barretina e de soldado, das garras dos amigos das chacinas em massa.

As instituições republicanas portuguesas, ainda ha dois dias proclamadas pelo povo de Lisboa, precisam ter muita cautela e estudar o ver o que se tem passado lá fôra para não lhes acontecer o mesmo. Se entram no caminho da deificação militarista e no patrioteirismo patetico, estão perdidas. Dum momento para outro o perigo avolumar-se há e poderão perecer, poderão sossobrar, ser *empalmadas* por qualquer aventureiro militar e cazarista, ignobilmente ambicioso, que, ligando-se ao padre, á cruz, explore o filão sempre fecundo, do misticismo guerreiro, patriota e deista.

Não basta sómente dissolver e expulsar as congregações para que a reacção desapareça. Em França, como dito ficou, tambem foram expulsas e... voltaram, assentaram novamente arraiais. O que é necessario é não conservar o *seu espirito*. Que importa expulsá-las, se o seu espirito de intolerancia é mantido e alimentado por outras instituições semelhantes, conducentes ao mesmo fim degradante e absorvente da emancipação e dignificação humana?

Criar o espirito militarista, mantê-lo, sustentá-lo com todos os seus erros megalomaniacos e sanguinarios, nas

escolas, é contribuir para o reaccionarismo, é preparar gerações inimigas da Verdade e da Justiça, é adubar os cerebros para a sementeira religiosa que amanhã invadirá novamente tudo e todos, assambrando as instituições sociais, e que subtilmente preparará o advento do cazarismo de mãos dadas a Roma, aos jesuitas.

O celebre argumento de que é preciso preparar soldados que defendam a independencia nacional, é tolo, é saloio, é apenas *Conselheiro Acacio*.

A defesa nacional de Portugal não está na sua força armada, que será sempre irrisoria perante a das grandes potencias. Onde está, é em ser o *tertius gaudet* da luta de interesses dessas potencias, que não consentem mutuamente que qualquer delas adquira valor, supremacia sobre as outras, com a nossa aquisição; está em que algumas *precisam de nós*, tais quais somos; está, sobretudo no trabalho — no povo trabalhador, na industria, na agricultura e respectivo comercio, que destacando-se como unidade economica, no mundo economico, intervenha e se imponha pelas suas transacções honestas, pelo seu saber, pela sua intellectualidade, moralidade, numa palavra, pela sua civilização.

O trabalho vale mais do que todas as armas e canhões juntos, para defender a independencia dum povo!

Assim, pois, a militarização das escolas é simplesmente nula sob o ponto de vista de defesa nacional e é prejudicial sob o aspecto social, porquanto conduz ao despotismo, ao cazarismo, á ditadura militar — a pior das ditaduras — ao fanatismo, ao ensandecimento religioso. Rebaixa o nivel intelectual dum povo, capalhe as energias e as iniciativas e leva-o para o campo esteril e repugnante da contemplação, da adoração patetica e exclusivista da gloria militar, da profissão militar e, como consequencia, á ambição das classes em ser-se militar e ao desprezo concomitante pela classe civil, pelas ocupações civis, pelos officios e profissões uteis — as unicas que são o sinal demonstrativo do grau de civilização dum povo moderno e que pretende ser verdadeiramente independente, consciente de si proprio, e ser tido como uma entidade moral.

E, no século xx, a consideração moral e social não se adquire já com espadas e hostias, mas, sim, pelo trabalho, pela dignificação das pessoas, vivendo e possuindo um ideal de vida social baseado na solidariedade humana.

III

Falámos sob o ponto de vista social, e parece-nos ter demonstrado quão prejudicial é a militarização das Escolas. Vamos agora tratar o assunto sob o aspecto pedagógico, o qual pode ser encarado ainda sob o ponto de vista da sua influencia no character da criança e sob o ponto de vista da compreensão, dos conhecimentos, do saber que ela adquire, não só quantitativamente, como qualitativamente, com o ensino militar.

Pedagogicamente tal ensino é um crime, uma monstruosidade.

Já dissemos algures: **só se deve ensinar ás crianças o que elas podem compreender, ver.** Só se deve ensinar-lhes o que elas podem compreender dum modo claro e nitido, provocando-lhes o raciocínio de modo que sejam as crianças que descubram a lei, o principio, a causa, numa palavra a verdade scientifica. Só se lhes deve ensinar a verdade demonstrada e demonstrável concretamente, palpavelmente, e ainda dessa parte só se deve explicar aquela que elas podem perceber, de que podem alcançar o sentido, e por que podem consequentemente interessar-se. Tudo o que o estado de desenvolvimento psico-físico das crianças não permitir que elas compreendam, que possam ter uma ideia perfeita e rigorosa, deve ser posto de reserva para quando o possam perceber.

O ensino deve basear-se exclusivamente em realidades que as crianças — no seu início da vida — possam entender e que lhes traduzam todo o pensar dos seus cerebros incipientes. E' preciso, é forçoso que elas *conheçam, vejam* ou já *tenham visto* os objectos para compreenderem o que significam as palavras. O ensino deve ser, pois, essencialmente concreto, referente ao presente — e não ao passado — e por meio de *coisas* e não por *palavras*...

O estudo do passado — sem comparação com o presente — torna-se para as crianças numa abstracção e, como todas as abstracções são para elas inintelligíveis, segue-se que não lhes desperta a curiosidade, o interesse. A ideia nitida do tempo e do espaço só a adquirem os cerebros adultos e tudo o que saír dos limites da meia duzia de palavras concretas que constituem todo o vocabulário infantil, é desperdiçar forças e actividade, muito mais bem empregadas na aquisição dos conhecimentos uteis, os quaes as crianças aprendem facilmente e pelos quaes, conseguitemente, tomam interesse.

A abstracção, é facto, nunca é apreendida pelos pequenos cerebros e quando — aparentemente — as crianças parecem apreendê-la, ha nesse caso puro psitacismo. Cada criança é um papagaio.

O principio de que as crianças são capazes de reter, — embora á custa de grandes esforços — palavras que não compreendem, só excepcionalmente é verdadeiro. Os factos provam que mesmo as palavras aprendidas de cór na nossa infancia, não se retem ou, quando as retemos, confundimo-las de tal sorte que melhor seria não as ter aprendido.

E' impossivel criar numa criança o interesse pelo estudo, pelo trabalho, por meio de simples palavras que lhe exigem uma pura abstracção, uma grande atenção sobre coisas que lhe dizem que existem, mas que são para ela — ser prático — impalpaveis, invisiveis.

Assim, pois, em virtude da constituição do cerebro da criança, todas as vezes que empregamos palavras sem concretização e que teem apenas um valor symbolico, arriscamo-nos a que ela não perceba patavina, por mais esforços e exemplos que utilizemos; mas ainda quando — por absurdo — ela compreenda alguma coisa, cairemos no erro de deixar supôr á criança que o conjunto das coisas é identico ao simbolo que lhe queremos *impôr*.

E' o caso duns missionarios que, em Africa, pretendendo ensinar a uns selvagens o que era a Bemaventurança celeste, tinham de empregar os termos *carne pôdre*, porque eram estas as palavras a que correspondia a mais bela coisa, superior, melhor, que eles podiam desejar, ambicionar, alcançar !...

*

Estes principios geraes, rudimentares, que todos conhecem, applicam-se perfeitamente, mas dum modo mais intensivo e portanto mais agravado, quando se trata dessa monstruosidade que dá pelos nomes de *ensino militar*, *instrução militar*, ou seja a militarização das escolas, cujas duas faces repelentes por que podemos encará-la, são: — o exercicio militar (educação de matar bem e o mais rapidamente possível) e a chamada educação civica (a es-cravidão do humano perante o Estado.)

Analizemos estas duas faces. Começemos pela educação civica.

E' a face pedagogica propriamente dita desta questão.

A educação civica consiste no ensino duma serie ou series de puras abstracções, á frente das quais estão os termos patria, estado, deveres do cidadão, direitos destes, eleições, voto. Ora não podendo as crianças, como é facto, e parece termos demonstrado, compreender o que sejam estes palavrões e outros como tais, segue-se que a educação civica só pode ser imposta, ser ensinada dogmaticamente, como uma corveia imposta pelo Estado á infancia.

O petiz ou petiza que por ventura der uma dessas definições que para aí abundam, do que é patria, apenas sabe *palavras*, e essas porque lhas obrigaram a decorar, di-las como, no ensino religioso, o *padre nosso* e a *avé maria*.

Eles podem lá saber o quer dizer a palavra *simbolo*, o que significa a palavra *patria*? *Viram* eles alguma vez dum modo concreto o que quer dizer a palavra *patria*? Não; portanto não a podem compreender. *¿* Pode por ventura um cerebro de 12 anos abraçar o conjunto de coisas que se pretende envolver nessa palavra? *¿* Pode esse cerebro compreender as palavras *tradições*, *instituições*, *estado*, *nação*, *etc.*? Se lhe falamos dos *nossos avós*, a criança olha ou pensa logo no *seu avôsinho* ou na *sua avósinha*.

Dizer á criança — fruto pôdre de tão erronea educação — que a bandeira é — além dum conjunto de panos

de côres diversas — o simbolo da patria é o mesmo que falar dos contos disparatados, do catecismo, das *três pessoas da Santissima Trindade*, que são *todas distintas*, mas consubstanciadas numa só verdadeira, da *Virgem Maria*, da *Encarnação*, da *Ressurreição* e de tantas outras imoralidades!

A criança pode aceitar — quando aceita — tanto uma como outra coisa, por mera passividade e por meio de espectacular enscenação, pelo deslumbramento das velas, das imagens doiradas, das vestes dos padres, dos galhardetes e bandeiras, pelas formaturas, pelas armas brilhantes, pelas fardas com os seus vivos encarnados, azues, verdes, com os seus doirados e penachos, com os toques de cornetim, com os tambores, etc., etc. Mas tudo isso será mera sugestão, e não compreensão do que seja, do que significa, o espectáculo que tem ante os olhos!

Portanto a ideia de patria e quejandas só podem ser ensinadas dogmaticamente, pondo-se de parte a consciencia que é o fim da educação, o saber scientifico que é o fim do ensino. A critica, a experiencia, a razão, que criam as individualidades pensantes e independentes, que fazem os caractéres, são igualmente postas de parte.

O que tem, portanto, de predominar é o dogma!

Ataca-se a educação jesuitica por apoderar-se da criança, mentindo-lhe, não a deixando ver a verdade, povoando o seu cerebro de fantasias terroristas, de preconceitos, e sob a autoridade indiscutivel do *Superior*, apresenta-se-lhe dogmaticamente tudo que se quer que a criança diga, sem se lhe admitir o menor raciocinio, exigindo-lhe que aceite como verdade o que ela não pode compreender! E quando nós aceitamos tais imposições abdicamos da nossa personalidade, damo-nos aos que mandam ou querem mandar em nós e nunca mais nos possuímos, nunca mais somos alguém, um valor social e individual!

Ataca-se, justamente, esse ensino por fazer mentocaptos, cretinos, a quem se impõe o pensar alheio e de quem se faz um frangalho, um ser mutilado, sem iniciativa, sem carácter. Esse ensino jesuitico tão condenavel, tão funesto á humanidade, é o mesmo que o ensino militarista e patrioteiro com a sua *linda* educação civica. E'

igualmente dogmatico, porquanto é igualmente incompreensível para os pequenos cerebros que despontam e que só compreendem o que vêem, o que é palpavel!

*

Mas se a educação civica cria, por incongruencia, na criança a abdicação da sua pessoa, substituindo a iniciativa individual e o raciocinio pelo dogma imposto autoritariamente, o exercicio militar vem completá-la, conseguindo afinal o servilismo, a demencia do povo com a exaltação patriotica e sanguinaria, com o terror hostil por tudo que é estrangeiro!

E', então, o envenenamento encapotado do povo. Introduzem-no na criança, quando o cerebro está por fazer, quando as impressões se gravam mais facilmente e que nunca mais largam os individuos. Sob o aspecto duma virtude, dum dever, esse veneno é jesuiticamente ministrado! E a *substancia* corruptora faz a sua obra, o delirio sobrevem e apodera-se da criança, do adolescente, do homem, impelindo-os, excitando os a cometer toda a casta de monstruosidades, de irracionalidades! «Causa primeira da iniquidade, semente da imbecilidade e da crueldade lançada por toda a parte, nas massas profundas, e da qual se tira execravel colheita!»

E assim se fabricam sob os velhos moldes medievos, os homens da escravidão e do erro, os quais precisam *ser assim* para aceitarem quem os governa!

Uma tal mentalidade é mais terrivel do que a ignorancia nata! E' a capitalização de todas as sandices corriqueiras, as camadas profundas e sobrepostas de todos os preconceitos, o virus acumulado de todas as superstições idiotas, das lendas destruidoras da razão. E', finalmente, a escola da submissão aos exploradores, que tomam o epiteto de *superiores hierarquicos*, é a escola da humildade, conservando os individuos na angustia dos ultrajes e das iniquidades de que são vitimas por parte desses seus autoritarios semelhantes!

*

A educação que deve ser ministrada á criança do seculo XX não pode ser a da idade média! A educação deve guiar a criança para a verdade e para a justiça, tornando-a um operario do futuro. Essa falsa educação adquirida sem método, sem base scientifica séria, consegue apenas a corrupção da intelligencia. E' preciso fazer obra de saneamento. Tirar a criança da atmosfera intoxicante em que preteadem mergulhá-la, e trazê-la para a luz, para a verdade, criando-lhe uma boa saude fisica, intelectual e moral!

A verdadeira educação está em ensinar de modo que pela experiencia se obtenha a certeza scientifica, e assim ela possa fazer a comparação. Toda a pseudo-verdade que é apresentada como uma revelação é e deve ser tida como uma mentira. «A verdade experimental é a unica verdadeira, una, inteira, eterna!»

As escolas são para educar seres humanos, criar caracteres, solidarios na vida e não para converter as crianças em entes que sonham e pensam em massacres, em visionarios megalomaniacos, vivendo e crescendo no espectáculo sanguinario do delirio guerreiro!

Um militar vale tanto como um padre!

A escola não deve gerar mitos, sejam eles, um deus ou uma patria!

A educação tem por fim a solidariedade, essa nova atracção universal, cuja força funde a humanidade numa só familia!

Espirito jesuitico

Tem sido este o unico ensino que a gente portuguesa tem tido; e a sociedade portuguesa reflecte-o, como um estigma, quer na sua vida publica, quer particular. Por mais que se não queira ser jesuita e se condene a Companhia de Jesus e os seus processos de acção e de conduta, a *psicologia jesuitica* revive, manifesta-se a cada passo na convivência, nos actos, nas falas, nas palavras.

Julgou-se, talvez, que o decreto que aboliu o ensino religioso e estabeleceu a laicização das escolas foi suficiente para tornar modernas ou laicas as nossas escolas.

Tal não succedeu nem sucederá com decretos nem leis. Não é com frases publicadas no «Diário do Governo», que se libertam as escolas do *espírito jesuítico* e dos modos directos e indirectos com que a religiosidade, o despotismo religioso e político costumam defender-se para não perderem um palmo do seu terreno — conquistado á custa de muita astucia, de muita tactica tenaz e habil...

O jesuitismo, as ideias conservadoras e reaccionarias dum professor, o seu modo de ensinar e o que ensina, estão inveterados no organismo duma grande parte do professorado português, e não é dum momento para o outro, por simples decreto, que se modificam os caracteres de professores com 40, 50 e mais anos de idade, e onde ha, ás vezes, tambem, uma requintada má fé. Por mais que se decreto, que se legisle, se o professor *quiser* fazer propaganda religiosa, reaccionaria, fa-la-ha com grande proficuidade e sem que haja motivo aparente para ser punido pelas estações officiais.

Por mais que os programas proibam, facil é ao professor manter e desenvolver ou criar o espirito religioso ou dogmatico nas criancitas. E os jesuitas sabem bem como se faz isso, salvando as apparencias...

Assim, por exemplo, na reforma de instrução primaria publicada pelo governo provisorio ha, sem duvida, a intenção de tornar laico o ensino, mas nela encontra-se mais dum preceito que bem aproveitado póde produzir efeitos inteiramente opositos...

*

De facto, a unica educação que temos tido até agora em Portugal, verdadeiramente organizada, efectivando-se em todos os sentidos e modos, é a jesuitica.

Desde a Universidade de Coimbra, até á escola primaria, em cujos corpos docentes abundam eclesiasticos, — não tem havido senão o ensino jesuítico, feito por jesuitas e para jesuitas.

Os professores que *se julgam* liberais, modernos, não possuem, em geral, outra pedagogia senão a jesuitica. Os métodos de capar, em nome da disciplina, da ordem e dos programas rigidos e cristalizados, a iniciativa e a individualidade das crianças, fazendo delas mentecaptos; a fórma tendenciosa para uma educação de *bem mentir* em tudo e por tudo, fazendo hipocritas e criminosos; os processos usados e abusados de fazer de cada aluno um inconsciente; o ensino do uso e emprego do estratagema, da argucia, do ludibrio, da deslealdade, da esperteza, a deturpação dos factos em proveito proprio e contra os semelhantes, é o que tem sido a educação portuguesa e ela reflecte-se em toda a sociedade, chegando á sua quintessencia dentro da desleal familia dos politicos profissionais.

Os *processos*... que todos nós vemos empregar a cada qual, na sua vida pública e particular, não são outra coisa que a resultante dessa educação gafada. Podem dizer que são anti-religiosos, anti-jesuitas, anti-autoritarios, mas, no fundo, *pelos actos que praticam*, não passam de puros jesuitas, eivados de dogmatismo, de autoritarismos politico-religiosos.

Ora o nosso professorado educado ou influenciado por sua vez por professores jesuitas, *não pode* esquivar-se a essa influencia e educação e, portanto, ha de ensinar com todos os vicios que tal educação cria.

Pode um ou outro neofilo expulsar de si completamente toda essa pernicioso educação e á força de abnegação e estudo libertar-se dessa nossa ancestralidade. Mas a generalidade — composta de homens idosos, gastos da vida e sem o poder intelectual para *aprender novidades* — não pode, não sabe seguir outro ensino senão o que lhe ensinaram, no qual e do qual tem vivido. Não de ser, por isso, fatalmente, por impotencia, por incapacidade intelectual e por ignorancia, uns reaccionarios conscientes ou inconscientes, de má ou boa fé.

Ha muitos professores que tem, mesmo a chancela jesuitica autentica, tendo sido educados em collegios da Companhia de Jesus, assim como ha estabelecimentos de ensino em que abundam eclesiasticos, não só como pro-

fessores, mas também — o que é mais grave, — como dirigentes!

Evidentemente a obra de tais individuos é prejudicialissima. Não podem, não sabem ser outra coisa no ensino senão jesuitas e em todos os seus actos e conduta ha sempre o cunho da seita.

Conhecemos a excepção dum eclesiastico que se libertou por completo de seu passado, apostatando, casando e conseguindo *adquirir*, criar dentro de si um espirito independente e moderno, e dirigir com são criterio um estabelecimento de ensino; mas, a par d'este, quantos nós conhecemos que nunca deixaram de ser... o que são!...

Para que o ensino em Portugal adquirisse a feição moderna e verdadeiramente livre e que educasse individualidades, era necessario que a instrução e a educação estivessem unicamente na posse de individuos completamente libertados do atavismo religioso-politico.

Para isso não ha ainda gente sufficiente entre nós. Ha ainda muito poucas individualidades que estejam nessas condições, que estejam isentas, *de facto*, do passado, do preconceito, dos dogmas.

Não basta dizer-se livre-pensador, racionalista, modernista, contrario ao ensino dogmatico. E' preciso sê-lo no campo dos factos. O ensino não se torna racionalista ou laico, só por se escrever no papel que o é; é preciso que *de facto, por meio de actos e de acções*, o professor o pratique, não impondo dogmas, não abusando covardemente da sua posição, nem suggestionando jesuiticamente as ideias, os principios, os dogmas em que foi educado e de que se acha imbuido.

Assim, numa aula qualquer, de inglês, por exemplo, um espirito reaccionario pode fazer a propaganda, *a despropósito* de tudo, da religião, do despotismo dum Napoleão, das qualidades dum capitão, dum Paiva Couceiro, que veem descritas com tantos encomios, num jornal inglês. E o professor, durante toda a hora da classe, em vez de ensinar a lingua inglesa, fez a sua propaganda...

Emquanto houver destes... professores, o ensino em

Portugal nunca será o que deveria ser e torna-se o principal perigo para o progresso das novas instituições e seu aperfeiçoamento.

As formaturas escolares

Uma das heranças que nos deixou o ensino jesuitico e que mais me repugnam, são, sem duvida, as formaturas escolares: pôr as crianças debaixo de forma, assemelhalas aos soldados, e obriga-las a andar emparelhadas ou ainda a fazer as celebres guardas de honra.

Quando vejo um desses espectaculos degradantes por essas ruas ou nas escolas e collegios, a mocidade submetida a esse jugo, a esse processo de manter a disciplina, indigno-me, porquanto é mais um meio de capar energias, de destruir a vida, de apagar a alegria e a expansão naturais da mocidade e uma prova de que quem pretende educá-la ou é um perverso, postado sistematicamente a aniquilar a individualidade nascente da criança, ou é inconsciente ou leviano, em ambos os casos um incompetente.

Os superficiais ou os espertalhões, que não perdem a ocasião de manter o espirito jesuitico da instrução publica portuguesa, dirão despreocupadamente: — isso não tem importancia!

Basta, porém, observar que tais processos de manter a disciplina foram e são empregados pelos jesuitas — esses insignes conhecedores da psicologia humana — para se ver que alguma influencia nefasta ao individuo devem traduzir as formaturas e as guardas de honra.

Observe-se uma multidão infantil deixada livremente á sua propria expansibilidade. Veja-se uma criança educada fora dêsse regime de disciplina á militar, acostumada a mover-se e a viver no regime da liberdade, e ver-se ha nela alegria, um olhar brilhante de satisfação, em que ha, em que se reconheco uma actividade exuberante, uma energia e uma iniciativa capazes de produção e de progresso.

Observe-se, agora, outra multidão submetida a uma disciplina tiranica, em que as formaturas e as guardas

de honra são o habito, o *pão nosso de cada dia*. Nesta, a mocidade desapareceu, a alegria fugiu-lhe, os olhos estão velados, amortecidos, desconfiados, e em vez de crianças cheias de vida, ha seres apagados, cadáveres. Daqui o dizer-se que a mocidade é triste. A's faces afogueadas, causadas pela livre expansão da vida, que vemos na primeira multidão, contrapõem-se na segunda multidão os rostos lividos do constrangimento.

Na primeira ha franqueza, verdade e o exercicio da liberdade torna-a *disciplinada*. Na segunda, ha velhacaria ha embuste, falsidade, ha *a partida* covarde ao professor, a sonsice, e quando alguma vez, por excepção, é entregue a si propria, tem liberdade, não sabe usar dela e faz as tropelias e os abusos que são tão correntes quando se *deixam os rapazes á solta* . . .

Mas o que convém aos jesuitas ou aos individuos a estes comparados, não é que a criança *saiba ser livre*, que se habitue á *vida de liberdade*, tendo iniciativa e sendo uma individualidade; o que lhes agrada, para os seus fins, é que a criança *não saiba ser livre*, que *não saiba exercer a sua vontade e liberdade*, de modo que a sua intervenção superior se justifique constantemente e até que seja uma necessidade!

E' por demais sabido quão prodigiosa influencia exerce no individuo a formatura e todos os processos de disciplina militarista, assim como as vozes autoritarias do comando!

E' proverbial e todos sabem que o soldado uma vez debaixo de forma não se revolta. E' sabido que um regimento nunca se revoltou quando debaixo de forma.

Todos as sedições da soldadesca são sempre fóra da formatura. Se perante uma sedição, o soldado cae na fraqueza de se pôr debaixo de forma, de se enfileirar, a sedição está perdida, a revolta sufocada, vencida!

Ora se a formatura aniquila as revoltas de homens e apaga energias varonis, imagine-se a influencia nefasta que ela pôde exercer em seres cuja vontade se está formando, e cujas actividades e energias para se desenvolverem proficuamente necessitam liberdade e tolerancia e não constrangimento e despotismo!

Dir-nos-hão os *práticos*: — isso é muito bonito, mas na pratica não ha outro meio de manter a disciplina!

Admitamos por um momento que não ha outro meio.

Que prova? Que somos incompetentes para inventar *outro meio* ou processo e consequentemente falece-nos o direito de usar e de abusar dum processo que é evidentemente prejudicial ás crianças e que se o applicamos é porque ha em nós incompetencia e ignorancia. Se somos incapazes de *educar bem*, não cometamos uma burla, um crime educando (?) mal e ao invés do que deve ser.

Mas, *senhores práticos*, experimentem inteligentemente e com a melhor das vossas vontades, tenham a *indispensavel* paciencia de esperar dois, três ou quatro meses, os resultados do regime de liberdade, para que a criança se habitue á liberdade e ao seu exercicio, e verão que a melhor disciplina é a liberdade.

Evidentemente, se formos aplicar de repente este processo a rapazes de 15 a 17 anos, eivados de todos os vicios de quem não teve nunca uma educação, decerto que nada conseguiremos. Mas comece-se na escola maternal ou infantil e vêr-se-ha depressa que a disciplina de ferro, militarista, é completamente dispensada.

Quem escreve estas linhas não é director de nenhum estabelecimento escolar; mas tem pratica do ensino e de acompanhar e viver em multidões infantis. Até hoje ainda não necessitou de empregar a disciplina de caserna para os seus alunos aprenderem e manterem a sufficiente quietude que as diversas circunstancias escolares por vezes exigem.

Sabemos que, como exemplo do que afirmo, e *como facto*, ha em Lisboa uma escola em que está banido de ha muito o regime de formaturas e de guardas de honra, quer dentro quer fóra do edificio da escola. E' o Escola-Oficina n.º 1. Nesta escola, as crianças, nem mesmo nas occasões mais solenes, se collocam sob forma ou se enfileiram, e, todavia, é tambem um facto averiguado que os seus alunos portam-se sempre irrepreensivelmente e dão exemplo de quietude quando é necessaria.

E' que, repetimos, a liberdade é o melhor processo de

disciplinar e de destruir condutas falsas, hipócritas ou impróprias.

E assim urge, por nefasto, por anti-natural, acabar com as formaturas e guardas de honra nas escolas, assim como abandonar as vozes de comando.

E como é no ensino de ginástica sueca ou não sueca que esse abuso intolerável se intensifica e se espalha mais, urge igualmente reformar esse ensino. Todos os ensinos teem de evolucionar no sentido de desenvolver a vontade e acabar com o ensino jesuítico. Não ha de sêr a ginástica que ha de cristalizar o processo da disciplina jesuítico-militarista.

¿Não sabem doutro modo? Então fechem a porta, mas não nos digam que são professores *modernos*, que seguem processos *modernos* e que contribuem para a educação *moderna*! Rotulos nada valem, se o conteúdo não lhes corresponde. O ensino nunca pôde ter o epíteto de moderno, quando mantem todos, alguns ou mesmo um dos abusos do passado.

Os jesuitas foram-se, — *diz-se* — mas os seus processos e o seu espirito ficaram.

CAPITULO III

ENSINO

Programas e Métodos

Não vamos discutir e criticar programas, e muito menos falar concretamente do modo como este ou aquele programa está organizado, se corresponde aos intuitos de quem o formulou e se está em harmonia com os progressos da disciplina que trata.

O nosso ponto de vista é outro. Vamos expor simplesmente a nossa opinião sôbre qual *deve ser e pode ser* a atitude do professor em face dos cristalizadores programas.

Os programas, em geral, como todas as leis e regulamentos não são nem podem ser diplomas impecáveis, reguladores de toda a matéria e seguindo uma norma ou critério que possa ser acessível a todas as inteligencias, a todos os saberes.

Mesmo quando os programas não são apenas o produto tendencioso dum político, da fantasia dum ministro ou fabricados no gabinete dum teórico, mas, sim, o resultado palpável, tangível, da prática do ensino de quem honestamente o elaborou — eles oferecem sempre deficiências, lacunas e inconseqüências. E' que cada qual, tendo uma psicologia, um cabedal de conhecimentos diferente é levado a interpretar, a aplicar diversa e, até, erradamente toda a matéria dum programa de ensino.

Um programa péssimamente elaborado, tendo aparente ou realmente graves heresias pedagógicas, pode ter na prática do ensino de quem o escreveu ou dêste ou daquele professor excelentes e belos resultados; pelo contrário, um programa, seguindo rigorosamente as regras da pedagogia, pode converter-se numa monstruosidade na prática, se quem o aplica não está compenetrado do *seu espírito* — que é diferente da *sua letra* — e tiver outros processos de ensino, outro método.

Assim, por exemplo, um programa muito rigoroso, pormenorizado, adoptando escrupulosamente a nomenclatura e terminologia científica e formulando tanto quanto possível uma divisão de matérias, lógica e cronologicamente concatenadas, pode redundar numa pedantaria, numa balofa e inconsciente erudição, se ao professor faltar o necessário e indispensável critério interpretativo e não compreender que esse programa é única e exclusivamente para êle e não para o aluno e que o que contém escrito não é para ser ensinado frio e rigidamente, tal como lá está, mas por perifrases, por largas e lúcidas explicações e por meio de termos e frases que estejam ao alcance da intellectualidade de quem é ensinado. Os palavras científicos, os princípios e leis das sciências de que trata o programa são só para o professor saber *o que deve ensinar* e nunca *como deve ensinar*.

Dá-se igualmente o mesmo quando os programas se limitam a indicar generalidades e não entram em minúcias e indicações de termos, de princípios e leis. Se o professor comete o erro de interpretar à risca o programa e de o aplicar irracionalmente, a criança fica absolutamente ignorante de tudo que lhe *meteram na cabeça* e não possuindo a *inteligencia das cousas* e só tendo nos ouvidos meras abstracções e generalidades, cuja applicação prática lhe escapa, não liga as ideias de causa e de efeito nem sabe fazer a menor indução ou dedução.

*

Do exposto resulta, a meu ver, que os programas de nada ou pouco valem, como instrumento pedagógico.

Para o bom professor éles tem uma importância minima; para o mau professor, para o professor inexperiente, éles são um tropêço e prejudiciais ao ensino provocando-lhe erros de interpretação e de applicação.

Eles devem, pois, ceder o lugar primacial que injustamente occupam no ensino, ao método, aos processos de ensinar. O culto do programa deve ser substituído pelo exercício raciocinado dos métodos mais próprios para cada disciplina ou grupo de conhecimentos.

O método é que é o fundamento da educação, da instrução. Um professor, por muito sábio e erudito que seja, por muito rigoroso que seja na applicação dum programa o mais perfeitamente baseado e organizado na sciência pedagógica, se não tiver método, será um mau professor, não ensinará nada proveitoso e duradouro aos seus infelizes discípulos. Pelo contrario, um professor modesto, de saber limitado, mas sólido, não tendo a pretensão dum enciclopedista e tendo ao seu dispor um péssimo programa — dêsses programas que para ai abundam formulados pelos nossos matóides pedagógicos — pode fazer prodígios de educação e dar ao seu aluno uma firme, resistente e sã illustração, se tiver método de ensino, digno dêste nome.

Portanto, na prática do ensino os métodos são tudo; os programas nada são, nada valem e podem ser um instrumento dissolvente em vez de criador, se é applicado sem intelligencia, unicamente como o restrito e mesquinho dever do professor pago á hora, em face das exigencias dos *dirigentes das crianças* — que infelizmente não são os pedagogos — isto é, os parentes, os correspondentes, os directores de escolas ou os das repartições da chamada instrução pública.

*

O horror que a muita criança causa a escola, o aborrecimento que o estudo e as aulas criam nas crianças, são sobretudo determinados por haver programa a mais o método a menos.

A missão do professor não está em instruir apenas as crianças, ensinando-lhes as materias do programa. O pro-

fessor deve ser um educador do cérebro e *deve criar* nos seus discipulos o *gosto pela matéria da aula*, tornando atraentes os assuntos que trata e fazendo com que os alunos se entusiasmem e sintam necessidade de saber.

Ora, os programas de qualquer disciplina começam, em geral, pelos preliminares, pela nomenclatura que são sempre enfatiadores, aborrecidos, despidos de interesse para as crianças e que as indispõem logo contra a sciencia e o professor, sendo considerados tanto uma como o outro seus inimigos.

Portanto, o professor se quiser cumprir a sua missão, *criando nos alunos o gosto pela sciencia* que ensina, tem de saltar por cima do programa e começar por onde se lhe afigurar ser mais cativante para a criança de modo a conquistá-la, a ganhar-lhe a atenção, o interesse. O professor, para conseguir que a disciplina que ensina se torne simpática, atraente, carece muitas vezes de se referir durante uma, duas ou mais semanas, a todos ou quase todos os assuntos da sua aula. Uma vez, porém, alcançada a desejada atenção, despertado o interesse e criado o gosto pela matéria da aula, poderá o professor hábilmente partir desse ponto em que conquistou os seus alunos para os fundamentos, os preliminares tendo o cuidado de os ensinar como incidente, como apropósito.

Esta necessidade de conquistar os alunos, interessando-os, começando por qualquer ponto da matéria que aos alunos mais impressionou, é o que há mais incompatível com os inalteráveis e rígidos programas, e que Elslander classifica de cousas absurdas e sem vida, exclamando ao mesmo tempo: — «Esqueçamos os programas e não tenhamos medo da vida, que só ela é harmoniosa».

*

Mas se assim *devia ser* ; pode realmente ser assim ? Poderia, se os professores, em geral, e de cada escola, em especial, constituíssem um todo homogêneo, inspirado nos mesmos ideais pedagógicos ; poderia, se houvesse acôrdo, harmonia de métodos para cada especialidade, pelo menos ; poderia, se os conselhos escolares fossem

para tratar de assuntos pedagógicos em vez de intrigas ; poderia, se quem ensina soubesse de antemão que nas provas finais será o avaliador do saber dos seus discipulos ; poderia, se quem ensina não tivesse infelizmente de desvirtuar a sua missão, para, contraproducentemente preparar *uma defesa* cómoda dos seus discipulos contra as eventualidades dum examinador fôssil, embora essa defesa seja um contrasenso pedagogico.

O ensino da Educação social

É tendencia da pedagogia alterar profundamente o ensino contemporaneo, tanto na distribuição das materias, como no método a aplicar.

Dividido em graus, era e é ainda um ensino correspondente ás diferentes classes sociais.

Todas elas podem aspirar ao primeiro grau ; ao segundo já não é elícito ascender o povo ; ao terceiro apenas é permitido subir a alto burguesia, a que pode dispôr de grossos cabedais.

Em cada um estudam-se categorias distintas de fenomenos.

Em geral não ha uma sucessiva graduação. O que se estuda num grau não se torna a falar, a profundar no grau imediato.

Dêste modo apenas se adquirem em qualquer dos três graus noções vagas e elementares.

A experiencia, porém, veio demonstrar como tal prática é condenavel.

A instrução e a educação devem ser *integraes*, clama a moderna pedagogia.

Deve manter-se uma graduação tri-partida, mas em bases novas.

Todos os grupos de conhecimentos devem existir em cada um dos três graus, correspondendo o primeiro grau ás *noções* das cousas ; o segundo ao *simples conhecimento* ; e o terceiro ao *conhecimento scientifico* dos fenomenos. Estes três graus de instrução serão completados pela competente instrução e educação profissionais, num

estudo especial, segundo as predilecções de cada qual.

A democratização das sociedades, ou melhor, a socialização intensiva dos povos, veio contribuir para que esta tentativa se acentuasse, derruindo o privilegio de que certos conhecimentos eram o apanagio duma classe.

As funções sociais tendem cada vez mais a pulverizar-se por toda a sociedade, nivelando-se, confundindo-se, apagando-se as distincções de classes, de castas.

Primitivamente as funções sociais estavam centralizadas num unico ser privilegiado, omnipotente e consequentemente despota, sanguinario.

Depois passam para determinadas entidades especiais. Profissões fechadas tinham o exclusivo desempenho de certa função social.

A tendencia social moderna frisa em pôr termo a tais distincções, generalizando, *integralizando* os conhecimentos, tornando-os acessiveis a todos e fazendo em cada individuo um ser eminentemente social, apto e com o direito de conhecer e exercer *todas as funções sociais*.

Todos podem exercer uma industria, constituir familia, ser artistas.

A sciencia não é já um misterio de que só alguns privilegiados podem conhecer os segredos.

Os individuos, estando de posse das suas personalidades e podendo discernir o bem do mal, teem um criterio moral proprio, independente e em cada um deles cria-se uma consciencia de evangelizador, de sacerdote da verdade demonstrada, dispensando que essa função seja desempenhada por quaisquer outros individuos nem sempre sinceros e quasi sempre autoritarios.

Na função juridica ha a orientação que admite o autor a pleitear em causa propria e a tendencia em dirimir as questões por meio de arbitros nomeados pelos interessados, dando assim golpe profundo nos profissionais que até aqui teem exercido estas funções.

O sufragio universal, a elegibilidade de todo o cidadão para a função politica, por um lado, e as teorias sindicalistas, de acção directa, como, em parte, são os congressos, as associações e todas as empresas de iniciativa particular, por outro, provam igualmente a mesma evo-

lução tendencial em que os individuos chamam a si funções que ainda hoje são exercidas por determinados profissionais.

Esta tendencia manifesta-a o operario pugnando pela redução do dia de trabalho, para que possa dedicar-se ás demais funções sociais, alem da que exerce; patenteia-a o burguês esclarecido que, a par duma illustração superior, manda ensinar aos filhos um officio, partilhando assim do desempenho da função economica de que andavam arredados e fazendo deles alguma cousa mais do que simples *diletantti* sociais.

Finalmente, o materialismo historico, ainda que exagerado pelo seu fundador, teve comtudo a virtude de elevar a função economica ao seu devido lugar e de tornar as industrias numa occupação tanto mais digna quanto elas são a base, o fundamento de toda a sociedade, como a função nutritiva é a dos individuos.

Glorificou-se o trabalho e amaldiçoou-se a ociosidade! Desta dignificação dos fenomenos economicos surgiu o seu nivelamento com os demais fenomenos sociais e correlativamente com as profissões a que estes dão origem, e que, como já dissemos, tendem a pulverizar-se, a sociabilizar-se.

Do facto da função economica ser o fundamento das sociedades, envolvendo e influenciando as outras funções, resalta o reconhecimento de que esta função deve ser exercida por todos os membros da sociedade.

Sendo uma função geral, a todos compete exercê-la, a todos cabe uma parte dela no limite das suas faculdades.

Destas tendencias e destes factos saiu a pedagogia, que preconiza o ensino integral e experimental, considerando somente o individuo verdadeiramente educado o que, a par duma instrução baseada na observação directa e na experiencia, possui uma educação sufficiente que o torna habil e perfeito na prática da sua actividade social.

*

A escola deve, pois, ser essencialmente prática, experimental, *material*, tomando esta palavra no mesmo sentido por que é conhecido o predomínio do fenómeno economico na historia.

A escola deve ser uma imagem da vida social em conjunto, um pequeno mundo em que a criança se desenvolve integralmente e se habitue ao trabalho, á actividade de todo o seu ser, prehe de energias, não lhe atrofiando a iniciativa e criando-lhe o sentimento da responsabilidade dos seus actos e o dum ideal.

A permanencia da criança durante uma, duas e quatro horas em cada dia, assentada num banco, não lhe sendo permitido falar, rir, quebra-lhe a natural e necessaria expansão das suas energias.

Semelhante regime cria-lhe habitos indolentes, fá-la preguiçosa e apaga-lhe o espirito, lançando-a numa apatia morbida.

A escola converte-se, pelo silencio embrutecedor, num convento; pela disciplina degradante, numa caserna; pela falta de liberdade, numa prisão! É o medo que impera. E' lugubre. E' um lugar de tortura que a criança natural e justificadamente odeia.

Só obrigada é que para lá vai e o estudo é para ela uma verdadeira corveia.

Perde a curiosidade de saber em virtude do modo como lhe satisfazem essa necessidade, não lhe dando a explicação ao alcance da sua intelligencia e obrigando-a a um esforço que lhe causa dôr.

O seu cerebro cansa-se de tanto decorar; aborrece-se; e, uma vez emancipada, uma vez saída da escola, essa repugnancia adquirida ao estudo prolonga-se pela sua vida fóra e nunca mais pega num livro ou dá um passo para se instruir.

O seu ser pensante morreu nela.

Em vez, porém, de tão pernicioso regime, a escola deve ser, pelo contrário, um logar alegre, em que por entre o gargalhar cristalino da infancia, indicativo da vida, se ouça o sussurro do trabalho executado livre e gosto-

samente, em que a actividade criadora dos primeiros anos se eduque no exercicio experimental da realidade e no prazer de vencer dificuldades.

Idealmente, a escola, em geral, e a primaria, em especial, deve, pois, ser um vasto recinto onde a criança possa desenvolver naturalmente as suas energias, trabalhando ao ar livre ou em vastos laboratorios, adquirindo pela experiencia, pela propria investigação, as noções de que a sua pequenina e despontadora intelligencia sente necessidade, e associando-se em grupos para a consecução de varios fins.

A escola para ser util deve ser para a criança um grande recreio. As suas brincadeiras *aos cavalos, aos soldados*, etc., devem ser substituidas por outras preoccupações, mas conservando sempre o mesmo character de brincadeiras. Em vez de imitar o militar, ela será levada metódica e sistematicamente, e dum modo práctico, a imitar o *cultivador, o fisico, o quimico*, etc. Nestes exercicios o professor deve ser um companheiro, fingindo, alegremente, partilhar da tarefa a que ela se dedica, mas tendo o cuidado de, sem ela o perceber ou ostensivamente, conforme a idade ou o grau de desenvolvimento, deixá-la entregue a si propria e só intrometendo se, de facto, para a animar, auxiliar no caso das forças ou os conhecimentos da criança falharem ou tenderem a comprometer o resultado final dos seus desejos.

A proposito dum grão de trigo que a criança semeia tem o professor um mundo de cousas a ensinar-lhe, fazendo-lhe vêr e pensar no que aquele grão pode tornar-se. Tem assunto para lhe propor problemas sobre todas as sciencias: desde o problema simples de pura aritmetica, levando a criança a fazer o calculo de quantos grãos de trigo poderá vir a obter com esse grão no fim de determinado numero de anos, dada a média de tantos grãos por espiga, até á questão da caridade, da assistencia, do direito ao pão. O mesmo sucederá com as experiencias recreativas da fisica, da quimica, fazendo repuxos, manuseando e entretendo-se com caleidoscopios, lupas, microscopios, lanternas magicas, pequenas maquinas a vapor, tirando retratos, revelando fotografias, etc., etc.; e

novos, sucessivos e mais rasgados horizontes se lhe abrião no seu cerebro por desbravar.

A afinidade dos atomos, a coesão das moleculas, cuja realidade poderá verificar no laboratorio, fornecer-lhe-hão exemplos para conceber o que deverá ser a solidariedade social.

No fabrico duma cartonagem, duma ferramenta, de qualquer aparelho que a sua inventiva idealizou, a criança aguça igualmente o espirito, retempera a iniciativa, adextra-se e cria em si a necessidade do mais perfeito.

Esta instrução experimental e natural, surgindo espontaneamente da actividade e progressos da intelligencia da criança, guiará esta na senda de só se contentar com o que vê e pode observar, a ter um criterio naturalista, positivo, libertado de misterios, que, se não fossem as suas consequencias funestas, seriam simplesmente ridiculos.

Deste modo, suavemente, por um trabalho atraente, sem violencias inuteis, a criança vai adquirindo gosto ao trabalho e pelos resultados das tentativas anteriores anima-se, afoita-se a novas empresas. Torna-se habil, artista, e, concomitantemente, o seu *trabalho é intelligente* — fim ultimo, supremo *desideratum* para que se dirige toda a educação.

*

Pelas premissas expostas facil é concluir que a educação social na escola primaria infantil deve ser ministrada por *todos* os professores a *todos* os alunos, sem especialização do respectivo ensino, nem ministrada por professor exclusivo, a horas determinadas.

No ponto de vista ideal, os diferentes professores devem permanecer junto dos alunos durante todo o dia, como succede ao classico prefeito, acompanhando os, incitando-os nos exercicios da sua especialidade tecnica. Nessa convivencia de todas as horas, emquanto se dedicam a qualquer trabalho, facil é surgir um problema de psicologia ou de sociologia que convirá esclarecer, que convirá discutir, e assim naturalmente se operará na criança a sua educação social.

Chamar a atenção do aluno para a boa ou má conduta dum camarada, chamá-lo á consciencia do trabalho que está executando, provocando-lhe reflexão, impellido-o a ligar os antecedentes com os consequentes, a ver os perniciosos efeitos dos actos desordenados, desconexos, exagerados, das hesitações, da mentira; procurando despertar a observação dos factos, a constatação da utilidade do trabalho em comum, da reunião das forças individuais para a consecução do bem de todos, são problemas gerais que constituem a educação individual e social e que não devem ser obra dum professor isolado, mas de todos os professores, de modo pertinaz e a todo o momento. Este ensino deve ser experimental, saído da natureza das cousas; os compendios são, por definição, incongruentes para tal ensino: atrofiam os cerebros, perturbam a originalidade e criam o principio nefasto do *magister dixit*.

Os actos dos alunos, as suas conversas, os acontecimentos de que são actores, êles ou os seus companheiros, os que agitam a opinião, é que devem servir de ponto de partida para o professor ministrar as noções de educação. Chamando a atenção do aluno sobre os factos occorrentes, o professor deverá indagar da opinião da criança e das razões e motivos dessa opinião. Deverá discutir com êle, obrigando-o a raciocinar, a apresentar novos argumentos. Discutir, igualmente, o modo ou sistema do trabalho que está fazendo, estimulando a sua reflexão, expondo, habilmente, dúvidas sobre se o mesmo trabalho se poderia produzir melhor doutro modo, é criar-lhe o habito de pensar, de ter consciencia do que faz e conseguir que o seu trabalho seja intelligente.

Se o aluno é de temperamento nervoso e trabalha afanosamente, deve fazer-lhe vêr a vantagem do trabalho circumspecto, metodico. Se é de temperamento linfatico deve corrigir-lhe, tanto quanto possivel, os efeitos do seu defeito fisiologico, provando-lhe a utilidade do trabalho continuo e persistente.

Destas discussões sobre os acontecimentos e dos habitos de trabalho consciente surge naturalmente o grande principio de toda a educação social: o interesse por to-

das as questões do dia e a necessidade de aperfeiçoamento do trabalho.

Por um lado, o aluno critica, discute com os companheiros e com o professor todos os assuntos sociais; por outro, tenta realizar obra proficua, de utilidade social. E assim cria-se-lhe um criterio e adquire a necessidade de resolver todos os problemas, de estudar, investigando e amando a Verdade.

Para conseguir este *desideratum* é condição essencial que o professor mostre considerar os alunos como da sua idade. A criança tem grande prazer em ser assim considerada e faz sempre por corresponder galhardamente a tal tratamento.

As crianças entregues a si proprias adquirem aprumo e desempenham-se gostosamente das missões de que as incumbem. Um exemplo: o regime das saídas das aulas quando é livre e sob a responsabilidade do aluno sofre menos abusos do que o regime da prévia licença.

Somos, portanto, da opinião de que no ponto de vista ideal o método da educação social deve ser o do ensino experimental a proposito dos factos ocorrentes e por todos os professores, independentemente das suas especialidades tecnicas.

*

Se o que acabamos de expor é o que *deve ser*, não é, todavia, infelizmente, o que *pode ser* na actualidade.

No campo oportunista não pode exigir-se tanto. Temos de transigir, de nos contentar com pouco do muito que se deseja. As finanças e a carencia duma instrução e educação sociologicas dos professores a isso nos obrigam.

A escola primaria não pode ainda atingir a forma modelar para que tende e por isso sofre ainda o regime das aulas, com professores e disciplinas ás horas.

Neste regime, a educação social tem tambem de ser, por consequencia, ministrada em classes especiais, em determinadas horas e dias. No entanto os meios praticos de atingir esses fins desejados não nos falham por completo. Alguma cousa do método preconizado e conside-

rado ideal já pode ter applicação, dando-lhe uma orientação accentuadamente experimental.

Se nas demais aulas primarias deve ser banido o compendio, com mais forte razão o deve ser nesta.

Os principios abstractos do bem e do mal, do dever, da divisão do trabalho, do mutualismo, da solidariedade; as definições mais ou menos vagas, *ex-abrupto*, de Estado, nação, sociedade, a enumeração dos poderes do Estado, dos direitos e deveres dos cidadãos, estudados num compendio e decorados, redundam num penoso e enfastiante trabalho para a criança e cujo sentido, por incompreensível, lhe escapa e se apaga breve da sua memoria. Quando muito ficar-lhe-ha a reminiscencia do aborrecimento causado por tais estudos e, conseguintemente, o horror, o desinteresse por tais assuntos. O efeito é, pois, contra-producente.

O método para fazer com que a criança ache atraente o trabalho, e se interesse por tais problemas, está em lhe dar a iniciativa, em lhe confiar, por assim dizer, a direcção dos estudos.

Esta aula é essencialmente de palestras entre os alunos e o professor. O professor, a proposito de qualquer facto, invoca a opinião do aluno, nunca prescindindo dos *porquês*, das razões, dos argumentos justificativos. Estabelece polemica, refuta os argumentos.

Sobre os mais comesinhos factos que se passam na escola, na falta de pontualidade do aluno á entrada, na falta á escola, na queixa contra um camarada, nos acontecimentos que comovem a opinião pública no momento, nos factos insignificantes da vida diaria, encontra o professor vasto campo para estimular o aluno a formular um parecer, a dar uma opinião, devendo ter sempre o cuidado de não consentir afirmações gratuitas.

A' semelhança da aritmetica, o professor pode escrever na *ardosia* um problema, uma historia comesinha da conduta oposta e extrema de dois individuos. Um exemplo para elucidação:

«Antonio e Francisco teem, cada um, a mensalidade de 15\$000 réis, paga a ambos no dia 1 de cada mês. Antonio gasta logo tudo. Nos três primeiros dias come, bebe

è diverte-se á farta, até ficar sem um real! O resto do mês sofre necessidades, socorre-se de empréstimos e de esmolas. Francisco poupa e guarda o dinheiro, e com receio de que no fim do mez lhe falte, passa fome nos primeiros dias de cada mês, só come bem e diverte-se nos ultimos dias do mês. Qual dos dois procede bem?»

Outro exemplo :

«Joaquim e Pedro foram incumbidos de fazer uma certa obra, como, por exemplo, desenhar um mapa. Ambos lançaram-se ao trabalho com muita vontade. Joaquim, não tendo conseguido logo á primeira tentativa fazer um trabalho limpo e perfeito, desistiu e foi fazer outra coisa. Pedro, pelo contrário, teimou; e, depois de ter gasto muito tempo em fazer uns poucos de mapas conseguiu afinal fazer um perfeito e bonito. Qual dos dois andou melhor?»

Ainda outro exemplo :

«José e Manuel zangam-se e estão lutando, jogando á pancada. Devo intervir e separá-los ou não me importar com o que os outros fazem?»

O aluno á assim convidado a julgar da conduta e a dizer o porquê da sua determinação.

Estes problemas praticos da vida devem ser, porém, apresentados por uma ordem ascendente de complexidade, partindo dos mais simples e passando sucessivamente aos mais complicados, á medida que os alunos vão adquirindo qualidades de critica e um criterio mais ou menos seguro de julgar as cousas e as pessoas.

Este metodo encontra a principio no aluno uma certa dificuldade nas respostas. Geralmente, ao solicitar-lhe o professor a sua opinião encolhe os ombros e entre um sorriso em que transparece a dúvida de que o professor esteja falando a sério e a admiração por alguém lhe fazer tais perguntas, ele responde, esquivamente e revelando a sua fraqueza, com um *não sei*.

Mas a insistencia do professor, e o seu apelo constante á intelligencia do aluno, a forma tolerante de elle aceitar a sua opinião, não a classificando com epithetos deprimentes, incute animo na criança e ella toma a pouco e pouco

posse de si, afoitando-se a expandir as suas ideias e por fim, ao cabo dalguns meses, discute diante de todos, expõe francamente, sem relutancia, a sua opinião, não se esquecendo de a justificar com argumentos.

Ao começo succede tambem que a primeira opinião apresentada por um aluno é a que é seguida pelos outros. Com o habito da discussão, de formular sobre todos os assuntos a sua opinião, elles vão, porém, individualizando-se e são os proprios que procuram ter originalidade, apresentar novos argumentos e vêr o problema sob aspecto diferente do do seu camarada, o que succede, geralmente, após dez a doze meses destes exercicios.

Nesta altura, apenas incumbe ao professor guiar a discussão, procurando esclarecê-la, resumir imparcialmente a opinião de cada aluno, e fazer resaltar unicamente os pontos em que se encontram em divergencia.

Dá em diante o aluno vai numa crescente expansão intelectual. Começa a interessar-se por tudo que se passa na sociedade, discute todos os acontecimentos sociais de de que tem conhecimento e é elle, por sua propria iniciativa, que traz para a aula os assuntos sobre os quais deseja apresentar a sua opinião e ouvir a dos seus companheiros.

Despertando o cerebro infantil para os problemas sociais, a sua educação completa-se com o estudo desses fenomenos, sucessivo e graduado, sob forma de anedotas e de narrativa, começando pelos mais rudimentares, gerais e acessiveis, como são os usos e costumes dos diferentes povos, para depois nos elevarmos ao dominio e critica das instituições sociais e á apresentação das diversas tendencias e teorias que as defendem ou combatem, nunca perdendo de vista, todavia, o método historico e a experiencia, quando possivel.

Este método pode ser completado pela explicação de proverbios, sendo o aluno solicitado a desenvolver e a fazer resaltar a moralidade que deles pode tirar. Igualmente a interpretação de textos, a leitura de livros illustrados, de viagens, onde se patenteiam os costumes dos povos, são processos que não devem ser dispensados.

O teatro, tanto assistindo ao espectáculo, como inter-

pretando papeis, as visitas a museus, a fabricas, os passeios escolares; e principalmente as sociedades e os jornais que os alunos constituem ou redigem entre si, são elementos uteis á sua educação, se o estudante fôr sollicitado a dar a sua opinião sobre o que viu, ouviu, leu ou fez.

Todo este conjunto de processos é o que julgamos prático e desde já applicavel á escola primaria.

*

Do exposto conclue-se qual deverá ser a orientação da escola normal no ensino da educação social.

Fizemos depender unicamente do professor a educação social do aluno. Ao professor, ao educador por excellencia, é que compete desenvolver aptidões, corrigir defeitos, destruir taras, vícios congenitos ou adquiridos.

O professor deve ser instruido nos principios da psicologia experimental para saber discernir os caracteres dos alunos e aplicar-lhes processos consentaneos.

A' semelhança do artista que procura de antemão produzir determinados efeitos no espectador ou no ouvinte, o professor, ao formular e expor o assunto da aula aos seus alunos, deve procurar produzir-lhes intensamente a desejada impressão, tornando-se captivante, insinuante. O assunto exposto friamente, soturnamente, não cala no animo da criança. O professor deve mostrar-se convicto do que diz, entusiasta, se quer comunicar ao aluno o interesse, a necessidade de aprender para vencer dificuldades, para desvendar verdades.

Deve impor a si proprio o cuidado de nunca deixar o aluno de posse de noções erroneas.

Ao notar que a criança tem quaisquer concepções ou ideias que podem induzi-la em erro, deve intervir sollicito, e desfazê-las...

A's perguntas das crianças sobre os mais escabrosos assuntos que a sua pequenina intelligencia não pode ainda compreender e muito menos assimilar nitidamente, não

deve responder com evasivas, com fantasias, com mysterios, ou fazer ver á criança a sua incapacidade, nem esquivar-se a tratar do assunto. A probidade da sua profissão obriga-o a que satisfaça a curiosidade da criança e a procurar elucidá-la, dando-lhe uma ideia, por comparações ou exemplos, da cousa desejada. Nisto é que êle pode revelar a sua aptidão profissional.

O não responder, ou deixar a criança no erro ou na duvida, será comodo, mas patenteia falsa concepção da missão do mister que exerce, e o professor não cumpre o seu dever de instruir e de educar, restabelecendo a realidade das cousas e destruindo os preconceitos dissolventes adquiridos.

Igualmente o professor deve ser instruido em sociologia. E' obvio que não pode ministrar educação social quem não sabe sociologia, mas o seu estudo na escola deve ser eclectico, de modo que o professor adquira conhecimento das diversas teorias sociologicas, evitando-se desta maneira o vicio dum criterio simplista e fatalmente intolerante.

A tolerancia deve ser a principal norma do professor. De modo algum deve ser um proselito de qualquer doutrina. Deve acatar todas as opiniões expendidas pelos alunos, e evitar tanto quanto possivel emitir a sua, e nunca, em caso algum, a deve impôr.

O autoritarismo é um crime; e é uma covardia quando ditado da cathedra sobre o cerebro ingenuo da criança.

Mas o espirito de tolerancia exigido ao professor, a boa disposição de que deve estar possuido, que o tornará afavel e um companheiro mais crescido da criança, acciando de boa mente as suas naturais infantilidades; a lucidez de intelligencia que tambem se lhe requiere, está pendiente duma condição que, não realizada, tira todo o direito, toda a justiça, de se lhe reclamar tais qualidades. Essa condição essencialissima é uma situação economica desafogada, e a remuneração justa e equitativa do seu trabalho, que o habilite a poder ter uma só preocupação: educar as criancinhas e fazer delas entes socialmente prestaveis a si e aos outros.

Finalmente, como complemento deste método experimental, preconizado tanto para o aluno como para o professor, achamos conveniente a prática de conselhos escolares compostos do corpo decente de cada escola, onde os professores mensalmente devem trocar impressões acêrca dos alunos que teem nas suas aulas, formando para cada aluno uma especie de biografia, só deles conhecida, onde consignem as observações, os defeitos, os vícios, do respectivo aluno e dos processos adoptados e a adoptar para os corrigir, e se fizeram o desejado efeito.

O conhecimento das doenças que os alunos teem tido e das dos pais pode esclarecer certas inclinações dos alunos e indicar o remedio a applicar-lhes.

Pelo exposto podemos apresentar as seguintes conclusões quanto á escola primaria :

I.— Deve ser integral, experimental, e o ensino da educação social deve ser feito por todos os professores, a todos os alunos, independentemente da sua especialidade tecnica, e a proposito dos casos occorrentes na vida escolar ou social ;

II.— O metodo preconizado será a discussão de problemas morais, solicitando instantemente do aluno a sua opinião e os motivos ou razões que a fundamentam, levando-o a discernir o *como* e o *porquê* das cousas e a avaliar a conduta dos individuos ;

III.— A completar, usar-se-hão varios processos como: explicação de proverbios, interpretação de textos, leitura de livros ilustrados, de viagens, teatro, animatografo, visitas a museus e fabricas, excursões ; e principalmente a constituição de sociedades e de jornais escolares, etc., contanto que se convide o aluno a explicar e a dar o seu parecer sobre o que viu, ouviu, leu ou fez ;

IV.— Transitoriamente, este metodo pode desde já ser posto em prática pelo professor privativo da

actual escola primaria ou por professor especial, atendendo á falta de preparação que para tal ensino possui geralmente o actual professor primario, mereê da deficiencia do ensino normal ;

V.— No ultimo ano da escola primaria, devem sintetizar-se as noções, recapitulando e fixando ideias dos fenomenos sociais e da conduta dos individuos, tanto para consigo como para com os seus semelhantes, como ainda para com as diferentes colectividades sociais. Estado, municipio, etc.

Quanto á escola normal primaria :

I.— Deve ser radicalmente remodelada sob o criterio de que a escola primaria deve ser integral ;

II.— Esse ensino deve ter por base uma instrução e educação psicologicas experimentais e sociologicas ecleticas.

6 ensino primario

No dominio do pensamento não ha nada de mais moral do que a verdade ; e quando a não possuímos de sciencia certa, não ha nada de mais moral do que a dúvida. A dúvida é a dignidade do pensamento.

É necessario, portanto, expulsar de nós o respeito cego de certos principios, de certas crenças. É necessario perscrutar tudo. A intelligencia não deve baixar os olhos nem mesmo diante do que adora. — Aquele que não procede como pensa, pensa incompletamente.

M. Guyau.

Um plano de escola primaria pode, quando muito, apresentar um tipo de orientação, mas nunca um tipo rigido

que deva aplicar-se uniforme e indistintamente tanto ás populações rurais como ás urbanas, tanto ás sertanejas como ás marítimas, tanto a este como áquele aluno.

Um programa de estudos não pode nem deve ser mais do que uma orientação ideal, cuja prática, para o professor, se encontra concretizada num conjunto de exercicios e de principios sistematicos e que deve amoldar-se conforme a classe ou individuo, ás diversas psicologias dos alunos.

O nosso intento, portanto, ao tratarmos do que deve entender-se por ensino primario, é simples e unicamente fixar algumas ideias, sistematizando alguns principios que reputamos essenciaes e não decretar, nem sequer formular, um efemero e estreito programa conselheiresco. A sistematização que apresentamos é inteiramente prática e não pode apodar-se de impossivel, porquanto é toda baseada no que *já ha* e não na fantasia do *pode haver*.

E como os principios que vamos expor podem ser applicados a ambos os sexos, salvo ligeiras especialidades, nós julgamos que a escola primaria e o respectivo ensino, tal como a concebemos, deve ser igual tanto para um como para outro sexo, e até, quando houver escolas maternais devidamente organizadas e que preparem as crianças para a escola primaria, esta deve ser mixta.

*

A escola primaria começa onde acaba a maternal, e acaba onde começa o ensino intermedio, preparatorio do estudo scientifico e especializado dos fenomenos das diversas tecnologias profissionais.

A escola primaria é portanto um prolongamento da educação já ministrada na maternal que é atinente exclusivamente a guiar os primeiros passos da criança na senda da busca da verdade. A escola maternal é a preparação do terreno onde a escola primaria ha de lançar as suas sementes.

Na escola maternal, o trabalho do professor é essencialmente de tutela, de amparo, curando apenas da educação dos sentidos, do exercicio fisiologico das activida-

des da criança; na escola primaria, ha alem disso um trabalho de derramamento de conhecimentos, de cultura, de aumento de saber, e termina onde a *noção* das cousas se transforma em *conhecimento*, sendo, portanto, uma preparação indispensavel, um fundamento do ensino, e, consequentemente importantissimo. O ensino primario não pode, pois, nem deve saír do campo da *noção*, mas cada *noção* a dar deve ser, todavia, essencialmente prática, real!

*

O ensino primario — não confundir, na hipotese, com educação — deve ser a imagem da vida, não só por ser este o requisito necessario de todo o ensino, mas tambem especialmente, porque, sendo o mais geral de todos, é ele a base da instrução propriamente dita, do cabedal com que cada qual entra na vida da sociedade, áparte a especialidade a que se dedicou.

*

Conduzir, guiar as forças, as tendencias, as paixões dos individuos, não as torcendo ou desvirtuando, mas intellectualizando-as; criar um necessario discernimento; desenvolver harmonica e integralmente todas as suas actividades e energias; fazer de cada individuo um ser conscio do que pensa e do que quer, coerente, livre de preconceitos, quer venham do passado, quer do presente, quer duma autoridade ecclesiastica, quer duma autoridade politica; fazer de cada individuo um todo distinto, independente dos demais, são de corpo e de cerebro, raciocinando com criterio proprio, original, orientado na experiencia, não sendo Icaro nem ovelha de Panurgo — é o que constitue um caracter, fim supremo de toda a educação.

Comparando estes *desiderata* com os resultados obtidos pelos metodos e processos até hoje empregados no ensino, nós podemos concluir que a educação, como tem sido ministrada faz estrondosa e desgraçada falencia.

Na sua maioria — grande maioria! — os individuos que

saem da escola são seres amorfos, anodinos, imbuidos duma pessima e deficientissima instrução, cobertos dum mau verniz que não consegue tapar as paixões sem cultura, os sentimentos sem intelectualização, cuja forma mais geral é a covardia do indiferentismo social. Para se ser educado, ou, pelo menos instruído, não basta saber ler e escrever. E' necessario *saber* o que se lê e se escreve e qual a filosofia das palavras que vemos empregadas ou empregamos na expressão das nossas ideias.

Não é, porém, infelizmente, uma mera abstracção gratuita, exagerada o que acabamos de dizer: encontramos no campo concreto da realidade. Nos factos de todos os dias, de que somos actores e espectadores, nós temos a prova evidente, material, — de que a educação, que tem sido e é ministrada na escola, não consegue o seu fim, não realiza o seu objecto, a sua alta e alevantada missão, não desenvolve os individuos extensa e intensivamente, não lhes faz um corpo são, não lhes aperfeioa a estetica, não lhes intelectualiza as paixões, não lhes estimula e canaliza a vontade na senda da solidariedade social.

Nós todos sentimos esse estado, tão prejudicial aos progressos da humanidade! Individualmente, no intimo da consciencia, todos nós confessamos ser uma triste e bem triste verdade, encontrar-se toda a nossa actividade deturpada e desviada pelos vicios de que enfermam as escolas onde fomos educados.

Todo aquele que se encontre emancipado da tutela da tradição, que pôs de parte o servilismo da copia, da imitação social, que tenha a intelligencia aberta aos ensinamentos experimentais da sciencia, positiva e possuidora dum criterio igualmente positivo, ha de necessariamente *sentir*, pelo menos, que a educação não é, não pode ser aquela que lhe deram e que ainda estão dando aos seus filhos na escola. Poderá não saber o que deve ser a educação, os meios que devemos empregar para a conseguir, mas o que sabe, o que sente é que ela não é, não pode nem deve ser a que á maioria dos seus contemporaneos foi ministrada e continua a ser ministrada. O que ele vê é que não ha individuos educados, na verdadeira e lata acepção da palavra, e experimenta consequente-

mente a necessidade de que a escola carece duma orientação inteira e radicalmente outra, de modo que ela preencha a sua elevadissima e indeclinavel missão.

... E o maior argumento dessa necessidade encontramos-lo nós, no que são como homens, como intelligencias e vontades aqueles que ainda defendem a escola tal qual tem sido e é...

O ensino na escola primaria é como a significação das proprias palavras o indica, importantissimo, não só por ser o primeiro ensino sistematicamente orientado que a criança sofre, mas tambem porque é justamente aquele em que ás maiores dificuldades de applicação se junta a necessidade de todos, sem excepção, deverem ser nele iniciados.

O ensino primario deve ter por base e por ponto de partida a *lição de cousas*, o simples exame dos factos, independentemente da tirania das palavras, das formulas, da esterilidade dos programas a que são obrigados a cingirem-se os professores, pondo de parte, muitas vezes, assuntos de capital importancia, só pelo facto de a eles se não referirem os diplomas officiais.

Deve cuidar-se menos em exames sempre faliveis, em cartas e diplomas de acaso, e mais no cabedal verdadeiro e positivo que cada aluno traz para a prática da vida. Não é uma distincção nem um exame que tirará ao aluno as hesitações ante os factos da realidade social. O que ele precisa para vencer é o conhecimento *intimo* das cousas e dos factos sociais.

Impor dogmaticamente a uma criança um principio, uma teoria, embora reputada verdadeira, é cousa nula e quicá mais prejudicial do que não lhe ensinar cousa alguma e deixá-la entregue aos seus erros e illusões. Os erros e falsidades de que somos vitimas, quer por illusão dos sentidos de comprehensão, quer por ignorancia, produzem na nossa vida mais reais ensinamentos, quando são descobertos, do que tudo que nos dizem autoritariamente, sem mais explicação, alem das palavras decoradas num compendio e em que, apontadas a dedo, nos fazem

crer, sem que compreendamos o seu alcance ou significação.

São as reflexões sobre as observações, as experiências e as diversas hipóteses da vida diária que nos fazem reconhecer a diferença entre o verdadeiro e o falso, e nos levam a rejeitar uma ou mais explicações que nos dão dum fenómeno.

Da simples observação deve passar-se á comparação — excelente processo de educar a atenção e que põe em movimento todas as faculdades e cria a concepção do relativo, destruindo ao mesmo tempo a tendência para o absoluto.

Pela comparação, partindo, numa gradação quase insensível, das mais fáceis para as mais difíceis, numa variedade crescente, notam-se as semelhanças, as diferenças, as analogias, as particularidades das cousas; os caracteres dum objecto fazem resaltar os de outro; uma diferença observada descobre outra, e assim sucessivamente. Fazem-se, então, classificações: agrupam-se os objectos similares; separam-se os dessemelhantes. E de grau em grau, se constitue d'este modo a historia dum objecto ou dum facto.

Pelo habito, pelo exercicio intellectual e consequente agudeza de percepção, passamos da comparação dos objectos materiais para a dos phenomenos e destes para as maneiras de falar, para as condutas morais proprias e alheias, para as atitudes em face dos acontecimentos, para as pequenas subtilezas das expressões, dos gestos, das simples palavras, que são reveladores dos caracteres das pessoas com quem lidamos, de quem somos amigos ou inimigos.

Estas observações e experiencias não devem, porém, ser uma simples accumulção de factos; elas devem coordenar-se, materializar-se em objectos, em trabalhos e servir de base, de alicerces a induções que constituirão o principal fundo scientifico do estudioso. E d'este modo, os principios gerais de que fica possuidor são o resultado, não de afirmações gratuitas, mas das proprias investigações, do proprio trabalho. A significação das cousas torna-se assim extremamente clara.

Procurando constantemente resolver problemas, a criança chegará, á força de observar que cousas iguais produzem efeitos iguais, á concepção duma *lei*, resultado dos seus proprios esforços. Mas como o seu intellecto, uma vez exercitado na ginastica da observação, não ficará aí cristalizado, novas observações, novas experiencias e comparações lhe dirão que a pretensa *lei* não é verdadeira no tempo e no espaço, que ela *não foi* a mesma em todo o tempo e *não é* a mesma em toda a parte; daqui resulta, por um lado, a constante necessidade do estudo, da investigação; por outro, o receio ás formulas e a precaução contra as abstracções e as ideias absolutas. A criança ficará sabendo que o que ontem foi tido por uma verdade, já hoje o não é, e o que hoje é considerado como verdadeiro e excelente pode não sê-lo amanhã; que o que é bom num lugar não o é noutro; que tudo está subordinado ás condições de tempo e de lugar, unico criterio que lhe pode criar um espirito eminentemente scientifico.

A verdadeira sciencia não está no absoluto, está no relativo e no contingente.

Nos casos complicados em que a simples atenção, a observação directa não é sufficiente, outros devem ser então os processos: a logica, o raciocinio sobre casos analogos, a subtileza para conceder e preparar a experiencia convincente.

O que, porém, é essencial é que as crianças perscrutem e descubram por si proprias as experiencias a realizar para a solução do problema proposto—experiences a principio grosseiras e depois cada vez mais precisas, mais firmes e mais consequentes. A criança deve ser entregue a si propria na busca da verdade.

D'este modo o seu saber é o resultado da sua actividade, do seu trabalho e não a recompensa duma docilidade, degradante, abdicadora da propria individualidade. E' necessario que os individuos aprendam pelo esforço proprio; e *que actuem para saber*, que transformem o pensamento em acção, as ideias e os sentimentos intimos na representação material dessas ideias e sentimentos. Ao lado, e como consequencia de ter conce-

bido alguma ideia ou empresa, deve haver a sua exteriorização, a sua execução. . .

Não basta fixar de memoria algumas frases, algumas definições, ou saber de cór toda a nomenclatura quimica, por exemplo. Possuir o vocabulario scientifico não é estar dentro duma sciencia; o equilibrar-se na vida social agarrado á maroma das conveniencias não é ser um character. Tanto vale o que possui uma bagagem literaria, sem consciencia dela, como o analfabeto rude, de cerebro por desbastar. Tanto um como o outro são seres psicologica e socialmente inferiores no que respeita á educação. O primeiro pode dar um *esperto*; não dará, porém, um individuo possuindo a *inteligencia* das cousas. Para se possuir a inteligencia das cousas é necessario como que absorvê-las todas, assimilá-las, applicando-lhe, todos os sentidos, sistematicamente exercitados. E' necessario ter os sentidos da vista, do som, do tacto, dos musculos esteticamente aperfeicoados, harmonicamente coordenados com a acção conjunta das mãos, da memoria, do entendimento, para que, por meio do habito do esforço, da ordem intelectual e do discernimento, possa realizar consciencientemente o fim individual e social, e possuir o saber scientifico.

*

A moderna pedagogia social, tomando em consideração a lei da relação entre a filogenia (desenvolvimento da serie) e a ontogenia (desenvolvimento de cada individuo), conclue que a evolução mental da criança, sob a influencia poderosa da educação, passa analogamente pelas mesmas fases de formação e desenvolvimento que a humanidade na sua evolução.

Como dizem De Greef, o sabio professor da Universidade Livre de Bruxelas, e Richards, professor da faculdade de pedagogia da Universidade de New-York, as necessidades economicas precederam todas as demais necessidades individuais e sociais. As primeiras noções que se fixaram no cerebro humano foram as da alimentação, as do fato e as do abrigo.

Por consequencia, querendo seguir um metodo racio-

nal, verdadeiramente moderno, social, a escola tem de ir tirar á historia, ás condições sociais de cada epoca e de cada lugar, ás sciencias, ás artes, não só as noções, mas tambem o padrão da sua constituição e do modo como devem ser seriadas as materias a ensinar, partindo das mais comezinhas e simples para as mais especulativas e complexas.

Numa orientação profundamente sociologica, o ensino tem de ser, como já dissemos no primeiro Congresso Pedagogico, num trabalho apresentado a proposito da educação social, não só integral, abrangendo, todas as sciencias concretas em que se divide a filosofia geral, mas deve apresentar e seguir os diversos estádios porque tem passado a humanidade, considerada como um superorganismo e tendo por base logica e cronologica o fundamento de todas as sociedades, o que preside e reside no fundo de toda a fenomenalidade social — a função economica.

*

Para a realização de tais principios é de todo o ponto necessario que o ensino primario seja radicalmente transformado. Na orientação exposta podemos reduzir a quatro os elementos constitutivos desse ensino:

1.º Trabalhos manuais — Desenvolvimento fisiologico geral.

2.º Expressão artistica dos sentimentos e das ideias — Desenvolvimento estetico.

3.º Troca de ideias e discussão sobre o que se vê e se faz — Investigação dos melhores meios de tornar o trabalho util e produtivo; invenção de processos.

— Desenvolvimento intelectual.

4.º Conduta em sociedade; interesse pela vida social, — Desenvolvimento social. (Vid. «Ensino da educação social», pag. 65)

Este metodo de ensino, de character social e historico, tem tido resultados eficazes em todas as escolas onde se encontra applicado.

Os trabalhos de colaboração em que as crianças agrupando-se, congregam os seus esforços, para a realização

duma empresa previamente discutida e combinada, tem a qualidade eminentemente educativa de lhes dar, sem quebra da propria individualidade, o espirito de solidariedade que deve presidir e é fundamento de todos os actos da vida social.

O ensino das diversas sciencias surge naturalmente a proposito de qualquer facto ou acontecimento, ou emprego de determinados objectos. As crianças adquirem noções das diversas sciencias, á medida que essas noções lhes são precisas para realizar um fim qualquer ou para resolver um problema. Dêste modo ligam a teoria á prática, a ideia á acção. A sua sciencia tem por base os factos.

*

Os trabalhos manuais, cuja acção educadora se mede pelas reacções mentais que provocam, são realmente um excelente ponto de partida para os outros três elementos que, com êles, constituem os lados do quadrado em que se baseia o ensino primario — meio de desenvolver a intelligencia, a vontade, a estetica e a sociabilidade quando estimula o espirito de invenção, a iniciativa propria, e quando os trabalhos são considerados como exercicios experimentais, por meio dos quais as crianças se familiarizam com os factos, com os seres humanos, com as forças e com os elementos da natureza.

Constituem um verdadeiro sistema pedagogico, de cultura geral, integral, exercitando a atenção, a percepção e o raciocinio, provocando o desenvolvimento harmonico de todas as faculdades.

Para a consecução do seu fim todos os trabalhos devem ser precedidos de discussões tecnologicas, entre os alunos e o professor, sobre o fim, dimensões e condições a que deve corresponder o objecto que se pretende fazer, apresentando o aluno, antes de lançar mãos á obra, um desenho-projecto do seu intento.

No decorrer destas discussões o professor é forçado naturalmente a dar noções sobre as propriedades das cousas a confeccionar, a sua origem e modo de as obter, etc. Os trabalhos manuais devem, por isso, recair principal-

mente em objectos que aliem ao requisito de serem necessarios á vida corrente, ao uso comum, o requisito de traduzirem quaisquer applicações de principios e leis das sciencias, convertendo-se assim em verdadeiras determinantes de lições de cousas.

Alem do trabalho propriamente dito, ha a ferramenta, os instrumentos do trabalho, que são exemplos reais de mecanica, de geometria, de fisica, etc. Desde as materias de que são feitos, da sua forma e feitio, até á sua função, ao metodo do seu emprego e de execução e aos resultados por êles obtidos, ha sempre uma infinita variedade de assuntos que podem servir de pontos de partida para o ensino, demonstrando e explicando metodicamente tudo o que a criança faz ou pratica. A historia comparada do material tecnico e da materia prima empregada nos trabalhos manuais reflecte o genero de existencia que levaram os seus possuidores, as suas occupações predilectas, o estado das artes industriais da epoca.

Ao fazer um barco de madeira, que a criança tenciona lançar no lago da escola, surge o problema dos corpos flutuantes, dos transportes e da sua evolução, os modos de tracção, etc.

Na construção em cartonagem ou barro, dum castelo, por exemplo, ha a estudar a architectura, os costumes, o estado das sciencias dessa epoca, etc. Na modelação duma folha, duma flor — uma lição de botanica; na dum animal — uma lição de zoologia, etc.

A criança vê-se forçada a adquirir um certo número de conhecimentos indispensaveis para fazer o que idealizou. Ao tentar fazer o castelo, tem de indagar a forma, o feitio, de comparar com as outras habitações que conhece ou que já fez, etc. E' assim iniciada nos estilos architectonicos.

Os trabalhos de jardinagem oferecem igualmente um grande número de questões e sugerem exercicios de toda a especie que, quando graduados, são manancial de ensinamentos que tem a primacial superioridade de serem interessantissimos para os juvenis trabalhadores. Quantos horizontes se não abrem á tendencia da criança em querer saber tudo, ao observar como germinam, crescem,

florescem e dão frutos as plantas que semeou num canteiro ou num vaso !

O estudo das épocas em que se semeia, a necessidade das culturas alternadas para não exgotar os terrenos, os diversos tipos de plantas, as que pedem sol e as que se dão melhor á sombra, trazem á criança não só hábitos de previdencia e de meditação, como também conhecimentos de geografia, tais como de orientação, do andamento do sol, das horas, das estações, da chuva, dos ventos, dos climas, do rócio, da geada e da neve.

Os traçados de canteiros são problemas de geometria; as côres das folhas e das flores são motivos para a combinação de tons e para educar a vista na sua distinção.

O interesse pelas plantas e pelas flores cria o amor á natureza, á vida animada, á liberdade, e educa os sentimentos estéticos entre os belos quadros da primavera.

O desenho é o poderoso auxiliar de todos os trabalhos manuais ; serve de base a todos êles, fornecendo-lhes os planos, os riscos, a representação grafica do que se intenta executar, e supre, por vezes, a incorrecção, a insuficiencia do vocabulario.

O desenho, como os demais trabalhos manuais, deve ser também prático. Os desenhos devem ser de objectos familiares, usuais, e tanto quanto possível, tirados do natural, tais como folhas, flores, frutos, utensilios caseiros, animais domesticos, brinquedos, objectos da vida infantil.

Nenhum desenho deve ser copiado servilmente e, quando possível, a criança deve ser levada a fazer desenhos com proporções diversas das dos modelos, e até a dar-lhes uma configuração original, conforme a sua imaginação.

Os modelos devem ser escolhidos pelo aluno, mas uma vez escolhidos deve o professor indagar porque houve aquela predilecção e discutir com o aluno os seus fundamentos e o que êle tentar realizar.

Nos graus mais adiantados, com o fim de estimular a inventiva da criança, deve provocar-se, após uma narração, uma leitura ou discussão, a reprodução de qualquer objecto, baseado *no que se falou*.

Cada aluno formará uma ideia e passá-la-ha ao papel.

O desenho a côres, tão predilecto das crianças, tem bem a vantagem já apontada, a proposito dos trabalhos de jardinagem, de educar a vista na sua distinção e cria a estetica dos tons.

Deve seguir-se o metodo que aproveita simultaneamente o emprego de ambas as mãos : «o desenho ou escrita ambidextra tem grande alcance fisiologico, tornando mais harmonicas as funções cerebrais e mentais, porquanto os movimentos das mãos repercutem-se respectivamente nos lobulos dos lados opostos do cerebro».

São de toda a utilidade os trabalhos caseiros, como costura e culinaria. Num ensino integral não pode deixar de se cuidar da educação familiar. É um elemento que se presta a numerosos ensinamentos.

*

A base do ensino da linguagem deve ser o processo, que segue, para cada individuo, uma evolução identica á evolução da linguagem na humanidade considerada no seu conjunto.

A logica e a cronologia dizem-nos que o ensino da linguagem deve começar pela falada — correcção da frase e precisa tradução da ideia ; depois segue-se a figurada ou escrita — exteriorização da ideia por sinais convencionais ; e por ultimo, o aluno é iniciado na leitura, applicando-se-lhe então os diversos metodos de leitura.

Os primeiros sons que chamam a atenção da criança são as interjeições e as onomatopeias, e deles é que se deve passar para o ensino das outras palavras. O ensino das letras deve resultar da necessidade que a criança tem de expressar-se por meio de sinais que fotografem o seu pensamento.

Daqui, a forma logica de que a leitura é posterior á escrita, e que á medida que a criança vai sabendo o emprego de certos sinais, representantes de sons que articula, assim também adquire o saber lêr esses sinais.

Na escola primaria, porém, além do ensino primario propriamente dito, das primeiras letras, apenas se deve corrigir os defeitos de pronuncia e as incorrecções que

não traduzem a ideia que se quer comunicar a outrem ; fazer o paralelo da frase incorrecta com a correcta, mostrar as diferenças de sentido que ambas exprimem ; substituir uma palavra por outra, uma frase por outra semelhante, um tempo de verbo por outro, um genero por outro, o plural pelo singular, e vice-versa, são os unicos exercicios de linguagem que devem ser ministrados ás crianças que frequentam o grau primario.

*

Todos estes exercicios, que teem um caracter social e são uma justa e natural reacção contra o ensino de palavras, de formulas, através das quais se não vê a realidade, devem todavia ser ensinados gradualmente e numa escala ascendente de dificuldades, e escolhidos de modo a dar melhor desenvolvimento fisico ás crianças, por movimentos combinados, sem que contudo deixem de ser livres.

Outro principio a que os trabalhos manuais devem corresponder, na opinião de Larson, é que os resultados dos trabalhos feitos devem representar o esforço pessoal do aluno e ter sobretudo um aspecto de asseio, de exactidão e de bom acabamento, reveladores do amor ao trabalho belo.

*

Os livros no ensino primario devem ser inteiramente banidos. Cada aluno, porém, deverá ter um caderno de apontamentos onde registará todas as observações que pessoalmente for colhendo nos seus diversos estudos, como, por exemplo, as datas das sementeiras, as estações, quais as condições de crescimento de determinadas plantas, etc.

*

As aulas, ou o tempo de applicação seguida a determinado assunto, nunca devem atingir grande intensidade, nem ser de demasiada duração. A cada hora util deve seguir-se, pelo menos, meia hora de descanso facultativo,

devendo sempre combinar-se a transição dum trabalho para outro, de modo que as actividades se contrabalancem e não se exija durante um dia mais duma actividade do que das outras.

Os trabalhos manuais, para serem efficazes, devem ser encarados exclusivamente como um exercicio. Toda a vez que ultrapassarem este caracter deixam de ser educativos para passarem a *profissionais*.

A repetição dos exercicios não deve ir nunca além do ponto em que a atenção e a reflexão desaparecem e são substituidas pelo habito. Deve ter-se sempre presente que os trabalhos manuais das escolas primarias gerais não teem o mesmo caracter que devem ter os das escolas primarias tecnicas ou profissionais, de aprendizado. Os metodos mesmo são diferentes.

Daqui o requisito de que os professores devem ser homens de ensino e não profissionais ou artifices, de qualquer officio ou industria.

As lições devem ser dadas diante do objecto que serve de tema, e consequentemente muitas das aulas devem funcionar fora do edificio da escola: em jardins, nos campos, á beira-mar, enfim, em toda a parte onde a criança possa fazer a provisão de observações.

A iniciativa individual dos alunos deve ser estimulada e educada pelo professor. A intervenção dêste nos trabalhos só é licita diante de qualquer facto que poderá redundar em desastre, ou quando as forças dos alunos possam comprometer a empresa em que estão empenhados.

*

Todas as aulas devem dar uma impressão de alegria e de vida. A ornamentação é essencial. Plantas em vasos, jarras com flores, bustos e estatuetas, quadros pelas paredes e mobiliario comodo, devem formar um conjunto estetico, em harmonia com o material de estudo propriamente dito, que deve ser disposto com arte.

O material escolar, alem de aves em gaiolas e de peixes em aquarios e tanques, que servirão de modelos aos diversos trabalhos, deve ser abundante: aparelhos de de-

monstração, modelos de arte (nacional e estrangeira); colecções de todos os frutos, de materias primas de que se compõem os alimentos; materias primas que entram no fabrico dos objectos domesticos, etc.

Em todas as aulas deve haver quadros pretos ou ardosias onde os alunos possam exercitar-se livremente na reprodução das imagens.

Junto de cada escola deve haver bibliotecas e pequenos museus, sempre facultados aos alunos.

*

Quadro sistematico dos trabalhos manuais no ensino primario

Principios fundamentais :

a) Todos os grupos de trabalhos manuais devem entrar em jogo, combinando-se reciprocamente e seguindo progressiva e paralelamente a mesma evolução, partindo dos trabalhos mais simples para os mais dificeis;

b) Devem aplicar-se a objectos atraentes e familiares, de uso diario, que os alunos conhecem e apreciam, e ter por fim familiarizá-los no emprego das materias primas;

c) Devem ser executados, a principio sem auxilio de instrumentos, exercitando assim as mãos, a vista, o tacto e o sentido das formas e das proporções; depois, com o auxilio de compassos, reguas, lapis, facas e canivetes, esquadros, cadernos de notas, de esboços, etc.;

d) Devem ser executados tanto quanto possivel em comum;

e) Devem ser atinentes a provocar o amor á natureza e á humanidade.

*

Plano :

I. Jardinagem : cultura de plantas de horta, ornamentais e industriais (trigo, linho, beterraba, etc).

II. Tratamento de animais e seus produtos : bichos de seda (nas suas diversas fases, extração da seda); galinhas (ovos e pintos); canarios (criação); cabras (leite, queijo, manteiga); ovelhas (lã), etc.

III. Desenho : em ardosias e no papel, a giz de côres, a lapis preto e de côr, a aguarela.

A proposito dos desenhos de objectos vulgares : como copos, taças, vasos, mesas, regadores de jardim, gaiolas de aves, carros, rosetas e palmas, etc. o ensino do desenho geometrico, linhas rectas, verticais, obliquas, horizontais, circulos, aneis simples e encadeados, espirais, prismas, cilindros, hemisferios, etc. Aplicação destes principios á decoração de capas de forrar livros, de pastas, de carteiras e mais objectos fabricados pelos alunos.

Desenho do natural e de memoria : de folhas, flores, frutos, ramos de flores; de borboletas, de aves, de peixes, de animais domesticos; de arvores e de plantas completas e respectivos tons.

Desenho de figura humana, tendo por modelo os proprios condiscipulos.

Desenho de paisagem ou «desenho das cousas vistas na natureza». Aplicação experimental de projecções a objectos simples, perspectiva ou direcção aparente das linhas.

Desenho architectonico (applicavel á talha, á modelação, á tecelagem, aos bordados, etc.).

Projectos de construção e decoração em relação ás artes industriais.

Estudo de quadros de arte e reconstrução, pelo desenho, de scenas historicas.

IV. Cartonagens : trabalho em papel e cartão : dobrar, cortar e colar papel; com previa medição : sobrescritos, capas para forrar livros, carteiras, pastas, açafates, etc.; recortes, em papel de côr, de arvores e de animais. Objectos de mobiliario em cartão, como camas, mesas, cadeiras, etc. Varias combinações de tons de papeis de côr, recortados, formando figuras geometricas, estrelas, etc. Fitas de papel entrançadas, com o que se pode fazer chapéus, etc. Construções de cartão.

V. Trabalhos em corda e junco : nós simples, duplos e triplos ; entrançados, tapetes, cestos, fundos de cadeiras, etc.

VI. Modelação em barro, a começo sem emprego de ferramenta; baixos e altos relevos e objectos usuais. Mo-

delação simples: tejos enfeitados, esferas, grupos de esferas, rosetas, estrelas do mar, folhas, flores, frutos, animais. Olaria e cerâmica: pequenos objectos de uso comum (caixas, tinteiros, vasos, chavenas, copos, paliteiros, açucareiros, etc).

VII. Carpintaria: trabalho em madeira, a começo á faca e a canivete, sobre modelo previamente desenhado ou recortado em papel (barcos, carros, rodas, pás, candieiros, caixas; instrumentos, balanças, alavancas, roldanas, planos inclinados, etc.); mobiliário, etc.

VIII. Talha em madeira, com goivas e maço; simples ornatos: folhas, flores, etc., animais. Aplicação a molduras, *panneaux*, etc.

IX. Trabalhos de torno em madeira.

X. Trabalhos e preparação da lã e do linho: pequenos teares; fição, tecelagem, tinturaria simples.

XI. Trabalhos domesticos: arranjos caseiros, costura, culinaria, preparação de açúcar da beterraba, cultivada nos jardins da escola, etc.

XII. Fotografia,

XIII. Trabalhos do livro; composição tipografica, brochura e encadernação.

XIV. Trabalhos praticos de geografia: desenho de mapas; plantas e construção em barro de bairros ou de cidades, de campos, etc., tendo tomado previamente as devidas escalas.

Resumamos:

I. O ensino primario deve ser tanto quanto possivel individualizando.

II. O ensino primario começa onde termina a escola maternal e termina onde a *noção das cousas* se transforma em *conhecimentos*.

III. O ensino primario deve ser uma imagem da vida sem atrofia, das ideias de progresso e do ideal que todos devem ter, — e por consequencia integral e experimental; e deve ter por base e por ponto de partida a lição de cousas e dos factos, independentemente de formulas.

IV. A observação directa, a experiencia e a comparação das cousas e dos factos devem ser os processos a

seguir neste ensino, devendo deixar-se a criança entregue a si propria em busca da verdade.

V. Os elementos constitutivos são: a) Trabalhos manuais. Desenvolvimento fisiologico geral. b) Expressão artistica dos sentimentos e das ideias. Desenvolvimento estetico. c) Troca de ideias e discussão sobre o que se vê e se faz. Desenvolvimento intelectual. d) Manifestações da sociabilidade humana. Desenvolvimento social.

Reforma ortografica

Só a petulancia e a rotina, filhas da ignorancia e da incapacidade mental de modificar habitos adquiridos, podem justificar essa especie de guerra que se levantou contra a reforma ortografica.

A filologia é uma sciencia difficil de saber e só pode falar dela com probidade e conhecimento de causa quem se lhe tenha dedicado de alma e coração, toda a sua vida. Não se pode falar dum tal ramo das sciencias applicadas sem um estudo profundo; mas como um asno encontra sempre outro que o admira, certo é que o atrevimento inconsciente dos ignorantes faz com que estes tenham audacia de falar em coisas que não percebem.

Os nossos estudos teem sido muito outros, e a respeito de filologia, de etimologias, etc., sabemos tão pouco, que nos consideramos uns crassos ignorantes sobre tal assunto. O que nós sabemos, porém, é que a grafia que pôr aí ha e havia não era nada e que aqueles que a defendem em nome da filologia, da etimologia, das tradições da linguagem, etc., não percebem muito mais do que nós, pela razão muito simples de que essa grafia não está de harmonia com esses predicados que lhe pertendem attribuir.

Além disso, uma grafia etimologica rigorosa nunca poderá realizar-se, porquanto palavras ha a respeito das quais os filologos — os entendidos, note-se — não estão de acordo sobre a sua origem e por consequencia sobre o modo como se devem escrever.

Portanto, sem pretendermos consagrar e reviver o de-

primente e idiota *magister dixit*, nós, os incompetentes, devemos aceitar a reforma ortografica, não por ter sido elaborada pelos competentes na materia, não pelo principio de autoridade, cujo argumento já passou á historia neste seculo de racionadores; mas, sim, devemos aceitá-la como uma solução urgente a tomar num grave problema do ensino, em nome da logica, da prática, e sobretudo em nome das criancitas, da necessidade que havia e ha de simplificar, de harmonizar, reduzindo a uma só grafia simples e com a menor duplicação possível de fonemas toda essa barafunda de escritas que por aí andava endoicendo as crianças e, até, vamos!, os adultos...

A reforma pode fazer com que certos individuos, pelas funções que exercem no professorado, sejam obrigados a estudar... mas tenham paciencia. As crianças tem o direito de que os professores estudem para as ensinarem...

O cáos em que se vivia era funestissimo á criança, ao estudante. O ensino era prejudicado a todo o momento. O livro tal de geografia, escrevia-se dum modo; o livro de leitura, doutro; o de historia doutro, etc, e a criança acabava por não saber como se devia escrever, porquanto acima de todas essas grafias que ela *lia*, ainda havia a recomendada, a escolhida pelo professor de mathematica que exigia o *th*, a do professor de português que o dispensava, a do de fisica que só o exigia nalgumas palavras e a do de quimica, que ora dizia que sim, ora dizia que não!

Uma verdadeira tortura cerebral para a criança, um esforço inutil, um trabalho monstruoso para os cerebros que começam a raciocinar, a pensar.

Só quem tenha ensinado, só quem tenha assistido ao doloroso esforço dos pequenos cerebros para compreenderem e seguirem as diversas ortografias, conforme os professores e os livros, pode avaliar quão necessaria, quão util é a simplificação ortografica e como ela se impõe.

Na reforma apresentada ha ainda uma ou outra extravagancia, uma ou outra regra que, por certo, berra com a logica da criança e ela ha de perguntar ao professor

porque se escreve *habitado* com *h* e *desabitado*, sem *h*, mas o que já vem preconizado na reforma é já um grande avanço para a indispensavel simplificação da grafia e algumas das *transigencias* adoptadas desaparecerão numa revisão e pela força adquirida da simplificação natural e logica da ortografia, agora iniciada.

Saiamos do cáos e sejamos logicos. Tenhamos dó dos pequenos cerebros, ensinando-lhes o menos possível inutilidades, porque muito ha a ensinar e a aprender de bom e de util.

A EDUCAÇÃO E O ENSINO EM PORTUGAL

A instrução e a politica

Não ha, nem tem havido coisa mais prejudicial á instrução do que a politica partidaria.

No tempo da monarchia, a instrução, quando não abandonada, estava entregue ás furias dos interesses locais, caciqueiros. Fundavam-se escolas, fechavam-se escolas; nomeavam-se professores, demitiam-se professores, conforme as influencias locais, conforme o numero de votos e a proximidade das eleições.

As pretensas reformas de instrução nunca obedeceram a um criterio pedagogico, independentemente de preocupações partidarias. A instrução e toda a sua engrenagem era uma arma politica que governos e oposições manejavam conforme as suas paixões e interesses.

As nomeações não obedeciam ao criterio da competencia, mas do empenho, do anichar amigos.

Daqui resultou o facto de Portugal ser um país cuja maioria da população é analfabeta e que na minoria letrada, ainda uma grande parte, mal sabe lêr, não comprehendendo a significação das palavras que lê e não sabendo escrever uma simples carta. Daqui resultou que embora houvesse e haja menos escolas primarias do que as necessarias para a população do país, todavia a proporção entre a grande massa analfabeta e esse numero é superior á que devia haver, porquanto escolas ha que nunca tiveram nem

tem o numero de alunos que podiam receber e que na localidade existem com a devida idade escolar, nem os respectivos professores possuíam o fogo sagrado para desempenharem e sacrificarem-se pela sua profissão, — visto que muitos individuos nomeados professores, nunca o tinham sido no verdadeiro significado da palavra, considerando apenas o seu emprego como uma mera burocracia por onde ganham o pão... desmentindo e pondo assim uma mancha na proverbial dedicação estoica do professorado primario português.

Ora, para que a instrução adquira o necessario impulso, para que ela se derrame, criando consciencias, torna-se preciso arrancá-la á politica. E' preciso purificá-la, emancipá-la, torná-la senhora de si.

Se querem, ao contrario do que convinha, para seus fins inconfessaveis, á monarchia, que a instrução seja um facto em Portugal, produzindo todos os seus belos efeitos, limpem-na da politica e que todos se dediquem a ela sem as paixões personalizadas em Fulano ou Cicrano que pertence ou não á grei ou *coterie* politica.

A instrução, a educação, é, logo após o problema economico, o mais ingente, o mais grave, que deve preoccupar um povo. Alguem já o disse; o que vale a Escola, vale a nação. Para se *poder* é preciso *querer* e para se *querer* é necessario *saber*. Sem o indispensavel saber, nada queremos, nada podemos.

Países ha mais pequenos em territorio e em população do que Portugal e que o suplantam, — quer na actividade economica, quer na intellectual. Progridem. E as grandes nações são forçadas a contarem com elles nas suas relações internacionais.

E' que essas nações *organizaram* a sua educação; é que esses países têm um ensino geral e profissional solidamente baseado nas suas condições mesologicas e sabiamente deramado pelas suas cidades, vilas, aldeias e campos.

Portugal póde, *deve* entrar nesse consenso civilizador mundial. A sua posição geografica, o seu clima, as suas colonias, fornecem-lhe os elementos mais do que suficientes para se tornar uma *unidade social* e não apenas um mero estado politico.

Não basta a uma personalidade politica ser independente. Nada disso vale, se concomitantemente é uma provincia, um feudo, uma como que colonia, no ponto de vista das outras funções sociais — economica, artistica e intellectual.

O que é, pois, necessario é *criar* a instrução, a educação portuguesa, e para tal *desideratum* emancipemo-la das influencias politicas.

E' forçoso, imprescindivel, que a instrução, a educação se desenvolva, se efective, se *pratique*, e para que a educação do povo português seja um facto, indispensavel se torna que ela se faça independentemente das paixões partidarias, que, sendo nocivas a todo o progresso social, são-no especialmente em materia educativa.

Para isso ha, pois, a impreterivel necessidade de expurgar os ramos do ensino em Portugal da influencia, da interferencia dos srs. ministros, sempre preocupados com a politica, reunindo-se desde já, para começo, todos numa unica secretaria e sob a direcção duma comissão de tecnicos que oferecessem a garantia de serem os homens menos politicos do mundo e os mais esquivos a partidarismos e que em toda a sua vida se tivessem dedicado á causa do ensino.

Uma das armas com que entre nós a politica oposicionista costuma entravar a acção governativa dos seus inimigos é a de falta de recursos e que não se deve aumentar o *deficit* orçamental.

Muito bem. Mas a sr.^a D. Politica só se lembra do *deficit*, quando se trata de assuntos que não dizem respeito a S. Ex.^a. Quando se trata dela a preocupação do *deficit* esquece e é *mãos rôtas*.

Ora, se ha despesa produtiva é sem duvida a da instrução do povo, do país. Se o nosso *deficit* fosse sómente originado pelas despesas de instrução bem era, porquanto apenas seria momentaneo e dentro de três ou quatro anos desapareceria.

A colheita seria o decuplo da sementeira.

As forças do país adquiririam energia; todos os elementos naturais que elle possui progrediriam e um levantamento geral do nivel social seria o coroamento dessa bela

obra, que viria, até, neutralizar, contribuir para as despesas superfluas e improdutivas que aí abundam.

A instrução deve, pois, ser emancipada por utilidade publica da politica.

Dediquemo-nos ao seu desenvolvimento e derramamento não só sob o ponto de vista de *quantidade*, mas sobretudo da *qualidade*. E o povo, a nação será não só livre como unidade politica, mas tambem como um ser social, exercendo todas as suas funções livremente.

O ministerio de Instrução

Criou-se mais um ministerio — o de instrução publica.

Mais um ministerio ! mais uma... pasta !

Mas com que fim ? E' para se ter mais um... ministerio ? E' para se criar mais um lugar a um politico ? E' para haver occasião de satisfazer a vaidade dalgum cavalleiro de... politica, dalgum *gros bonnet* politiquero, todas as vezes que um ministerio se fórma?... E' para continuar tudo na mesma: só pensando-se em politica, nas intrigas e em beneficiar compadres, sendo os concursos uma burla e só se legislando de gabinete e para o espaço e aos retalhos ?

Evidentemente, se foi para isso, era escusado pensar-se na criação dum novo ministro. Ministro já os temos demais, por mal dos nossos pecados...

*

Mas se é justamente para livrar a Instrução da camaradagem perniciosa da politica em que tem vivido, se é para emancipá-la das eleições, das manigancias politiqueras que a tem corroido, quer no antigo, quer no novo regime politico; se é para a tornar séria, honesta e digna; se é para entregar a sua direcção a uma competencia pedagogica e não sacrificá-la á direcção e caprichos dos ministros... politicos, que, em geral, e por definição, são os individuos mais balofos e incompetentes em questões de instrução; se é para evitar que a intriga politica conti-

nue a confundir professores com caciques — se é para isso, se é para separar essas duas coisas antagonicas, uma, mesquinha e imoral, que se chama politica partidaria, outra, elevada, moral e redentora que se chama instrução publica, então venha mais esse ministro, mais esse ministerio, não para se juntar aos... outros, mas para viver uma existencia honesta, proficua e eficaz, á parte e acima de todas as tricas pessoais politicantes.

Venha, pois, esse ministro !

*

Portanto esse ministro tem de ser mais um funcionario superior do que o representante duma facção ou «*coterie*» politica, assim como tambem não deve sêr um burocrata cristalizador e atrofiante.

Não deve estar sujeito á instabilidade e ás campanhas politicas, nem tambem deve sêr um burocrata agarrado aos formalismos regulamentares.

Deve sêr um individuo que tenha horror á intrigalhada politiquera e que tenha por ela o desprezo, o desdem de todo o homem inteligente e digno.

Criar um ministerio de instrução para que o respectivo ministro esteja sujeito a acompanhar as quedas sucessivas dos ministros politicos, como é caracteristico da politica empirica que por aí fóra existe, então é melhor não falarmos desse ministerio.

E' preciso que em instrução e educação haja um plano geral, rigorosamente esquematizado, de modo que todos os graus e especialidades se harmonizem e se completem. E' preciso que esse plano geral seja previamente traçado e sobre êle se façam as reformas necessarias, de modo que haja espirito de unidade, criterio e *se veja* um fim. E' preciso que haja consecução e continuidade e que esse plano seja posto em vigor integralmente.

Para tal *desideratum* é preciso tempo e não se compadece com a vida efemera dum ministerio cuja maromba de equilibrio está á mercê das contingencias da politica partidaria.

Pôr no novo ministerio de instrução um homem sujeito

a sêr substituído na primeira crise governamental e assim sucessivamente é fazer obra inútil, é estragar, desperdiçar esforços, porquanto o sucessor, a não sêr senão por mera vingança política, ha de forçosamente alterar, estragar, ou, o mais frequente, pôr de parte o que o outro fez para, por seu turno, vir outro daí a meses e proceder da mesma maneira.

E assim nunca se conseguirá que uma organização do ensino esteja completamente em vigor e nos diga, pelo facto, se é boa ou má e em que sentido o é.

Organize-se, pois, esse quadro geral da educação nacional, baseado nas condições naturais geológicas, etnográficas, psicologicas e sociologicas do país e da população portugueza e dê-se-lhe, depois, continuidade e persistencia, collocando essa educação acima de toda a influencia da mesquinha politica partidaria.

Alguem já o disse: eleições e educação não fazem sentido.

O ministerio de instrução publica deve abranger todos os ramos da instrução publica. O contrario, seria um grave sintoma; um mau principio que faria prever que os nossos receios são justificados, pois que se veria que a politica, a malfadada politiquire queria envolver já com a torpeza dos seus interesses inconfessaveis inicialmente, a criação do citado ministerio.

Como argumento, tem-se dito que nalguns países assim é. Que importa! Só prova que nesses países a instrução não está ainda bem organizada ou que outros motivos que nós não encontramos existirem entre nós, existem e tal justificam.

O argumento de autoridade só colhe como reforço da razão e do proprio raciocinio.

As condições do país portuguez são muito diversas ou especiais, se assim o querem.

Diga-se lealmente que se assim procedeu, foi para que tal senhor não deixasse de ter o seu emprego ou para se manter duplicação de lugares e portanto duplicação de nichos onde se pôde collocar a clientela politica, mas não nos di-

gam que é preciso e util pela unica razão... de que lá fóra é assim...

Não! Economicamente, é um desperdicio, uma prodigalidade, cujas despesas burocraticas seriam mais proveitosamente applicadas na melhoria do ensino; pedagogicamente, é um erro, um disparate, porquanto a instrução e a educação nacional continuará a não ter orientação, a ser desharmonica e, o que é pior, a ser antagonica dentro dos seus respectivos ramos.

E' preciso, é exigido pela economia, pela pedagogia, baseada nas condições naturais do país e pelo mais rudimentar senso comum, que o novo ministerio de instrução publica concentre todos os serviços de instrução, inclusive os que se encontram anexados ao ministerio da justiça — o das casas de correccão, que, como todos sabem, devem ter antes e acima de tudo um caracter de escolas e não de prisões. As casas de correccão já fizeram parte do antigo ministerio do reino e passaram para o ministerio da justiça por occasião da reforma ultra-reaccionaria e anti-cientifica de Campos Henriques.

E se o argumento da autoridade estrangeira serve para justificar a anomalia de que o ensino agricola-industrial — base de todo o ensino moderno e especialmente do portuguez! — deve ficar fóra do ministerio da instrução publica, devemos então apressar-nos a transformar as casas de correccão em escolas, como é norma corrente hoje, em todos os países cultos e que vêm na criança vadia ou abandonada, não um criminoso, mas um infeliz ente, a quem a sociedade tem obrigação de proteger e educar e não de punir.

Outro aspecto dêste assunto está na conduta que esse ministro deve traçar a si proprio para que o seu cargo seja realmente util.

Se se limitar a exercer o seu cargo como burocrata que se presa, entrando e saindo a horas certas para o seu ministerio e despachando de cruz todo o expediente que lhe apresentarem, pouco adiantará ao já realizado e a sua grande obra não passará das ridiculas tentativas das re-

formecas que certos ministros amadores teem para ai decretado.

O novo ministro, se quiser fazer alguma coisa prestavel, concreta, duradoira, que tenha seriedade, honestidade, tem de sair do seu gabinete e misturar-se com o professorado, com aqueles que executam, praticam, que estão em contacto com a realidade das coisas.

Tem de pôr de parte os salamaleques dos cortezãos, e a vida, tão esteril quanto estulta, do seu gabinete de ministro, onde acorrem de todos os lados os lisongeadores, os *engraçadores*, e deve *descer* do trono ministerial, para *subir* ás escolas, pondo-se em contacto com a *vida do ensino*, com o professorado, assistindo ao funcionamento das escolas e observando e *sentindo* o que ha de deficiente e o que ha de aproveitavel, quer nos metodos, quer nos programas, quer nos professores.

Tem de trocar as comodidades do seu gabinete de ministro e o fraseado hipocrita das multidões dos pretendentes pelas salas nuas e muitas vezes desconfortaveis das aulas e pela linguagem franca e sincera do professor probo.

Não é dentro do seu gabinete, ouvindo os palavrosos, os *arrangistas*, os que querem simplesmente um emprego, os que só se interessam pela instrução, pelos ganhos que auferem, os que sobre pedagogia apenas reconhecem um metodo: o empenho e a sabujice — não é assim, repito, que esse ministro se inteirará das necessidades do ensino e ficará sabendo como ha de proceder para que essas necessidades sejam satisfeitas.

O ministro, seja ele quem fôr, tem de varrer todo esse enxame de palradores e *arrivistes*, e deve pôr-se em contacto directo, sem interpostas pessoas com o professorado, aproveitando-lhe as aptidões, as boas vontades e auxiliando-lhe as suas iniciativas.

Até agora, o professorado tem vivido desprezado pelos poderes publicos e se alguma coisa tem feito é só devido á sua tenacidade, ao seu amor profissional, á iniciativa particular.

Tudo que o Estado faz ou fez pelo professorado, tem sempre revestido o character duma concessão, dum favor!

Dos poderes do Estado só tem tido motivos para desanimos e agravos.

A muralha, verdadeiramente chinesa, que constitue o *entourage* dos ministros, tem impedido, por todo o sempre, que o professorado esteja em contacto com aquelle que tem por missão coordenar todos os seus esforços.

Dantemão sabe o professor, digno e altivo, que perde o seu tempo dirigindo-se ás chamadas autoridades superiores, isto é aos ministros.

Estes, preocupados com as clientelas politiqueiras, em conferencias permanentes com os srs. doutores e com os srs. governadores civis e mais caciques não podem receber o pobre professor, nem lhe prestam atenção quando algum mais teimoso consegue avistar-se com elles. E, se dando provas de independencia, manda ao diabo o sr. ministro, e vai para a *sua escola* fazer o que entende, caílhe a burocracia em cima com todos os regulamentos e sem consideração pela *obra realizada*, transferem-no para outra escola. O pobre professor perdeu todo o seu trabalho, todos os seus esforços!

Um dos meios de que o professorado lança mão para ser ouvido, é o officio. Pelo officio, por séries de officios, elle solicita, propõe, reclama!

E' um desabafo platónico. A sua consciencia, porém, fica aliviada, muito embora saiba perfeitamente que esse officio só tem um destino... o arquivo.

Todos estes factos são, pois, para desanimar as melhores vontades, são para quebrar as mais potentes energias.

Sei de professores que, amando a sua profissão, a sua escola, teem procurado melhorá-la, mas a mais insignificante solicitação, o menor pedido de material não obtem reposta. O Estado é mudo e quedo... a nada se move...

Professores ha que teem solicitado pequenos órgãos para canto coral. Esses instrumentos abundam aí por essas casas congregacionistas de que o estado tomou posse após a implantação do regime republicano. Pois até hoje não consta que houvesse a ideia de os distribuir pelas escolas, cujos professores os pediram.

Um professor ha que tem pretendido organizar um pe-

queno museu escolar; está cansado de solicitar um armário ou coisa parecida; até hoje ainda nada obteve e o museu está por organizar, porquanto seria um desperdício arranjá-lo sem ter onde guardar e expôr.

Ha tempos, três professores primarios visitaram uma escola particular de Lisboa, onde se procura ensinar o mais experimentalmente possível e onde ha um material de ensino relativamente abundante.

Um dêles, encantado com o que via, exclamou, comovido com lagrimas nos olhos: «Ah! se nós tivéssemos isto nas nossas escolas!»

Nesta frase se vê a dolorosa vida do professor honesto que quer ensinar, que quer sêr prestavel e que não lhe fornecem os indispensaveis meios para tal conseguir!

E' preciso, pois, que êsse ministro não desperdice estas e iguais boas vontades e estas e iguais aptidões que existem entre os corpos docentes dos três graus de instrução.

Para isso, o ministro, se quer fazer justiça e obra limpa e sã, não deve fiar-se no que lhe dizem e nas boas referencias que os *amigos* lhe podem fazer dêste ou daquele professor.

Não é visitando um edificio como um architecto, vendo as casas, as caves e os sotões, a secretaria, que alguém fica sabendo o que é necessario ao ensino. Um pedagogo que se presa de o sêr não procede assim.

Para aproveitar com consciencia o que ha de bom e para vêr o que é necessario fazer, criar ou reformar, precisa observar o funcionamento das escolas e respectivas aulas. Precisa assistir ás aulas, vêr como os professores ensinam e se os defeitos ou virtudes são dos homens ou dos programas.

Deve visitar as escolas primarias, os liceus, as escolas tecnicas ou especiais e as superiores. Deve examinar a vida escolar. E do que viu e observou, aproveitar o que lhe parecer bom e estirpar o que lhe parecer mau, fazendo justiça ás boas vontades cheias de ardor e de ideal, ás aptidões, á probidade, e escorraçar os simples mercenarios, os que fazem do ensino um comercio e não uma tarefa redentora da humanidade.

E no dia em que se fizer justiça ás boas vontades, ás aptidões, aos que teem iniciativa e amam apaixonadamente a sua profissão de *mestres*, então o ensino entre nós cumprirá a sua missão e será um facto.

Que o ministro — já que é necessario haver mais um ministro — *desça*, pois, do seu gabinete e *suba* ás escolas, é o que julgamos sêr o seu dever restrito, se quiser sêr honesto e fazer obra proficua e continua.

O ensino e a educação popular em Portugal

Antes de entrarmos na parte concreta do que é ou tem sido, porventura, o *ensino popular e a educação popular em Portugal* e dizermos quais são as *necessidades nacionais no actual momento historico* relativamente a semelhante problema — convém, no nosso entender, ponderar o significado da proposição e traçar os seus limites.

O assunto divide-se em duas partes: uma geral — *A educação popular em Portugal*; outra especial, e que é apenas um dos ramos da primeira — o *ensino popular em Portugal*, e desta só duma minima parte, só dum capitulo vamos falar.

A parte — *A educação popular em Portugal*, é uma proposição generica e como que a introdução a todos os problemas educativos.

Nesta parte, sem deixarmos de ser concretos, vamos examinar o problema no seu todo, no seu conjunto, vasto e complexo, sem descermos ás particularidades intrinsecas dêste ou daquele ramo da educação dum povo.

A parte — *O ensino popular*, é uma proposição sobre o modo e os meios como tem sido e deve ser instruida a classe popular, o povo no sentido restrito, em face das necessidades sociais da nacionalidade portuguesa.

Muito do que teriamos de dizer sobre este ultimo ponto de vista deve ficar, porém, prejudicado ou antecipado com o que vamos dizer sobre a educação em geral, visto que o *sujeito* da instrução é o mesmo do da educação — o povo

— e esta, contendo aquela, envolve implicitamente, pelo menos, as bases e o arcaboço em que deve fundamentar-se.

*

Antes de tratarmos separada e concretamente cada um dos dois enunciados, julgamos do nosso dever declarar desde já e dum modo geral que na nossa fraca e desautorizada opinião, educação e instrução populares são coisas que não tem existido em Portugal.

Relativamente á instrução popular ha a comprovar a sua não existencia o ferrete ignominioso dos 80 % de analfabetos, devendo acrescentar-se ainda que os 20 % de letrados são compostos na sua grande maioria de individuos que apenas sabem lêr e lêr mal, e que só a pequenissima minoria restante é que sabe escrever uma carta ou duas linhas num português comprehensivel.

Relativamente á educação, ella tem sido absolutamente nula em Portugal.

Sem a estulta vaidade de dar uma definição rigorosa, e antes, apenas, com a intenção de esboçar um enunciado, diremos que a «educação» consiste, no ponto de vista subjectivo, num conjunto de operações, de processos e meios atinentes a provocar e realizar o desenvolvimento integral e harmonico de todas as energias do individuo e a criação, nele, duma consciencia e dum caracter, patenteado pela coerencia entre as ideias e as acções.

Pela educação faz-se ou refaz se um sêr humano integro, no sentido mais lato e intensivo da palavra.

E' pela educação que se *conduz, se guia, se sugestiona* o individuo a tomar posse de si, da sua personalidade e a saber utilizar convenientemente todas as suas forças e aptidões, desenvolvendo o seu eu fisico, o seu eu intellectual e sentimental, quer intensificando cada vez mais a sua mentalidade e aperfeiçoando a sua sensibilidade, quer esclarecendo a sua consciencia e exercendo e afirmando a sua volição.

No ponto de vista objectivo, a educação tem por fim adaptar o individuo ao meio, ás condições sociais do tempo e do espaço em que nasceu, viveu e onde naturalmen-

te terá de continuar a viver na luta pela vida e pelo ideal.

A educação consiste, pois, a nosso vêr, em fazer dos seres humanos, individuos conscientemente uteis a si e aos seus semelhantes, isto é, á sociedade.

Um individuo *bem educado* é aquelle que foi formado para a vida, que é *criador de utilidades* e que tem o necessario cabedal para ser um vencedor — não dos seus semelhantes, explorando-os, mas da natureza. — que foi preparado para empregar esse cabedal conveniente e proveitosamente e poder desempenhar o papel que mais tarde pode ou deve ser-lhe distribuido na grande comedia-drama social que tem por titulo — *A vida prática*.

Um individuo *bem educado* é, pois, um caracter cujos traços inconfundiveis se desenham nitidamente, grossos e fortes. A sua vida nada tem de vago, de flutuante; está firmemente norteada, é perseverante, continua. Habitua-do a sustentar energicamente o esforço conquistador dum *desideratum*, não foge, não se esquivá ás difficuldades e, encarando-as de frente, diligencia, pertinaz, vencê-las como um verdadeiro *sportman*. Sente prazer na luta que trava em defesa da sua pessoa e dos seus semelhantes, da humanidade.

Ora, applicando este conceito de educação á nação portuguesa, nós podemos dizer afoitamente que ella não existe em Portugal. E a terrivel verdade da nossa afirmativa *vê-se*, apalpa se, sente-se. demonstra-se concretamente por meio dos factos.

*

Mas, dirão, se não tem havido educação, nem instrução popular em Portugal, como é que o país tem caminhado, como é que tem vivido, e, mesmo como é que tem progredido, porquanto é certo, é evidente que embora, intermitente e lentamente, elle tem *de facto* caminhado e progredido?

A razão está no mesmo facto, aparentemente extraordinario, que tem feito com que a nação ou o agregado social que constitue o povo português ainda viva como tal e se tenha mantido e desenvolvido atravez de toda a casta de acontecimentos dissolventes, de todas as calamidades sociais, de todos os descalabros e crises economicas,

financeiras, morais e politicas por que atravessou e tem atravessado esse povo e cujos reflexos se fazem sentir, infelizmente, de muitos modos...

A razão está no mesmo facto que fez com que a nação portuguesa tenha resistido a essa ebulição de paixões infrenes dos nossos politicantes passados, presentes e futuros por muitos anos e bons... e que constitue a vida aparente e superficial, ao mesmo tempo procelosa e balofa, incomoda e ficticia das sociedades modernas.

E' que debaixo da vida politica artificial, que fórma por assim dizer o aspecto externo, o envolvero das sociedades e cujo tumultuar, por consequente, se torna mais saliente, mais notado, chegando-se erroneamente a confundir-se a parte superficial com o todo, com o *substratum* das sociedades — ha um residuo social, uma parte fundamental, que constitue a propria essencia das sociedades, e que organizada naturalmente, sem a menor intervenção de qualquer autoridade, caminha sempre, *arranja a sua vida* e progride atravez de todos os obstaculos e independentemente, e até, por vezes, contraditoriamente á engrenagem da politica autoritaria e official.

Em todas as sociedades podemos observar esse dualismo, essas duas vidas, tão diversas e por vezes tão antagonicas — uma, a vida politica, ainda hoje artificiosa, carecendo da força, consubstanciando-se na autoridade constituida e formando um envolvero, uma mascara com que as sociedades se trasformam em Estados, e outra a vida profunda, natural, intuitiva, honesta e trabalhadora nascida das circunstancias e das condições permanentes da existencia social que se efectiva e se realiza por si mesma, espontaneamente, por uma serie infinita de mutuos contratos e atravez de todos os obstaculos e de todas as perturbações que muitas vezes lhe lança e lhe causa a insania dos politicantes.

Observe-se qualquer sociedade, nomeadamente a portuguesa, e vêr-se ha como é diversa, felizmente, a actividade da vida social do povo e a actividade superficial da politica.

Pois se não houvesse esse fundo permanente, essa organização natural das sociedades, que poderemos chamar

anarquica, visto que nela não intervem nenhuma especie de autoridade, — Portugal poderia ter resistido e, o que é mais, poderia ter progredido com essa desorganização que para ai se arrastou e arrasta vergonhosamente, á custa de todos os servilismos e traições, de todas as baixezas e imoralidades, e que se chamou e chama politica portuguesa ?

Não! Entre a organização natural das sociedades, dos povos, e a manifestação da sua vida politica pode haver independencia e, até, antagonismo.

Foram os politicos que organizaram o 28 de janeiro e fracassou, mas foi a massa profunda da sociedade que veiu á superficie e se manifestou em 1 de fevereiro; foram os politicos que organizaram a revolução de 5 de outubro, mas é depois da morte de dois dos seus chefes — um nas vespervas, outro na propria noite em que esteve tudo perdido, — que surgem as camadas profundas da sociedade, e, com a sua aparente desorganização, fazem intuitivamente a revolução, sem cuidarem se tinham ou não quem as dirigisse.

O povo, portanto, vive e progride na sua existencia e organização natural; êle educa-se a si proprio, tendo a experiencia da vida como principal processo pedagogico, — processo, posto que eficaz, lento e criador de grandes desanimos e de perdas de muitas energias preciosas.

E' devido, pois, ao caminhar natural e intuitivo, á marcha sempre para a frente das sociedades humanas, á lei permanente da evolução espontanea, que Portugal tem progredido e desenvolvido os seus modos de vida.

A educação e a instrução devidas não as tem tido, porém.

*

Expostos alguns principios gerais, apliquemo-los ao português e vejamos como êle está *mal educado*.

O português não é um sêr *bem educado*, porquanto não *sabe* para poder e querer utilizar proveitosa e conscientemente as suas energias, — base da *auto-educação*, que constitue o caracter de todos os individuos que tiveram uma educação em criança.

O nosso filho-famílias ou é estupidamente apaparicado ou ignorante e desastradamente esfrangalhado pelos seus, aliás bem intencionados, mas inconscientes *papás*.

Pondo de parte os cuidados higienicos da infancia, — que são nulos; pondo de parte certos exemplos pouco edificantes, que abundam por essas familias, em que os pais são useiros e vezeiros e em que as crianças são iniciadas, — e observando os factos num ponto de vista restrito da educação geral, nós vemos que o português, logo na sua primeira infancia, sofre a influencia da falta de educação dos seus pais, da falta de criterio, da carencia duma norma previamente estudada e estabelecida, que sirva de bitola á conduta dos pais para com os filhos.

A educação atinente a fazer de cada individuo um bom e consciante pai ou mãe de familia é coisa que entre nós nunca existiu nem se pensou realizar. A organização da familia portugueza enferma dêsse facto e os seus principais e funestos efeitos estão no modo como trata, como cuida da sua prole. E assim como toda a gente se julga com juizo e honesta, assim tambem toda a gente se julga apta, competente e bem preparada para ser pai ou mãe.

Mas, infelizmente, muito pouco ou nada sabem sobre tal assunto, e para a grande maioria é o acaso, o capricho, dependente do bom ou mau humor de que se acha possuida, que lhe guia a conduta para com os filhos em cada momento.

Uns dias consentem tudo ao *menino*, tudo que êle quer ou faz é graça; noutros, tudo lhe é prohibido: á menor coisa que faz a criança, ao menor gesto ou movimento sibila no ar o grito autoritario: «*Está quieto!*»; «*Tu não ouves! Olha que apanhas!*» O que ontem tinha sido permitido que êle fizesse é hoje prohibido, para, amanhã, ser novamente permitido e, até, incitado.

Muitas coisas proprias da idade da criança são-lhe severamente reprimidas, deixando-a todavia cometer outras que são ou podem vir a ser inicio de conduta, censuravel no futuro.

Nesta incerteza da vida, as faculdades da criança desequilibram-se, não adquirem firmeza, a criança não sabe como ha de viver, torna-se nervosa, e, por seu turno, ca-

prichosa e despotica, sem proporção nem justeza nas suas necessidades, sobretudo não sabendo avaliá-las nem hierarquizá-las numa graduação conforme a sua relativa indispensabilidade de satisfação.

A criança torna-se um sêr apagado, generico, sem personalidade, sem caracter... Esta vida, caprichosa, desequilibrada, inconsequente, prolonga-se pela sua existencia fóra, e, incapaz de continuidade no trabalho, ela desperdiça as suas energias e afoga-se na multidão dos incompetentes.

Os vicios da conduta jesuitica, que ainda hoje correm no nosso sangue, reflectem-se em todas as manifestações sociais, e assim vêmo-los tanto na familia como na escola, tanto na fabrica como na associação, seja esta simplesmente de classe ou politica.

Chame-se-lhe *saber viver*, *conveniencias sociais*, *razão de estado*, ou dê-se-lhe outros nomes bonitos, o que é certo é que a criança, quer em familia, quer na escola, quer na sociedade, não vê, não sente senão a mentira, o embuste, a baixaza, como norma de conduta geral.

Habituada a ouvir constantemente que devemos pensar em nós e nas nossas conveniencias, acovarda-se e deixa de dizer o que pensa para só dizer e fazer o que *os outros* lhe dizem que faça ou diga. Em vez de praticar o que a sua razão lhe indica, pratica sómente o que convem ou contribue para a satisfação grosseira e torpe das suas paixões egoistas.

Ensinam-lhe a occultar os seus pensamentos, a abdicar da sua pessoa e ideias, a pôr a sua dignidade abaixo dos seus interesses materiais. Chamam tolo a quem é honesto, ou escrupuloso, a quem tem caracter, a quem não serve *todos os meios* para conseguir todos os fins.

O trabalho probo não é, *para êles*, o unico e exclusivo meio de alcançar o que se deseja, de obter os meios de subsistencia e de se sêr simultaneamente util a si e aos semelhantes. Daqui, o que predomina não é o valor pessoal derivado do trabalho, mas, sim, *quem tem empenhos*.

O *empenho* é uma instituição nacional e envolve toda a

nossa vida. E' com o *empenho*, com a *cunha*, com a *recomendação* que se educa a criança a vencer na vida!

O pai, a familia, não diz: «estuda, trabalha, conquista por ti só, á força de energia e teimosia, o que queres atingir, o lugar que queres ocupar na sociedade». O que lhe diz é o seguinte: «Eu conheço F., que é amigo do teu professor. Peço-lhe uma carta de recomendação e tudo se arranjará». Ou então: «Olha, vê se indagas lá com os teus condiscipulos quem é bom empenho para o teu professor».

O resultado é esse nenhum cuidado, esse nenhum interesse, essa nenhuma preocupação por uma causa, por uma ideia e unicamente o interesse material como mobil de todas as acções. A' parte a satisfação material das suas necessidades mais grosseiras, tudo o mais lhe é indiferente, aborrecido.

*

Entre nós quem anda na escola, quem segue um curso, não é, em geral, para saber, para adquirir um cabedal de conhecimentos e utilizá-lo, produzindo e criando obra; o único e exclusivo fito é obter um papel, um diploma com o qual e á custa do citado *empenho* possa mais facilmente obter uma colocação rendosa, sem trabalho inerente.

O paraizo ralaceiro do cristão é bem o ideal dissolvente da nossa sociedade mandriona, que só pensa em viver bem e não fazer nada.

Mas, ao lado dêsse desinteresse e desconsideração por tudo que respeita a trabalho, ha ainda a repulsa que todos temos pelas nossas respectivas profissões.

Em Portugal, raro é aquele que teve a sorte de seguir, de lhe terem aproveitado a sua aptidão. Cada qual é o que calhou ser. A sua profissão é o seu ganha-pão e nada mais, e por isso não a dignifica, não a faz progredir.

Todos nós detestamos a nossa profissão, e, como nos achamos incongruentes, damos-lhe o menos possivel e somos o menos dedicados possivel a ela. Como consequencia, não somos perfeitos, nem especialistas em coisa alguma.

E se a familia e a escola primaria não sabem aprovei-

tar as aptidões que cada qual deve ter, e intensificá-las, — as nossas escolas superiores ainda menos o sabem.

A familia, eivada de vicios e de preconceitos, não educa a criança, é certo, no caminho franco da applicação e utilização das suas tendencias particulares, e quebra-lhe toda a iniciativa, todo o entusiasmo que ela poderia ter no emprego da sua actividade num *trabalho de vontade*, num trabalho atraente.

A escola primaria, tal como existe, e em que o professor se vê obrigado a *preparar para exame*, não pode tambem destruir *toda* a influencia familiar — com o cortejo de todos os seus preconceitos, — nem tem occasião para apreciar e descobrir as aptidões incipientes ou latentes dos seus pequenos estudantes.

Resta-nos a escola superior, isto é, a que tem cursos especiais, a que habilita para o exercicio de certas carreiras sociais, mas essa tem falhado, entre nós, por completo, porquanto não tem sabido, ao menos, remediar o mal, conseguindo neutralizar a falta inicial duma selecção de aptidões, por meio dum ensino tendente a criar um *espírito profissional* em cada especialidade scientifica, tornando cada aluno um estudioso, um apaixonado pelo seu modo de vida ou ramo de sciencia.

A grande maioria dos bachareis em direito tem horror aos estudos sociais, e os que tem seguido a vida dos tribunais declaram na sua maioria que se a seguem é porque não tem outro remedio e porque não tiveram um *empenho* que lhes arranjasse um lugar de burocrata ou coisa parecida, em que ganhassem e não trabalhassem.

O mesmo se dá com os medicos, com os engenheiros, com os militares, que se encontram espalhados por essas secretarias, por esses estabelecimentos de ensino, por essas direcções de companhias e sociedades, etc.

E este facto succede em todas as classes sociais, em todas as profissões. Raro é aquele que está num logar para que está habilitado e tirou um curso!

Tudo está torcido, amalgamado e ao mesmo tempo disperso. As energias são gastas com esforço, como quem cumpre um sacrificio ou sofre um martirio, e não como a na-

tural e higienica applicação das forças e a satisfação das necessidades sentimentais e intellectuais do individuo.

*

A completar este quadro ha ainda a acção social dos costumes administrativos e politicos, que não são mais do que uma continuação correctea e aumentada dessa falta de principios educativos e que podemos sintetizar ou simbolizar no modo como são preenchidos os lugares das diversas instituições, cujo funcionalismo e respectiva nomeação está dependente dos diversos ministros e *coteries* politicamente.

Quem vence, geralmente, neste torneio, nesta loteria, não é o competente, que, digno e honesto, não pede servilmente um lugar, nem rasteja pelas salas dos ministerios; quem vence é o adulator, o que *sabe furar*, o que sabe fazer mexer *todos os cordelinhos* do empenho, o que sabe fazer vibrar a corda sensível de S. Ex.^a o sr. Ministro. E' ele que, sabendo manejar, por experiencia, o empenho, alcança vitoria.

O mesmo succede se o lugar é posto a concurso. Este processo de prover lugares é entre nós uma simples burla. De antemão se sabe para quem se abre o concurso, porquanto, quer seja por documentos, quer por provas publicas, ha sempre *artes* de preterir o competente em favor daquele que se quer *anichar* . . .

E' esta, a nosso ver, uma das mais flagrantes consequencias da nossa falta de educação.

Se houvesse educação, só concorririam os competentes, os que tivessem consciencia de poder desempenhar um lugar com probidade. Os outros não se atreveriam sequer a pensar nisso.

O contrario, porém, é que succede: Todos somos competentes para tudo! . . .

Na sociedade portuguesa, os individuos não se encontram, portanto, especializados, não são educados desde criança na pratica duma conduta leal, franca e proba, não lhes são desenvolvidas as faculdades de trabalho e as suas respectivas aptidões. Tudo entre nós é vago, super-

ficial, generico, *éparpillé*. Evidentemente, não podemos exigir que cada individuo seja um sabio, um profundo especialista, mas o que é sintoma duma boa educação é que os individuos sirvam para alguma coisa certa e determinada.

Ora, nós servimos para tudo; julgamo-nos aptos para tudo; somos concorrentes a todas as profissões, e somos isto ou aquilo conforme calha, conforme a sorte e os empenhos que temos.

Falamos de tudo, mas nada sabemos profundamente. Falar e discutir só do que se percebe é coisa que não existe entre nós.

A nossa falta de educação faz-nos inconscientes. A inconsciencia dá nos temeridade, impudencia. Estas qualidades fazem-nos enciclopedicos. E' o que se vê em grande escala no facto dos nossos politicamente serem competentes para tomarem conta de todas as pastas, vendo-se juristas ministros da marinha, militares ministros do interior ou do fomento, etc.

*

Apresentada sob o aspecto subjectivo, a carencia duma educação entre nós, vamos agora encarar o problema sob outro aspecto, pelo qual chegamos á mesma conclusão: não ha educação em Portugal.

Entre nós não existe uma educação, — ainda que fracamente organizada, — que conduza os individuos para o seu bem e para o bem geral. Não ha educação social.

A instrução publica portuguesa tem-se limitado á copia servil e incongruente dos programas estrangeiros. Quando se trata duma reforma mandam-se vir os programas officiais dos diversos estados e respigando aqui e acolá, arranja-se uma amalgama de artigos e de paragrafos de *tudo que ha de melhor lá fóra*. Daqui resulta uma *coisa vaga, superficial, artificial, sem vida*.

Entre nós não existe educação economica. Não se estudou ainda, não se fixou uma orientação economica, que baseada nas condições naturais do país, possa servir de norma e de fundamento a uma organização de ensino, que

eduque conscientemente os individuos na senda do maior e mais produtivo trabalho.

Fixado e organizado previamente o quadro das condições naturais dos nossos valores economicos e estabelecida a maneira mais proveitosa de explorá-los, a educação economica seria a utilização desses valores por meio dum ensino convenientemente conjugado com as especialidades regionais.

Nada disso, porém, se tem feito, nem vemos na hora presente que se procure tomar por esse caminho. Continua-se legislando de gabinete e para o espaço . .

Tambem não existe educação familiar, isto é, genética. Não ha entre nós o menor vestigio de qualquer ensinamento sobre a hygiene sexual, sobre a moral familiar, sobre o que seja a constituição duma familia e qual a função que ela deve exercer na sociedade. Ignoram-se os deveres reciprocos entre os homens e as mulheres, imperando a moral de rufião.

Os conjugues estão longe de saberem as suas obrigações reciprocas e quais as que teem com a sua prole. Nada se faz, nada se ensina e educa para criar em cada criança, conforme o sexo, ou uma boa esposa e mãe, ou um bom marido e pai, chegando essa carencia de educação ao facto da esterilidade voluntaria, absoluta ou parcial.

Ainda como sintoma de falta de educação sob o ponto de vista das relações entre o homem e a mulher, ha entre nós o facto frequentissimo de não ser respeitada a mulher que se aventura a sair só. Sofre fatalmente o enxovalho do dito pornografico, que tem tanto de repugnante como de covarde.

Quanto a educação artistica, a prova da sua não existencia encontramos-la nós a cada passo, desde o arrumado idiota dos moveis das nossas casas, desde a disposição ao acaso dos objectos ornamentais que se espalham dependurados pelas paredes, até ao pisar as flôres, ao mufilar as arvores, ao sujar, riscar e esburacar os muros e as frontarias dos predios.

Como manifestação estetica o que mais abunda, como sempre, dum modo relativo, são os poetas.

Desde a escola primaria até ás proprias escolas espe-

ciais de belas artes não se efectiva uma educação artistica conducente a criar em cada individuo um senso artistico, capaz de respeitar a arte e ser um modesto artista, cujas manifestações mais rudimentares são o asseio e o arranjo . .

As nossas escolas e as respectivas aulas não nos dão a menor impressão de arte ornamental. A criança não se habitúa assim a viver num ambiente artistico e não se lhe cria assim a necessidade estetica.

Relativamente á educação intellectual, a unica característica que, infelizmente, temos é a falta de ideias, e, justamente por isso, a preponderancia correlativa — quer nas conversas dos cafés ou familiares — da critica idiota, apaixonada e geralmente injusta, da vida alheia. A unica manifestação intellectual (?) que possuímos é o dizer mal e assoalhar a vida particular de cada um. Não se fala, não se discute, não nos interessa senão os pôdres ou os escandalos de F. e as virtudes são motivo de acre censura ou de troça, chamando-se á conduta recta, mania de escrupulos, palermice, etc.

E se alguém só discute idéias e principios, chamam-lhe maçador, e não raros chamar-lhe hão um *finorio* que não se quer comprometer . .

O mesmo se dá sob o ponto de vista da educação moral, isto é, da conduta individual para com os seus semelhantes, e á qual, sob o ponto de vista subjectivo, já me referi.

De facto, a conduta individual, entre nós, é um produto da nefasta influencia jesuitico-clerical que por tantos seculos perverteu e ainda perverte a mentalidade e o sentimento português.

A lealdade, a rectidão, *ter só uma cara* em toda a parte e para toda a gente é coisa difficil de encontrar e ái da-quele que tal fizer. E' votado ao ostracismo, senão considerado . . perigoso.

As escolas ensinam a delação e a traição. A conduta aplaudida e sancionada é a de cada qual se salvar, comprometendo os outros. E o espirito de solidariedade é combatido, desprezado e até condenado em nome dos *elevados* interesses particulares.

Os poderes do Estado, os jornais, premeiam, elogiam e põem em destaque o denunciante ou o furador duma grêve. Sob a ficção da necessidade de castigar um criminoso, ou da ficção — que não passa também duma covardia — da chamada liberdade do trabalho, o elevado principio moral e social da solidariedade humana é recalçado, espezinhado!

A intriga, a discórdia, as inimizades, o espectáculo barbaresco dos conflitos pessoais, das diatribes e das campanhas difamatorias, em que tudo é imundície e em que um ser humano fica reduzido a um zero moral — eis os nossos predilectos prazeres, eis a unica coisa que faz com que muita gente leia e... escreva...

Factos mais concretos: estão na rua duas crianças a provocarem-se e prestes a jogarem á pancada. O publico não intervém; faz roda, incita-as e é com prazer que as vê agatanharem-se. Se em vez de crianças são duas mulheres, o prazer é mais intenso e a galhofa, o dito pornografico vem juntar-se ao incitamento á luta. Um desgraçado embriagado ou um louco ostenta a sua miseria moral, no meio da rua, fazendo tropelias e dizendo disparates, o bom do povo fórma magotes, e, covardemente, troça-o, apupa-o, dá-lhe empurrões, atira-lhe com coisas, entre geral gargalhada!...

Sob o ponto de vista da mentira, nem merece a pena citar factos, porquanto ella é tão geral que qualquer, pon-do a mão na consciencia bem depressa chegará á conclusão de que em toda a sua vida, em virtude da organização social em que vive, não tem feito outra coisa senão mentir, mentir sempre...

A ideia de justiça, que é a manifestação intelectual do sentimento de simpatia, também não é coisa em que tenha havido uma educação. A justiça entre nós não passa do criterio repugnante do policia, do esbirro.

A prova da falta dessa parte da educação geral encontra-se, sobretudo, no facto certo e averiguado de não haver entre nós a segurança de que quem tem razão pode ter a certeza de que lhe façam justiça. O contrario é que tem a esperar. E' corrente ouvir-se: você tem muita razão; é justo o que você quer ou diz; a razão, a justiça e

a moral estão do seu lado; mas é escusado pensar nisso, não lho reconhecem... O mesmo sintoma se reflecte na propria vida dos tribunais. O que ha de injusto no modo geral de administrar justiça entre nós, quase que é proverbial. Ninguém, em Portugal, pode dizer préviamente que uma questão está ganha. Pode ter do seu lado caradas de razão, pode ter todas as leis a seu favor e ainda muitos casos julgados sobre a mesmissima hipotese e, até pelo mesmo juiz, mas devido á falta dum senso juridico, nada se pode afirmar sobre o resultado, porquanto a prática diz nos que em coisas dos tribunais *nada* ha em que fiar. O que ha é a incerteza, o capricho, a flutuação do direito e da justiça, mercê da carencia dum criterio, duma devida educação que proclame e crie em cada individuo a ideia da justiça e o predomínio desta sobre as paixões e interesses egoistas, de modo a criar, por seu turno, uma consciencia juridica colectiva.

Finalmente a educação politica, o coroamento duma educação social integral, tida e encarada scientificamente como uma função e não como um poder, ou um mando autoritario, — também não existe.

O que para aí se tem feito, sem criterio, sem tom nem som, é a educação caciqueira, na propaganda eleioeira, na conquista do voto.

Educado para esse fim, unicamente nos comicios, o portuguez não tem um criterio politico, não sabe o que é politica. Sabe apenas que ha politicos e que fazer politica é ser partidario deste ou daquele pseudo-homem de Estado.

Em Portugal para uma pessoa fazer-se comprehender de que não é comparsa deste ou daquele grupelho, tem de declarar que não é politico, e muito menos politico é ainda aquele que não vota, que não é cacique. Cacique é sinónimo exclusivo de politico, como fazer politica significa unicamente fazer o jogo do chefe duma *coterie* ou companhia politiqueira...

Quanto aos pseudo-homens de Estado, esses são *honrosos* discipulos de Loyola, de Machiavel e de Lopo Vaz. O estadista portuguez é um mixto destes três famigerados criminosos, o que encontramos comprovado na forma torpe como faz a sua politica. Incapazes de ideias e da defeza

de principios, êle lança mão da tirania, do despotismo, só sabendo governar (?) em ditadura, com leis de excepção e tribunais marciais e á força de baioneta e de mentira...

*

Entre nós, portanto, não ha ainda uma orientação social previamente estabelecida no estudo consciente das condições geograficas, etnograficas e sociologicas. Entre nós não ha ainda, — e nem sequer se pensa nisso — uma educação baseada no estudo experimental dessas referidas condições naturais.

Portanto podemos afirmar que não existe educação.

O individuo *bem educado*, já o dissemos, é o que está preparado para a vida. Ora, entre nós, ninguém pensou ainda em estudar as condições da vida portuguesa sob os multiplos aspectos das necessidades sociais — economico, genético ou familiar, artistico, psiquico, moral, juridico e politico.

Emquanto o ensino e a educação não se orientarem no conhecimento profundo destas necessidades e sua respectiva satisfação, não ha, nem pôde haver educação em Portugal.

Indaguem-se, estudem-se as condições naturais da vida portuguesa e depois organize-se o ensino e a educação nesse sentido, de modo que essas condições sejam utilizadas e então haverá educação, criadora de valores sociais.

De contrario, é fazer uma educação empirica, uma falsa educação, uma educação de importação, que só cria ineptos e seres anti-sociais.

*

Assim como não ha educação, tambem, a nosso vêr, não ha instrução popular.

Entre nós ainda *não se viu* que o problema nacional está na instrução e na educação sobretudo, e que sem que o povo tenha os necessarios e imprescindiveis conhecimentos que devem ser-lhe ministrados num solido ensino

primario e num consciente ensino profissional, nada se pôde fazer, nada terá estabilidade e utilidade.

A iniciativa popular, mais do que a governativa, tem procurado derramar a instrução, mas, limitando-se a imitar o defeituosissimo ensino oficial, quase teem sido nulos os seus grandes sacrificios.

O partido republicano no tempo da caduca monarquia abriu, junto dos seus centros e gremios politicos, varios cursos e escolas primarias não só para justificarem a sua existencia perante as autoridades, mas tambem para derramarem o ensino, porém, mercê da falta de orientação pedagogica e de recursos, essas escolas e cursos nada vieram adiantar á pedagogia oficial...

O analfabetismo impera e as escolas primarias, — onde se faz, note-se, a educação das classes populares — são deficientes em numero e qualidade, o que não é suprido pelas escolas particulares.

Igualmente, áparte uma ou duas excepções, não existem escolas profissionais para o povo, escolas que completem a escola primaria e que assim habilitem para a vida e para o trabalho.

E' o trabalho a fonte de toda a riqueza e que dá categoria social a um povo. E' o trabalho que devidamente educado torna os povos fortes e respeitados. Um povo instruido e conscientemente trabalhador vale mais e é mais forte do que todos os exercitos juntos, do que todas as espingardas e peças Krup, como diz Zola no seu belo romance *Verdade*.

O trabalho dignificado, tornado justo e equitativo, atrante, como dizia Fourier, é a força das sociedades futuras.

Ensine-se a saber trabalhar, ensine-se a vêr no trabalho a consubstanciação da vida humana, o ideal dos nossos esforços. Eduque-se o individuo na actividade, na produção de utilidades, de modo que a ociosidade, a inactividade seja uma coisa desagradavel, uma dôr, e que o ideal cristão paradisíaco do mandrião seja considerado um acto imoral, anti-social, dissolvente. Converta-se trabalho num prazer e num divertimento; faça-se dele, e como diz Guyau, a predica, a prece do futuro, em que os seres só experimentarão sentimentos belos e sublimes no tra-

balho fecundante e util, no elevado esforço para que a solidariedade humana seja um facto

O progresso humano, a solidariedade social exige que sejamos produtores de utilidades.

Para que o povo português entre, portanto, no quadro da civilização hodierna, carece de contribuir com sua cota parte, organizando o seu trabalho, a sua industria, baseada nas condições naturais do seu país.

Mas para tal conseguir precisa de instruir-se, de educar-se.

Eduque se, pois, o povo, faça-se dele um valor social consciente.

Para isso não devemos pensar em equilíbrios orçamentais á custa da ignorancia publica.

Se o *deficit* é devido a despesa com a educação popular, venha esse *deficit*, aumentem-no ainda mais, porquanto dentro em breve elle será substituído por um *superavit*.

O capital que mais rende é sem duvida o aplicado á educação do povo.

A educação no estrangeiro

Uma das nossas ratices, que dá tom a quem a pratica, é mandar os filhos para uma escola estrangeira. Quem se presa e tem alguns meios não procura, não investiga se por este torrão á beira mar plantado, pôde encontrar alguém, escola ou professor idoneo, que lhe ensine a prole devidamente. Ignorando os mais elementares principios do que seja a educação duma criança, deslumbrados pelo belo aspecto que certas escolas estrangeiras oferecem, os nossos *papás* põem lá os seus filhos, gastando bem boa maquia, que, por certo, não dariam — nem metade — a uma escola portuguesa, mesmo melhor ou igual á estrangeira.

A meu ver, quem tal pratica comete um erro grave. Esta afirmativa não é uma simples conclusão logica; é mais do que isso, é uma convicção derivada da observação dos factos.

A grande maioria dos pais que teem mandado educar os seus filhos para o estrangeiro, ficam assaz arrependidos

e dão, em geral, por mal empregadas as somas que gastaram com elles.

Compreende-se perfeitamente, e os resultados são sempre proficuos, se um rapaz, *depois* de ter completado o seu curso, vai ao estrangeiro concluir a sua educação, especializar-se num mister e obter a illustração que as viagens tanto produzem; mas mandar uma criancita para a Alemanha, Suissa ou Inglaterra, para lá se educar integralmente, é erro de funestas consequencias.

Uma das duas: ou a escola para onde foi é má e então nada se adiantou em a criança se deslocar do país, ou é boa e então foi-lhe fatalmente prejudicial.

Uma *boa escola* é a que prepara a criança para a vida, que molda um sêr adaptavel ao meio em que elle ha de viver, passar a existência, lutando por ela e pelo ideal.

Uma *bôa escola* alemã, suissa ou inglesa deve portanto fazer de cada criança respectivamente um bom alemão, um bom suiso ou um bom inglês, proprio para a sua vida, adaptavel á respectiva ambiencia social.

Atirar para uma dessas escolas um português é desnaturá-lo e forçosamente o que elle poderá sair, no fim dos seus estudos, é um alemão, um suiso ou um inglês e nunca um português apto e afeito á vida da sociedade portuguesa.

Os individuos educados no estrangeiro não se dão no nosso meio; fogem dele e o seu ideal é *arranjar* um modo de vida nos países onde estudaram; é viverem onde foram educados e onde passaram a sua infancia.

O nosso pequeno meio, os nossos costumes, o nosso modo de viver, os nossos interesses sociais, não os interessam, não lhes causam a menor parcela de atenção. Vivem completamente alheios á vida social que os rodeia e aborrecem-se, enfastiam-se com tudo que vêem ou ouvem.

A' primeira vista parecem *pedantes enfatuados* — mas no geral o que elles teem é . . . outra educação.

Dêste modo, muitos pais teem uma completa desillusão ao vêr entrar pela porta dentro de sua casa não a um homem português, pronto a trabalhar e a auxiliar ou a seguir a profissão que lhe ensinaram, mas um individuo com habitos diversos, possuindo necessidades que não são

faceis de encontrar no nosso meio, e tendo ideias que só podem realizar-se no meio donde veiu.

Em vez duma pessoa muito bem educada, tem á sua frente um homem que não sabe *trabalhar á portuguesa*, que é incongruente com a sociedade e até, com a familia.

O resultado é o pai ter perdido todo o dinheiro que gastou, pois que o seu filho não obteve uma educação idonea, uma educação propria á vida portuguesa.

O problema da *boa educação* deve ser resolvido entre nós, por aqueles que teem uma psicologia e uma vida social comuns, e não indo receber uma educação em países de diversa indole e organizações sociais diferentes.

E para tal o que ha a fazer é aproveitar o que temos de bom e de utilizavel e que se encontra disperso ou re-traído em virtude da protecção escandalosa e imoral que tem sido dispensada a tudo que é incompetente e inutil!

Unam se os que querem trabalhar, sem se importarem com os outros, e vêr-se-há como a educação social passa a sêr um facto.

Mestres estrangeiros

A ignorancia do que existe entre nós; o habito de desprezhar de todos as coisas que se fazem ou ha neste extremo enropeu; a incompetencia propria que leva a duvidar da competencia alheia; o absoluto desconhecimento das condições e dos elementos vitais que dão vida ao aggregado social portuguez, por parte dos chamados *dirigentes*, dos nossos *grandes homens* dessa politica que Bordalo Pinheiro simbolizou numa grande porca; o facto de só se manifestarem, se cebralizarem e só vencerem nesta sociedade os impudentes, os inconscientes, os *arrangistas*, isto é, a mediocridade intelectual e a torpeza moral que se presta ao sabujismo tão proprio e tão queridos dos nossos politicantes; o facto de áqueles que teem caracter causar nojo e sêr indigno o mendigar direito e justiça como quem pede favores e poucas vergonhas; todos estes factos — que não são os unicos — teem contribuido para criar uma atmosfera de suspeita e, até, de certeza, que já é um do-

gma, de que entre nós não ha capacidades ensinantes, individuos aptos para dirigirem o ensino e que para se montar um estabelecimento de ensino modelar, não existem entre nós, pessoas sufficientemente habilitadas com os necessarios e indispensaveis conhecimentos para tal cometimento.

Daqui conclue se: para que o ensino entre nós seja um facto, como succede, lá fóra, na Suissa, na Alemanha, etc., é necessario importar essas altas competencias; é preciso que venham do estrangeiro esses *messias* pedagogicos, essas notabilidades na arte e na sciencia de ensinar, para que sejamos alguma coisa em materia de educação,

Os apologistas dos mestres estrangeiros cometem, porém, a nosso vêr, dois erros derivados da sua crassa ignorancia sobre pedagogia.

E' facto que ha uma pedagogia geral, abstracta, que pode aplicar se com proveito, independentemente do tempo e do espaço, mas a par desta ha outra, especial, concreta, que só tem utilidade e só colhe aproveitamento quando é aplicada ás crianças para que se formou, e de que é padrão extremo o metodo de ensino individualizado, em contraste com o ensino colectivo.

E' facto que ha uma pedagogia *humana*, isto é, que pode sêr aplicada a *todo* o ser humano, mas tambem é certo que ha uma pedagogia particular, que tem de moldar-se, de casar-se com os diferentes caracteres etnograficos e mesologicos, com o grau de civilização dum povo e, até, com as psicologias individuais de cada aluno.

Chamar para Portugal um estrangeiro para vir *educar portugueses*, dos quais desconhece por certo todos os caracteres do seu *feitio psicologico* e portanto qual seja a pedagogia especial que lhes deve ser aplicada, é não vêr que semelhante *solução* (?) seria incongruente e contraproducente.

Um *bom professor*, uma notabilidade pedagogica que viesse para Portugal, sem lhe conhecer os costumes e a psicologia, seria forçosamente um mau professor e até prejudicial para a mocidade portuguesa, que, se tem vicios, e defeitos, tem tambem excelentes qualidades que, quando bem aproveitadas, dão magnificos resultados.

Um bom professor suíço ou alemão nunca poderá ser um bom professor português, e vice-versa.

Importar um professor para nada serve, e o resultado seria *estrangeirar* as crianças. A China não tinha professores; mandou-os vir, por muito tempo, do Japão. O resultado final era aparecerem chineses *japonizados* e a educação não progredir. Depois, mudou de tática, e tratou de *educar chineses para professores* e a sua educação desenvolveu-se natural e proficuamente, e com os efeitos que a todos nós surpreendeu.

O que ha, pois, a fazer é criar professores portugueses, que sem desperdiçarem tudo que nos pode ser util e que existe em materia pedagogica pelo estrangeiro, tenham o necessario criterio para aplicar á criança portuguesa só o que a sua psicologia exige e aceita, e não venham copiar servil e incongruente todos os processos e metodos que viram, leram ou lhe disseram estar em prática neste ou naquele estabelecimento modelar dum país qualquer.

Deixemo nos de imitações e criemos o educador português, conhecedor, sim, de todos os processos e metodos pedagogicos, mas tambem das condições sociais e psicologicas da criança portuguesa.

Não se trata de patriotismo, trata-se de fazer sciencia pedagogica para cada indole, para cada caso especial.

Pedir professores portugueses para portugueses não é odiar o estrangeiro, é aplicar o principio de que a criança deve ser educada para a vida e para o ideal e só deve conhecer essa vida e esse ideal quem vive nela e nêle.

E que os portugueses podem dar bons professores é facto que se pode afirmar com provas. Não haverá um *professorado* idoneo, mas ha professores capazes de produzirem e de criarem uma educação, se lhes derem meios para tal.

Deem-lhes os mesmos recursos que dariam a um professor estrangeiro que viesse para aí e verão como ha professores ou individuos capazes de serem professores.

Postfacio

Da leitura das cento e tantas paginas que precedem, formadas por alguns artigos dispersos, publicados por nós em varios periodicos, e que ora compilamos neste volume — julgamos ter feito resaltar que todos êles são coherentemente convergentes a um fim, e que giram em torno dum criterio, duma ideia pedagogica — a educação integral e o aperfeiçoamento no mais alto grau, dos metodos de ensino com a indispensavel e correlativa dignificação dessa educação e ensino personalizada no professorado.

*

A educação integral deve ser encarada e executada simultaneamente sob os seus dois aspectos: o subjectivo e o objectivo. O primeiro diz respeito á criança em si mesma; o segundo á materia, ás sciencias que devem ser ensinadas.

Por educação integral subjectiva, entendemos o conjunto de processos que aproveita e aperfeiçoa *todas* as energias, actividades, aptidões e necessidades da criança. É o desenvolvimento e o aperfeiçoamento *integral*, harmonico e equilibrado de todas as forças do ser humano atravez de toda a sua vida.

Nada do que existe na criança em estado latente, po-

tencial, deve ser desperdiçado. Também não se devem canalizar, apurar e intensificar certas energias á custa de outras, formando séres mutilados, tarados. Correspondendo ás suas necessidades pessoais o sêr humano *bem educado* é aquelle que possui uma «educação económica ou profissional, familiar ou affectiva, artistica ou sentimental, scientifica ou intellectual, moral, jurídica e politica.»

Por educação integral objectiva queremos dizer que o ser humano deve ser iniciado em *todos* os conhecimentos que constituem o quadro geral do saber humano. As especializações cada vez maiores e mais profundas operam-se com a idade, ao passar-se do grau primario, para o medio e deste para o superior ou scientista.

Esta educação deve fazer-se pelo metodo racional, intuitivo e experimental; isto é, **só ensinando as verdades positivas e destas só as que as crianças podem compreender, vêr.** Não se deve impôr sciencia feita, que reducta, na pratica, em dogmas, em sectarismos. O professor deve manter-se honestamente imparcial, acima de proselitismos. **E' uma covardia incutir** abusivamente nos cerebros das crianças as ideias da gente crescida, quer essas ideias sejam conservadoras, quer radicais.

Devemos deixar brotar as ideias espontanea e naturalmente dos cerebros das crianças.

Só assim se conseguirá criar em cada criança um *valor social* consciente e capaz de se bastar a si propria, tanto quanto a natureza humana o permite, e de ser util aos outros, contribuindo para o bem geral.

*

Elevar e colocar o Ensino no seu devido lugar, com a consideração e respeito que merece é tambem condição essencial para que a Educação seja proficua. E colocar o Ensino no nivel correspondente á sua bela e sublime missão é igualmente erguer acima deste pedestal aqueles que ensinam, colocando-os no grau de apreço social a que teem jus.

O professorado, o mestre escola, a sr.^a mestra, sofre ainda do preconceito desdenhoso de ser um ente sem categoria social, dum ente ridiculo, metido nos seus fatos esticados e coçados, que nos salões dos magnates substitue o bobo das antigas côrtes; e que, mercê da sua proverbial miseria económica, causa das outras miserias de que enferma, ainda hoje *faz rir* o bom burguês, nas revistas do ano que se exibem por esses teatros.

Ora o professorado para desempenhar, como querem, o seu elevado e importantissimo cargo social, carece de sêr dignificado e ter a consideração que merece, não só pessoalmente como fazendo parte da humanidade, mas tambem pela tarefa que lhe compete realizar.

A criança deve sêr-lhe entregue por completo. Antigamente mandava-se a criança á escola, mas o professor não tinha direito algum sobre ela: era apenas um individuo que era contratado a prestar um serviço, ás horas. Era despresivelmente posto de parte em tudo que respeitava á organização do ensino, á sua escola, á educação que devia dar-se á criança. Isso era para os *dirigentes*... que lhe pagavam e lhe diziam *faça o mando! São ordens!*

Hoje já começam a consultá-lo, e êle diz de sua justiça, fornecendo conselhos tecnicos, inspirados nos ensinamentos da prática. Mas ainda assim, estamos muito longe do que deve ser. Essas consultas são intermitentes, ao sabor dos caprichos e venetas autoritarias dos srs. dirigentes de escolas e collegios, — directores, inspectores, chefes de repartição, etc. Muitas vezes pedem o parecer do professorado, a opinião do corpo docente parece seguirem... conduta oposta...

Ora para que o professor, o *corpo docente*, cumpra com a sua missão e se lhe possa exigir toda a responsabilidade da educação que dá aos seus alunos, é indispensavel, por sêr da mais elemental justiça, que a criança lhe seja entregue *por completo*, sem intermitencias, só tirando-a da sua influencia e acção quando êle a der por pronta. A criança que entrou para uma escola e que a respectiva direcção entregou ao seu corpo docente, passa a pertencer *única e exclusivamente* a este, como o doente ao seu medico assistente. Daí em diante a criança **só** deve fazer em

todos os actos da sua vida o que o corpo docente diz que pode fazer. A educação duma criança, é obvio, deve sêr feita por quem se incumbiu dela e não por adventícios que muitas vezes antepõem interesses reservados, próprios, ao interesse da criança. Aos superintendentes de escolas e collegios falta a competencia e a capacidade para realizar essa missão embora sejam . . . distintos professores. . . noutras escolas. Os professores que tem de lidar *directamente* com uma criança é que são **os unicos** competentes para a conduzir em todos os seus actos e julgar o que convém ou não a ela.

Dizer se, porém, a um corpo docente aqui tem uma criança, eduque-a; mas tirá-la a todo o momento da sua acção, e dispôr dela despotica e caprichosamente conforme outros interesses e dizer a esse mesmo corpo docente que *vá* com os **seus** alunos para aqui ou para ali, que *faça* isto ou aquilo como se dirigissem recrutadas numa ordem de serviço ou falassem a um moço de fretes e ao qual, ao menos, sempre se pergunta se quer fazer o *recado* — é rebaixar muito o ensino e fazer do professorado um rebanho de inconscientes que deve sómente obedecer sem racionar. Só tem como resultado o aborrecimento pela profissão e o desinteresse pela Escola. Esta morrerá fatalmente ou ficará estacionaria, num marasmo embrutecedor.

Deixem os professores trabalhar livre e modestamente na sua obra e guardem para si, se assim o desejam, o exhibicionismo, as relações externas e a administração que lhes occupará todo o tempo se quizerem ser bons cumpridores dos seus deveres. Como representantes ou donos duma escola tem o direito de exigir ao professorado empregado nela, a responsabilidade dos resultados obtidos no aproveitamento dos alunos, mas *não tem direito* de lhe desviar, desnortear e dispôr das crianças a seu talante, caprichosamente, prejudicando malevola ou inconscientemente a obra do corpo docente, numa confusão de funções.

Por meio duma centralização tiranica muito dirigente, julgando-se pretenciosamente enciclopedico, assambara e torna se tudo e todos, *a unica pessoa* a mandar. Não permite a menor iniciativa. Abafa, sufoca toda a expansão. Toda a ideia que não parta d'ele ou *de cima* é mal

recebida, desvirtuada, e sistematicamente contrariada, para mais tarde ser a proveitada, embora já deturpada, e, quiçá, adulterada—ou por falta de compreensão do seu alcance ou por intuitos mesquinhos. Todas as provas de entusiastico zelo e de amor pelo ensino, pela escola são recebidas como invasões ás suas *altas* atribuições e ofensas ou ataques ás suas prerogativas de *mandões*. E brutalmente, sem respeito pelo trabalho alheio, fazem ver ao pobre e ingenuo professor que se deve cingir ao papel duma entidade passiva.

E assim se cria uma atmosfera de desanimo. . .

Não! Ao professorado deve sêr entregue *por completo* a criança. Ao professorado cumpre regular e tratar exclusiva e *directamente*, sem intrepuestas pessoas, dos assuntos pedagogicos.

Se quizerem que a Escola prospere, que a Escola seja não uma rotina, mas uma força sempre em movimento no caminho do futuro, que a Educação nela seja um facto, — entreguem a Escola aos professores, considerando-os *sêres conscientes* que *conscientemente* sabem o que querem e para onde vão.

Professores! professores do ensino livre e officiais! collocai-vos no vosso lugar e apoderaí-vos da criança que ela **SÓ** a vós pertence, porque **SÓ** vós tendes consciencia do que ela precisa e quer!



ÚLTIMA
BARRICADA

INDICE

CAPITULO I

Educação

<i>Educação social</i>	5
<i>Educar</i>	8
<i>Educação racional</i>	14
<i>Escola laica e Educação racional</i>	19
<i>«Lições de Pedologia e Pedagogia experimental»</i>	34

CAPITULO II

Educação religioso-militarista

<i>Militarização das escolas</i>	39
<i>Espírito jesuitico</i>	53
<i>Formaturas escolares</i>	57

CAPITULO III

Ensino

<i>Programas e metodos</i>	61
<i>O ensino da Educação social</i>	65
<i>O ensino primario</i>	79
<i>Reforma ortografica</i>	97

CAPITULO IV

A Educação e o Ensino em Portugal

<i>A Instrução e a Politica</i>	101
<i>O Ministerio de instrução</i>	104
<i>O Ensino e a Educação popular em Portugal</i> ..	111
<i>A Educação no Estrangeiro</i>	128
<i>Mestres estrangeiros</i>	130

Postfacio	133
------------------------	-----



ÚLTIMA
BARRICADA

DO MESMO AUTOR

OBRAS PUBLICADAS:

ECONOMIA SOCIAL

O CONTRATO DO TRABALHO — Introdução — Escravidão e servidão — Corporações de artes e officios — Liberdade do trabalho Contrato do trabalho no direito positivo (codigo civil, legislação operaria, regulamentos de officinas) — Contrato colectivo — 1 vol. de 413 pag.—Antiga Casa Bertrand—73, Rua Garrett, 75 1\$00

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO COLONIAL — (Exgotado) 1 fol, em separata da Revista Portuguesa Colonial e Maritima — Livraria Ferin — 70, Rua Nova do Almada, 74.

EDUCAÇÃO E ENSINO — 1 vol. de 140 pag.—Guimarães & C.ª 68, Rua do Mundo, 70..... \$40

O ENSINO DA «HISTORIA» — 1 fol. de 63 pag.—Guimarães & C.ª..... \$15

O THEATRO NA ESCOLA — 1 fol. de 32 pag. — Guimarães & C.ª..... \$05

THEATRO

O AUTO DO LUTO — 1 acto — Rev. *Lumen* — n.º 16, vol. 2. Red. — Rua da Prata, 178-2.ª Lisboa..... \$05

QUANDO FORMOS CRESCIDOS — *Theatro Infantil* — 1 acto — Rev. *Lumen*..... \$05

TRADUÇÕES

VERDADE — de Emile Zola — Antiga Casa Bertrand... 1\$00

AS LEIS SOCIOLOGICAS — de Guilherme de Gref — Antiga Casa Bertrand..... \$30

A MULTIDÃO CRIMINOSA — Ensaio de psicologia colectiva de Scipio Sighele — Antiga Casa Bertrand.... \$30

A PUBLICAR:

ECONOMIA SOCIAL

AS GREVES — Sua preparação, organização e tactica nas diversas industrias — Solidariedade e liberdade dos trabalhadores.

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO SOCIAL — Plano duma organização geral do ensino em Portugal.

OS USOS E COSTUMES NOS DIVERSOS POVOS ANTIGOS E MODERNOS — Narrativa sistematizada e respectivos quadros sinopticos. (Livro para professores)

THEATRO

UM SERÃO FAMILIAR — 1 acto — critica social.

SEMPRE ESCRAVA ? — 1 acto — um aspecto do problema feminino.

BRANCA — 1 acto — outro aspecto do problema feminino.

CONFORME AS FORÇAS... — *Theatro Infantil* — 1 acto.

CONFORME AS NECESSIDADES... — *Theatro Infantil* — 1 acto.